

Ricardo Lema Sinde Rosmaninho Seabra

2º Ciclo de Estudos em História Medieval e do Renascimento

Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionado no Porto medieval (1242-1383)

2012

Júri:

Presidência: Paula Pinto Costa

Arguição: Maria João Oliveira e Silva

Orientação: Maria Cristina Almeida Cunha

Nota do curso de Mestrado: 17 valores

Classificação da Dissertação: 18 valores

Versão definitiva

Ricardo Lema Sinde Rosmaninho Seabra

2º Ciclo de Estudos em História Medieval e do Renascimento

Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionado no Porto medieval (1242-1383)

2012

Júri:

Presidência: Paula Pinto Costa

Arguição: Maria João Oliveira e Silva

Orientação: Maria Cristina Almeida Cunha

Nota do curso de Mestrado: 17 valores

Nota da Dissertação: 18 valores

Versão definitiva

Resumo

A presente dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento estuda os tabeliães públicos da cidade do Porto durante o período compreendido entre 1242 e 1383. A análise deste grupo específico de homens da escrita, numa cidade de elevada importância política e económica do reino português, pretende identificar e relacionar os notários públicos e a sua atuação com a história da cidade, estabelecer uma cronologia da sua atividade notarial, e analisar o desenvolvimento das práticas notariais, tal como organização, articulação, hierarquização e sucessão, assim como descortinar a sua posição socioeconómica. A cronologia por nós adotada coincide com a primeira referência sobre um notário público portuense (1242), e a morte do último monarca do século XIV, D. Fernando, já que os tabeliães são oficiais régios, fazendo dessa maneira parte da máquina administrativa da Coroa. Para esse efeito, tratamos da figura do tabelião público do ponto de vista legal, com o intuito de entender a posição legislativa do notário, compreendendo os seus deveres e direitos. Debruçámo-nos também na análise dos escrivães e dos escrivães jurados, como agentes da escrita na sociedade medieval portuense. A elencagem destes homens trouxe-nos problemas no que diz respeito à homonímia, termos periódicos do exercício das suas funções, e a referências pouco claras entre aqueles que escrevem, os que surgem como testemunhas ou que são apenas mencionados. As informações extraídas sobre a tipologia documental dos atos lavrados e das referências comerciais, acompanhadas por uma certa mobilidade dos mesmos, ajudam a compreender um pouco mais sobre este grupo específico de indivíduos.

Palavras-chave: Tabelião público, Notariado, Porto, Idade Média.

Abstract

The present dissertation in Medieval and Renaissance History studies the notaries public of Oporto during the period between 1242 and 1383. The analysis of this particular group of men, in a city of high political and economic importance in the Portuguese kingdom, aims to identify notaries public and relate their profession with the history of the city, establishing a chronology of their notarial activity, and analyse the development of notarial practices, such as organization, articulation, hierarchy and succession, as well as to uncover their socio-economic position. The chronology adopted coincides with the first reference to a notary public from Oporto (1242) and the death of the last king from the 14th century, D. Fernando, because the notaries are public officials and, as such, they actively participate in the administration of the Crown. To that end, we study the figure of the notary public from a legal point of view, in order to understand their duties and rights. Listing these people was very difficult due to homonym, periodic terms, and unclear references between those who write, appear as witnesses or are only mentioned. The information extracted from this type of documents and commercial references, accompanied by a certain mobility, helps us to understand a little more about this particular group of individuals.

Keywords: Notary, Notary public, Oporto, Middle Age.

SUMÁRIO

Introdução.....	p.6
1. Origem do tabelionato portuense.....	p.11
1.1. Condicionalismos políticos do notariado portuense nos séculos XII e XIV.....	p.12
2. Enquadramento legal dos Tabeliães.....	p.23
2.1. Quem são?.....	p.31
2.2. Escrivães, Escrivães jurados, Tabeliães do Bispado e Tabeliães públicos do Porto.....	p.37
3. Documentos dos Tabeliães públicos.....	p.45
3.1. Tipologia documental.....	p.45
3.2. Quem escreve o quê e onde?.....	p.48
4. Relação entre tabeliães.....	p.53
4.1. Oficinas.....	p.53
4.2. Organização.....	p.58
4.3. Aprendizagens, carreiras e percursos.....	p.64
5. Tabeliães, elite ou não?.....	p.66
5.1. Correlação entre tabeliães e a actividade mercantil do Porto.....	p.67
Conclusão.....	p.70
Anexos.....	p.73
Fontes.....	p.93
Bibliografia.....	p.96

“Le pouvoir à inventé l’écriture (...)”

- Louis Godart

Introdução

A presente dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento, realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tem como tema os tabeliães públicos da cidade do Porto durante o período compreendido entre 1242 e 1383. O estudo desta matéria prende-se com o nosso interesse na análise deste grupo específico de homens da escrita, sobre os quais sabemos muito pouco. No que diz respeito ao espaço, pareceu-nos apropriado elaborar semelhante estudo numa cidade de elevada importância política e económica de Portugal, nos séculos XIII e XIV. As balizas cronológicas coincidem com a primeira referência sobre um notário público portuense (1242¹), e a morte de D. Fernando em 1383. Estando conscientes do facto de a cidade do Porto se tratar de um senhorio episcopal, julgamos por bem fixar o término temporal da nossa tese à morte do último monarca do século XIV, pois os tabeliães são oficiais régios, e fazem parte da máquina administrativa da Coroa. Assim, o falecimento de D. Fernando pareceu-nos o limite adequado para pôr fim ao presente estudo, principalmente porque o reinado do seu sucessor, D. João I (1385-1433), foi tão longo que nos faria “entrar” forçosamente no século XV. Tal facto resultaria numa cronologia demasiado extensa (tendo em conta o tempo que dispomos para a realização da tese). O estudo dos tabeliães públicos do Porto no período quatrocentista terá de ficar, de momento, adiado.

A motivação para este estudo reside no nosso interesse sobre a história da cidade do Porto, e a história da escrita (neste caso, os seus agentes) que veio a aumentar sucessivamente desde a nossa Licenciatura em História na Universidade acima referida. Tivemos a oportunidade de fazer parte de um projecto de Bolsa de Iniciação à Investigação, cujos resultados foram recentemente publicados², que tinha por objectivo último a transcrição de documentação notarial trecentista, depositada no fundo do cartório do Cabido no Arquivo Distrital do Porto. Esse mesmo projecto permitiu-nos ter um primeiro contacto com as fontes utilizadas para esta dissertação, assim como levantou várias questões em relação aos próprios indivíduos.

¹ Vd. NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação: (1212-1279)*; LISBOA: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2008.pp.568-70.

² Vd. LOPES, Joaquim e SEABRA, Ricardo - *Documentação Notarial e Tabeliães Públicos no Porto na centúria de Trezentos*.«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 3 (2012). Dossier temático «Religião e Liberdade».pp.209-226.

A presente dissertação tem por objectivo esclarecer algumas dessas questões relativas aos tabeliães e ao seu papel na vida económica e política da cidade. Precisamente quantos notários públicos teve o Porto no período estudado? Que tipo de documentação lavravam? Como se relacionavam entre si? Existiria o que podemos chamar de “redes de notários”? Verificam-se renovações dos cargos, e se sim, de que forma? Quais os percursos das suas carreiras? Que recompensas teriam da administração central pelo seu trabalho? Onde e como aprendiam o seu ofício? Qual a posição social que ocupavam?

Em relação ao método de estudo que utilizámos, servimo-nos maioritariamente de fontes primárias: *Livros dos Originais*³, depositados no Arquivo Distrital do Porto; *Censual do Cabido da Sé do Porto*⁴, e também no *Corpus Codicum Latinorum eorum qui in archivo municipali portugalense asseverantur antiquissimorum*⁵. Para além destes volumes, consultámos ainda outras colecções documentais, tais como a *Monumenta Portugaliae Vaticana*⁶, *Monumenta Henricina*⁷, *Descobrimentos Portugueses*⁸, e as *Gavetas da Torre do Tombo*⁹. Também procurámos informações sobre o notariado público em geral, e o do Porto em particular, nos diversos volumes publicados das Chancelarias régias¹⁰ e das Cortes portuguesas¹¹, a que acrescentamos a consulta das Ordenações¹² que nos permitiram conhecer o enquadramento legal da actividade tabeliônica. Admitimos que esta pesquisa ficaria mais completa se tivéssemos consultado alguma documentação monástica depositada no Arquivo Nacional da Torre de Tombo, mas novamente por questões de tempo fomos obrigados a cingir-nos unicamente às fontes mais próximas.

³ Arquivo Distrital do Porto, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*.

⁴ *Censual do Cabido da Sé do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924.

⁵ *Corpus Codicum latinorum eorum qui in archivo municipali portugalensi asservantur antiquissimorum*. Porto: Curiae Municipalis editum. Vol. I, II, IV e VI. 1891-1917.

⁶ *Monumenta Portugalia Vaticana*. Porto: Livraria Editorial Franciscana. Vol. 1, 2 e 3. 1968-70.

⁷ *Monumenta Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 1960-74.

⁸ *Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua história*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica. 1988.

⁹ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Vol 1-10. 1960-77.

¹⁰ Nomeadamente D. Dinis in <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3813641>; *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*. Org A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 1990-1992; *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-67*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos. 1984; e de D. Fernando in <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3813660>.

¹¹ *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1982; *Cortes portuguesas: reinado de D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1986; *Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1990-93.

¹² *Ordenações Afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. 1-5. 1984.

No que diz respeito à bibliografia, e reconhecendo a importância para o efeito de todas as obras por nós consultadas, destacamos as da autoria de Bernardo Sá Nogueira¹³, Maria João Oliveira e Silva¹⁴, e também Maria Helena da Cruz Coelho¹⁵.

Contudo, o estudo do tabelionato medieval português não tem tido especial atenção por parte dos historiadores lusos, ao invés do que se passa na Itália e na vizinha Espanha. João Pedro Ribeiro (1758-1839) foi o primeiro a debruçar-se sobre esta matéria¹⁶, apesar do seu entusiasmo somente ter sido seguido mais tarde por autores como Henrique da Gama Barros (1833-1925)¹⁷, e José Leite de Vasconcelos (1858-1941)¹⁸. Em meados do século XX unicamente o trabalho de Jorge Alarcão¹⁹ se destaca particularmente, contribuindo para o conhecimento deste tema que parecia ainda não suscitar grande interesse por parte dos demais historiadores. É a partir da década de 1980 que assistimos a uma nova fase de crescimento científico com os estudos de Eduardo Borges Nunes²⁰, Isaías da Rosa Pereira²¹, Maria Cristina Almeida e Cunha²², Bernardo Sá Nogueira²³, e já na década seguinte por Maria José Azevedo dos Santos²⁴, Maria Helena da Cruz Coelho²⁵, Maria do Rosário Barbosa Morujão²⁶ e Saúl Gomes²⁷, cujos trabalhos contribuíram largamente para a expansão da questão referida. Foi, no entanto, Bernardo Sá Nogueira quem veio a dar o principal contributo para este tema na

¹³ NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *Tabelionato e instrumento público*

¹⁴ SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

¹⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz – “*Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócio-económico*” in *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.pp.95-137.

¹⁶ RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1860-1896.

¹⁷ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII-XV*. 2ª edição. Livro III. Lisboa: Sá e Costa, imp. 1945.

¹⁸ VASCONCELOS, José Leite de – *Archeologo Português: Sinais medievais de tabelião: séculos XI-XIII*, 1920

¹⁹ ALARCÃO, Jorge de – *Emolumentos do tabelionato medieval português: uma tabela inédita* in *Revista Portuguesa de História*. T.8. 1959.pp.5-11.

²⁰ NUNES, Eduardo Borges – *Martim Martins, primeiro tabelião de Guimarães*, in “*Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*”, vol. IV, Guimarães, 1981.

²¹ PEREIRA, Isaías da Rosa – *O tabelionato em Portugal*, in “*Notariado Público y Documento Privado: de los orígenes al siglo XIV – Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática, Valencia, 1986*”. Valência, 1989.pp.615-690.

²² CUNHA, Maria Cristina de Almeida e – *Alguns tabeliães do Algarve durante a Idade Média*. In «*Revista de História*», vol. 7. Porto: Universidade do Porto. Centro de História, 1987.pp151-58.

²³ NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público*

²⁴ SANTOS, Maria José Azevedo dos – *Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV)*. Coimbra: Coimbra Editora. 1993

²⁵ COELHO - *Os tabeliães em Portugal*...pp.95-137.

²⁶ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

²⁷ GOMES, Saul António – *O Notariado Medieval Português. Algumas notas de investigação*, Sep. Hvmánitas, Vol. LII (2000), p.241-286.

sua tese de doutoramento²⁸, bem como em outros trabalhos por ele orientados²⁹ ou realizados³⁰. Referência ainda para os estudos baseados na legislação disponível sobre o notariado, nomeadamente as Ordenações³¹.

Para os séculos XIV e XV, o tabelionato foi tema de análise para os casos de Bragança³², Lamego³³, Coimbra³⁴ e Santarém³⁵, em estudos de carácter monográfico.

A escrita da presente dissertação foi orientada numa perspectiva que privilegia os homens em primeiro lugar, e os documentos, em segundo. No que diz respeito aos tabeliães, começámos por os identificar e relacionar a sua atuação com a história da cidade (capítulo 2). Os actos por eles não foram olvidados, e sobre eles nos debruçamos no capítulo 3. Conhecidos os documentos tratámos de saber a organização e hierarquia dos tabeliães (capítulo 4), e descortinar a sua posição socioeconómica através de dados sobre bens materiais dos mesmos (capítulo 5).

Nesta introdução não podia deixar de aludir brevemente àqueles que contribuíram para a elaboração desta dissertação. Agradeço em primeiro lugar a todos

²⁸ NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação: (1212-1279)*; LISBOA: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2008. Chamamos a atenção para o facto desta tese ter sido apresentada em 1996.

²⁹ FRESCO, João Paulo Oliveira – *O tabelião lisboeta Afonso Guterres: reconstituição e análise diplomática da sua actividade de escrituração (1400-1441)*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006.

³⁰ Dos quais salientamos: o estudo da implantação do tabelionato nos centros urbanos de jurisdição das ordens militares (“Primeiros tabeliães nas vilas do reino de Portugal sob jurisdição das ordens Militares (1212-1279)”, in *Guerra, Religião, Poder e Cultura. III Encontro sobre Ordens Militares. Actas*, vol 2, Palmela, 1998, pp.175-85.); a chancelaria da Ordem de Avis e o notariado público (“A chancelaria da ordem de Avis nos séculos XIII. Notas de Diplomática e Sigilografia”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa, Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2005.pp. 169-180.); um tipo diplomático específico escriturado por tabeliães lisboetas (“Intervenção da corte régia no enquadramento do comércio lisboeta (1276-1279), documentada por instrumentos notariais de composição”, in *II Colóquio Nova Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade (9-11 de Dezembro de 2004). Actas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.); a articulação entre notariado e elites urbanas (*Tabelionato e elites urbanas no Portugal ducentista (1212-1279)*, in *Elites e redes clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Évora, 2000, p. 211-20) e a questão do exercício do ofício tabeliônico por membros do clero (Exercício do ofício tabeliônico por clérigos no Portugal ducentista – problemas de acumulação e incompatibilidade”, in *Lusitania Sacra*, nova série, t.13-14 (2001-2002), pp.467-476.)

³¹ BALMORI-PADESCA, Ana Luísa - *O Notariado nas Ordenações Afonsinas, contributo para o seu estudo*. In <http://www.notarios.pt/NR/rdonlyres/11BE742A-FDDF-484D-8949-D03DB6362C50/52/EstudoDraAnaLu%C3%A0SdBalmori.pdf>. 18/06/2012, às 15h51m; e

GONÇALVES, Duarte – *O Tabelionato no Portugal Moderno: uma Perspectiva sobre o Tabelionato através das Ordenações Filipinas e outras Considerações*. «Sapiens: Património, História e Arqueologia».Nº3/4 (Dezembro 2010).

³² CUNHA, Maria Cristina de Almeida e – *Tabeliães de Bragança no século XIV*. In «Estudos em Homenagem ao Professor José Marques», 3, 2006.pp.313-24.

³³ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *Tabeliães e notários de Lamego na primeira metade do séc. XIV*. Coimbra: Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, 1998.pp.588-624.

³⁴ SANTOS – *Alguns aspectos ...*

³⁵ MATA, Luís António – *Alguns profissionais da escrita na Santarém de quatrocentos*. Revista Portuguesa de História,t.XXXII(1997-1998).pp.149-182.

os meus colegas de licenciatura e mestrado pela camaradagem académica e gosto comum pela ciência da História. Atrevo-me a destacar alguns nomes em especial, nomeadamente o de Joaquim Lopes, companheiro desde o início neste percurso, onde juntamente entramos em contacto com o tema do tabelionato medieval, e o de Joana Miguel Moreira e Rodrigo Sousa, pelo incentivo prestado por colegas que participaram ao mesmo tempo da tarefa árdua que é escrever uma dissertação. Seria impossível esquecer todo o apoio do Grupo Informal de História Medieval, pela troca e discussão de ideias e trabalhos. A Maria João Oliveira e Silva, por toda a disponibilidade e ajuda que sempre mostrou desde que a conheci. A todos os “nossos” Professores de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em especial para os de Medieval que contribuíram sobremaneira para o despertar da minha paixão pelo estudo desta época. À Professora Cristina Cunha, orientadora desta dissertação, pelo acompanhamento científico dado ao longo destes dois anos de mestrado, pelo entusiasmo compartilhado em relação ao tema do tabelionato e por todo o trabalho que teve com este seu discípulo. À minha família e amigos, pela paciência de me suportar durante a elaboração desta dissertação.

1. Origem do tabelionato português

Situa-se entre 1212-14 um documento assinado por um escriba que se auto intitula de “público tabelião”, facto que aponta para a introdução do tabelionato em Portugal no princípio do século XIII³⁶. A forma conturbada a nível político e social como terminou o reinado de *O Gordo* originou consequências para o reino, que se viram espelhadas na sua sucessão, por parte de D. Sancho II (1223-1248), período entre o qual, após um lento e tímido início, o ofício tabeliônico português viria a entrar em decadência³⁷, para mais tarde ressurgir, se bem que paulatinamente, já com D. Afonso III (1248-1279) no trono.

É exactamente no período classificado por B. Sá Nogueira como “eclipse”, mais concretamente a partir de 1242, que o tabelionato aparece na cidade do Porto³⁸, através de Martim Eanes, que exerce o seu cargo ininterruptamente até 1277³⁹. Nesse período surgem também alguns indícios do mesmo ofício, nomeadamente em Trancoso (1238), Bragança (1242), e Leiria (1246)⁴⁰. Braga parece ser o único centro onde o notariado não só se manteve, como parece ter-se desenvolvido, o que reforça a convicção que a sua criação inicial nessa cidade poderia ter-se devido não ao monarca português, mas ao arcebispo como autoridade civil máxima⁴¹.

Dois anos volvidos, o número de tabeliães públicos na cidade do Porto sobe com as notícias do exercício do cargo por parte de João Eanes até 1249. No reinado do *Bolonhês*, dois tabeliães também “entraram” em ofício: Martim Soares e Pedro

³⁶ Sobre esta matéria não existe ainda consenso. De facto, Bernardo Sá Nogueira reconhece a introdução do tabelionato em Portugal no reinado de D. Afonso II (1211-1223), entre 1212-1214, ano da notícia sobre a existência do primeiro tabelião – Martim Martins, de Guimarães – e do aparecimento do primeiro instrumento público (Carta de venda feita em 1214 por Mendo Eanes, tabelião de Santarém. Vd NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público*...p.59.) Já Saul António Gomes defende que o notariado medieval português preexistiria o reinado de *O Gordo*, ocupando as estruturas institucionais eclesiásticas um papel pioneiro na sua organização e afirmação. Vd. GOMES – *O notariado medieval português*...pp.246-248.

³⁷ Ou mesmo “Eclipse”, conforme Bernardo Sá Nogueira. Vd NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público*...pp.231-311.

³⁸ Em relação à criação dos tabeliães públicos nessa cidade, fica a dúvida entre a iniciativa episcopal, ao abrigo da carta de couto de 1120 dada por D. Teresa ao bispo D. Hugo, ou régia cabendo a criação *ex novo* ao rei, mas sendo do provimento do ofício cometido ao bispo, senhor da jurisdição civil da cidade. Vd. NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público*...pp.312-13.

³⁹ Vd. NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público*...p.233. Sobre Martim Eanes, assim como Martim Soares e João Eanes, escusamo-nos de deixar aqui grande desenvolvimento, pois já foram profusamente estudados por Bernardo Sá Nogueira, em *Tabelionato e instrumento público*...

⁴⁰ Embora sem sequência. A documentação notarial nestas três circunscrições apenas voltará a surgir em 1264, 1259 e 1254, respectivamente.

⁴¹ Vd. NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público*...pp.235-263.

Salamanca, aumentando, deste modo para quatro o número de *tabelliones*, pelo menos em 1277.

1.2. Condicionalismos políticos do notariado portuense nos séculos XIII e XIV.

Seguramente que a crise política do reinado de *O Capelo* tem antecedentes remotos. Os conflitos vinham rebentando desde o princípio do reinado de seu pai: o problema sucessório de D. Sancho I (1185 – 1211), a junção de alguns fidalgos portugueses a Afonso IX de Leão nas lutas fronteiriças que se verificaram em 1211 e 1212, assim como os indícios da centralização do poder em detrimento da nobreza e do clero⁴². Com a morte de D. Afonso II, triunfa o partido adversário do centralismo régio⁴³, que irá marcar o ambiente político e social herdado pelo seu filho. Há combates violentos entre nobres no norte do país, onde as dioceses do Porto e de Braga, cuja densidade de propriedade nobre é maior, parecem ser das maiores vítimas⁴⁴. Os bispados de D. Martinho Rodrigues (1190-1235) e D. Pedro Salvadores (1235-1247) são os maiores exemplos das conturbadas relações com o monarca, acusado da responsabilidade pela larga tolerância em relação aos crimes e abusos face à Igreja⁴⁵. A famosa *Lide do Porto*, em Julho de 1245, é um dos episódios que marcam este agitado período.

Mas não são só os nobres a insurgir-se contra a autoridade régia e eclesiástica. Os burgueses também desempenham um papel importante nesse plano, já que todo o século XIII é marcado por disputas entre burgueses e o poderio episcopal, na cidade do Porto, lutando para se afirmar como “poder civil alternativo”. A burguesia portuense adota dessa maneira técnicas e táticas que consistiam em *fazerem-se acreditar na cidade como chefes civilistas e atrair a simpatia dos monarcas jogando o jogo centralizador deles (...)* A estratégia, porém, foi (...) a da autonomia administrativa do burgo⁴⁶, que interessava, sem dúvida, a uma cidade comercial e marítima. Segundo Armindo de Sousa, o protagonismo burguês está presente na vida da cidade, levando mesmo a crer que em pleno século XIII existia e dominava no Porto uma elite burguesa

⁴² Através das inquirições, confirmações e leis gerais da mesma índole. Vd MATTOSO, José – *A crise de 1245*. In «Revista de História das Ideias». Vol 6. Coimbra: Faculdade de Letras, 1984.p.11

⁴³ Vd. MATTOSO – *A crise...*p.11.

⁴⁴ Vd. MATTOSO – *A crise...*p.17.

⁴⁵ Vd. OLIVEIRA, Miguel – *Os bispos senhores da cidade: I – De D. Hugo a D. Martinho Rodrigues*. In *História da Cidade do Porto*. dir Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1962.pp.184-195.

⁴⁶ SOUSA, Armindo de – *Os tempos medievais*. In *História do Porto*. dir Luís A. de Oliveira Ramos. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2. p.239.

que era já uma elite concelhia⁴⁷. Dessa forma podemos assumir que quando o tabelionato se manifesta na cidade do Porto a partir de 1242, fá-lo numa altura de aparente resolução de conflitos e apaziguamento de relações entre o bispo e a burguesia. Tudo indica que a estabilidade da articulação entre os poderes civil e eclesiástico é alcançada na cidade antes de 1248.

As práticas notariais e o quadro institucional estabelecidos durante o “Primeiro Tabelionato” (1212-1224), são mantidos integralmente no período que se estende de 1224 até 1248, apenas pelos tabeliães da cidade de Braga, de forma lenta e imperceptível⁴⁸. É, portanto, no reinado de D. Afonso III que se verificam as condições necessárias para continuar plenamente a política centralizadora que parecia ter entrado em hiato no reinado anterior. Só aí, parece a coroa voltar a ter condições para reunir em torno de si os apoios políticos suficientes para reassumir a liderança do processo de estabilização política, jurídica e institucional do reino, a nível interno e externo⁴⁹. Nessa perspetiva, entendemos os tabeliães como oficiais que completam o “braço da coroa” a nível local ou regional. Sem estes, o rei nunca poderia ter subordinado à sua estratégia política “um conjunto vasto de competências no domínio fiscal, financeiro e monetário sem dispor, previamente, de quadros fortes nos níveis intermédios da administração”⁵⁰. Toda a governação de D. Afonso III foi no sentido de conseguir o máximo controlo sobre a Igreja portuguesa, quer colocando à frente dela eclesiásticos em quem confiava plenamente, quer intervindo nas eleições episcopais e atribuindo abundantemente benefícios eclesiásticos⁵¹. A situação agudiza-se de tal forma que em 1266, o episcopado português, à exceção de Lisboa, está completamente em conflito direto com a coroa.

Segundo Bernardo Sá Nogueira, em 1253 o tabelionato estava firmemente implantado em Braga e no Porto, duas cidades onde a jurisdição civil pertence ao poder episcopal, e Coimbra, Guimarães, e Santarém, três centros urbanos de senhorio régio. Desse ano até 1263 verifica-se um certo progresso da instituição notarial que coincide

⁴⁷ Vd. SOUSA – *Os tempos...*p.239.

⁴⁸ Alguns tabeliães e escrivães de outras jurisdições, nomeadamente Guimarães, Coimbra, Torres Vedras, Viseu e Lamego, continuam a escriturar depois de 1223, mas abandonam quase por completo as práticas notariais anteriores. Vd. NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público...*p.311.

⁴⁹ Vd. NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público...*p.312.

⁵⁰ NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público...*p.230.

⁵¹ As acusações ao rei fazem queixa inclusive do levantamento de sentenças de excomunhão ou interdito proferidas por justa causa, ocupação e confisco dos bens da Igreja, aprisionamento e ameaças de morte com o intuito de receber compensações pecuniárias, entre outras. Vd. VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.pp.150-51.

com acontecimentos políticos de grande relevo, como o casamento real (1253), as Cortes de Leiria (1254), a redistribuição das tenências das terras por nobres estritamente ligados ao serviço do rei (1255-56) e as Inquirições Gerais (1258)⁵². A esse período segue-se uma década de estabilização e consolidação, com o alargamento do tabelionato a circunscrições de senhorio nobiliárquico, das ordens militares⁵³, e reforço da sua presença regional no Alentejo, e de um crescimento notável nos últimos cinco anos do reinado de D. Afonso III.

A eleição de D. Fernando Ramires em 1314 para a diocese portuense não foi do agrado do Concelho, havendo queixas em relação à apropriação de terrenos concelhios, e à má administração da justiça, reacendendo-se as lutas dos burgueses contra o senhorio episcopal e os direitos de eleição dos juizes, atracagem nas margens do rio, e réditos da venda do vinho de Riba Douro⁵⁴.

Não podemos de forma alguma olvidar que durante esta segunda década do século XIV o reino vive momentos agitados, especialmente pelo confronto entre o rei e o Infante seu filho, D. Afonso. De facto, cedo o Infante herdeiro mostrou interesse nos assuntos da cidade do Porto, mexendo influências e conjecturando esquemas. O objectivo do príncipe está bem explícito no episódio em que apoia o bispo do Porto, juntamente com seu tio, D. Frei Estêvão, provido então à diocese lisboeta (1313-1322), em 1319. A este respeito, António Cruz: *estando em Lisboa o Bispo do Porto, um seu irmão e um seu primo – todos, portanto, sobrinhos do prelado D. Frei Estêvão – por terem certas dúvidas com um filho do cidadão Estêvão Paes (...) saíram armados com companheiros, que convocaram e publicamente o mataram à falsa fé*⁵⁵. A decisão do rei em sentenciar à morte os prevaricadores foi tomada como ofensa por parte dos dois prelados que acabaram por abandonar o reino, e, com a protecção do Infante, continuar a agir sempre em desfavor da Coroa, na Cúria em Avinhão⁵⁶. Para tentar não perder o controlo da situação, D. Dinis manda ocupar toda a jurisdição da cidade, incumbindo

⁵² Vd. NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público...* pp.340 e pp.344-50.

⁵³ Especificamente sobre as Ordens Militares veja-se CUNHA, Maria Cristina e PIMENTA, Maria Cristina – *A Comenda de Albufeira da Ordem de Avis nos inícios do século XV: breve abordagem* in Separata de Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia. Loulé, 1, 1987.pp.305-47. E também CUNHA – *Alguns tabeliães...*p.153.

⁵⁴ Vd. CRUZ - CRUZ, António – *Os bispos senhores da cidade: II de D. Pedro Salvadores a D. Vasco Martins*. In *História da Cidade do Porto*. dir Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1962.p.222 e 227.

⁵⁵ CRUZ - *Os bispos senhores da cidade...*p.228. Sobre este episódio também Bernardo Vasconcelos e Sousa mostrou como um dos episódios de ruptura entre o rei e o príncipe vd. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.p.41.

⁵⁶ Como represália D. Fernando Ramires é deposto e transferido para a diocese espanhola de Jaen, enquanto D. Frei Estêvão para a de Cuenca. Vd. CRUZ - *Os bispos senhores da cidade...*p.229.

para esse efeito o seu mordomo, Vasco Pereira, que se apoderou das torres, da fortaleza, e do Paço Episcopal.

Quando D. João Gomes é ordenado bispo do Porto (1323-1327), as suas boas relações com o monarca valeram-lhe a recuperação da jurisdição da cidade e mais alguns direitos da Igreja, nomeadamente o da nomeação dos juizes, que cabia agora ao bispo. Os homens do concelho ficavam assim com o direito de apelar nas causas crimes para a Coroa. Sem grande surpresa, a elite concelhia, entenda-se os burgueses, não consentiram na decisão do rei, nem reconheceram por juizes nenhuns que a Igreja indicasse⁵⁷. O Infante D. Afonso, desde Maio de 1322 detentor do senhorio do Castelo da cidade, tentou apaziguar as relações entre os burgueses e a Sé, estabelecendo que o Concelho elegeisse três pares de juizes para um deles ser de juizes ordinários tanto nos feitos civis como criminais, cabendo contudo, a escolha desse par ao bispo⁵⁸. Perante a recusa do bispo e do Cabido, viu-se o Infante forçado a chamar a si essa nomeação. Já no trono, D. Afonso IV (1325-1357) determina novamente que o Concelho elegeisse todos os anos pelo S. João quatro pares de homens-bons, cuja eleição fosse da responsabilidade do prelado que ficava também detentor dos pesos e medidas do burgo.

Apesar da resposta a esta determinação ter sido positiva, os conflitos não cessaram já que em 1325, o Bispo e o Cabido do Porto vão apresentar mais uma vez queixas relativamente ao que entendiam ser um abuso do rei ao ordenar a construção de casas no sítio das Hortas, atrás da Fonte da Ourina, que se destinavam ao armazém régio⁵⁹ e a pousadas. Defendia *O Bravo* que as ditas casas seriam implantadas fora do cerco das muralhas e do Rio da Vila, terras não incluídas na carta de couto dada ao Bispo D. Hugo por volta de dois séculos antes. Logo, essa área não pertencia ao prelado portuense. Porém, a interpretação episcopal era dissemelhante, afirmando que o Canal Maior (limite indicado na carta de couto de 1120) correspondia ao chamado Rio Frio que corria nos limites de Miragaia.

⁵⁷ Vd. SOUSA – *Os tempos...*p.240.

⁵⁸ A apelação recaía no Bispo, e apenas em última instância para o rei. Vd. CRUZ - Os bispos senhores da cidade...p.231.

⁵⁹ O armazém régio era a alfândega. Casa de muito movimento, negócios e armazenamento de mercadorias, *o armazém significa fiscalidade e controlo, mas também organização comercial e financeira. É um espaço de interacção entre mercadores e transportadores em busca de lucro.* MIRANDA, Flávio – *A Cidade dos Mercadores. Da luta pelo poder civil às guerras fernandinas.* In *História do Porto*. Vol. III.. Matosinhos: QuidNovi, 2010. p. 43.

À morte de D. João Gomes sucede-lhe D. Vasco Martins, eleito directamente pelo Papa João XXII⁶⁰.

Época deveras conturbada na história da cidade do Porto: o Bispo e o Cabido queixam-se insistentemente de abusos e malfeitorias por parte da Coroa. Protestam contra o facto do corregedor João Joanes de Marvão ter vindo à cidade administrar justiça, em Novembro de 1328, e um ano depois contra o mesmo corregedor, agora acompanhado por Estêvão Vasques, um almoxarife e um escrivão, de estar em posse de uma carta régia que os habilitava de comprar hortas e outros bens dentro da terra coutada, o que era lesivo não só dos direitos da Igreja como dos privilégios do Concelho⁶¹. As reclamações eram portanto, uma constante: apropriação indevida dos almudes e colheres por parte da Sé em relação ao Concelho, dinheiros do vinho e pão que se vinha vender à cidade, açougagens, ancoragens, mordomados, excomunhões a membros do Concelho, etc...

Estes protestos vieram não só a agravar o clima de tensão que se vivia na urbe como também a permitir ao monarca cada vez mais intrometer-se nas questões de foro jurídico e administrativo intrínsecas da cidade. Ao rei, não cabia simplesmente receber as rendas que lhe eram devidas de direito, mas também de fazer e aplicar justiça em alturas de desentendimento. *Só havia uma solução: meter-se lá ele, rei, através dos seus oficiais – almoxarifes de preferência, mas corregedores – esses novos magistrados –*

⁶⁰ Sobre o novo bispo do Porto, Maria Helena da Cruz Coelho e Anísio Miguel de Sousa Saraiva definem-no como um prelado do seu tempo, uma figura que consolidou o perfil do alto clero culto e influente na primeira metade de 1300, de cuja carreira resultou de forma mais ao menos evidente a conjugação da estratégia de poder do respectivo grupo familiar, da prática do nepotismo eclesiástico e da proximidade ao círculo do poder régio e do papado de Avinhão, atingindo com a chegada à diocese do Porto, um importantíssimo passo na sua carreira, a qual deteve um percurso notável. Temos notícia da sua presença na Igreja de Barcelos como reitor em 1306, e mais tarde como clérigo do bispo do Porto, D. Geraldo Domingues, seu tio. Este último, foi uma das principais figuras do episcopado português do reinado de D. Dinis e um dos grandes defensores da política governativa deste monarca. Beneficiou não só da constante protecção do rei, que lhe concedeu inúmeras doações de bens e direitos, mas também do contacto muito próximo com o mecanismo de funcionamento e de poder da Cúria Romana, durante os pontificados de Nicolau IV, Bonifácio VIII, Clemente V e João XXII. Adquirindo uma certa notoriedade no quadro político-religioso, D. Vasco Martins foi o primeiro da sua estirpe a receber tamanho estatuto episcopal, e reforçar assim o círculo eclesiástico como instrumento de estruturação e engrandecimento social da sua família. (Vd COELHO, Maria Helena da Cruz; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *D. Vasco Martins, Vescovo Di Oporto e Di Lisbona: Una Carriera Tra Portogallo Ed Avignone Durante La Prima Metà Del Trecento*. In: *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2005. pp.119-39). Tudo leva a crer que a eleição não foi bem aceite pelo monarca que se empenhava em colocar Miguel Vivas (clérigo e vedor da sua chancelaria) na cadeira episcopal (Vd. MIRANDA – *A cidade dos mercados...* p. 27.). Talvez por isso, o rei intimou-o a apresentar-se na corte sob o pretexto de dirimir questões relativas aos direitos da Mitra. Assim, a falta de comparência do mesmo levou D. Afonso IV a sequestrar os rendimentos da Mitra, e a interferir em negócios da própria jurisdição da cidade - como revelam alguns protestos elaborados pelo vigário D. João Palmeiro, em nome do Bispo e pelos delegados do Cabido. (Vd. CRUZ - Os bispos senhores da cidade...p.235.)

⁶¹ Vd. CRUZ - Os bispos senhores da cidade...pp.235-37.

*também*⁶². Podemos afirmar, portanto, que D. Afonso IV entra cada vez mais dentro da cidade do Porto com seus oficiais, entre os quais contamos com os tabeliães públicos da cidade.

D. Afonso IV mostra-se um monarca generoso e bom na sua relação com o Bispo, quando necessita do seu auxílio para o combate, e alterna a sua postura para uma mais dura e severa quando o clima se revela mais pacífico, aproveitando para firmar a sua autoridade e engrandecer o seu património.

A Inquirição de D. Lopo Fernandes veio averiguar sobre os rendimentos e jurisdição temporal da Igreja, que poucos meses mais tarde contestava a actuação de Vasco Eanes, corregedor, que se permitia usar o seu ofício dentro da cidade, prejudicando a diocese portuense. Em sua defesa, o corregedor retorquia que o seu procedimento se devia ao facto de a determinação régia que regulava a correição nas cidades e vilas não estipular nada em contrário. Sem dúvida que sua persistência não seria *estranha a própria vontade de D. Afonso IV, talvez de novo inclinado à cobiça dos bons rendimentos da Igreja e também desejoso de atender as pretensões do concelho*⁶³. É, de facto, nessa altura que *muitos da dita cidade vieram à casa do referido Bispo Dom Vasco armados e violentamente entraram nas suas casas e mataram lá dentro um ou dois homens do dito Bispo, pois há dúvida se foi um ou se foram dois, e tomaram o que estava preparado para a casa do Bispo, para comer, na cozinha, e levaram umas coisas e espalharam outras pelos campos. Então o Bispo, que estava da dita cidade assistindo ao funeral de um certo que era soldado, fugiu então com o maior medo e tremor ...*⁶⁴, lançando o interdito à cidade.

Provido na diocese de Lisboa D. Vasco Martins, D. Pedro Afonso bispo de Astorga, ocupa a partir de 1343 a cadeira episcopal do Porto. Continuou o clima de tensão entre a Coroa e a Mitra, já que no mesmo ano, Vasco Eanes, corregedor na comarca do Entre-Douro-e-Minho, intimou o alcaide do Porto a entregar os presos recolhidos na cadeia episcopal à ordem dos juizes do couto, ao que o alcaide anuiu, à força. O corregedor permaneceu na cidade julgando em nome do rei, com o consentimento dos juizes da mitra que já se apelidavam de magistrados da coroa, o que levou D. Pedro Afonso a recusar a lista dos quatro pares de homens bons para nomeação dos juizes, no São João desse ano, nomeando outros dois que o Concelho por

⁶² SOUSA – *Os tempos...*p.241.

⁶³ CRUZ - Os bispos senhores da cidade...p.246.

⁶⁴ CRUZ - Os bispos senhores da cidade...p.247.

sua vez rejeitou⁶⁵. Deste pleito foi juiz o cardeal de Roma, que se por um lado, instigava o bispo do Porto a expor os seus agravos ao rei, por outro, pedia ao monarca que os removesse à Igreja portugalense pelos magistrados reais, e a restituísse de seus direitos. Não sendo possível chegar a acordo – já que recusava como juízes da causa os prelados de Coimbra, Viseu, e Lamego, como assessores do Arcebispo de Braga, nem o rei admitiu que só o Arcebispo julgasse o pleito – convocou D. Pedro Afonso um sínodo diocesano para a Igreja de Cedofeita, onde decidiu proceder com censuras contra o rei e impeli-lo a desistir das suas atuações contra a Igreja, sob pena de excomunhão. O Infante D. Pedro, filho de D. Afonso IV, chegou inclusivamente a vir à cidade do Porto tentando demover o prelado, mas sem sucesso. De seguida, o rei convocou uma assembleia na mesma Igreja, enviando o Mestre Pedro das Leis, o corregedor Martim Pestana, e o fidalgo Lourenço Gomes de Abreu com poderes para negociação com o prelado, Cabido e Concelho. O que se então passou é incerto, já que ambas as partes apresentam versões divergentes sobre o que ficou estatuído. Contudo, sabemos que nessa noite, D. Pedro Afonso fugia para a Galiza, acompanhado por um criado, provavelmente receoso do desfecho da negociação ou do clima de tensão que se tinha instaurado. O bispo foi perseguido até Valença a mando do corregedor, com o *intuito de o prenderem ou até de o matarem*⁶⁶. D. Afonso IV, argumentando que a cidade não podia estar sem juízes, fê-los confirmar pelo corregedor, na ausência do prelado. D. Pedro Afonso declara a cidade e a diocese interditas, e pronuncia pena de excomunhão contra aqueles que seguiam o rei no governo dessa mesma Igreja.

Uma cidade episcopal, interdita e sem bispo. Era assim o Porto na década de 1340, altura em que o monarca oportunamente mandou inquirir sobre os limites do couto episcopal com a finalidade de provar que o armazém da alfândega, e umas casas que ordenara construir na cidade, se situavam fora desses limites, não sujeitos à jurisdição do bispo. Assim, a 10 de Janeiro de 1348, André Domingues, tabelião público da cidade do Porto, é ordenado averiguar se a Igreja do Porto tinha em sua posse terras e direitos não incluídos na carta de couto de D. Teresa ao bispo D. Hugo (1114-1136), pedia o monarca *pella guisa que todo achardes assy mo enviade seellada do nosso sello, de guisa que por vos seia eu de todo certo, e nom ache hi al depois*⁶⁷.

⁶⁵ Vd. FREITAS, Eugénio da Cunha e – *Os bispos senhores da cidade: I – De D. Pedro Afonso a D. Gil Alma*. In *História da Cidade do Porto*. dir Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1962.p.251.

⁶⁶ FREITAS – *Os bispos senhores da cidade*...p.253.

⁶⁷ *Corpus Codicum*... vol 1.p.20.

Foram inquiridos três homens bons anciãos, entre os quais Domingos Eanes das Eiras, que depois de jurar aos evangelhos respondeu que *ouvyra dizer (...) que a doaçom que fora feyta por a Rainha dona Tareyja aa Egreja do Porto que lhe fora feita por (...) pedra salgada, e desy a lueda e como sse hia ao pee de mua. E desy a monte de Cativas. E como sse viinha a Fradellos. E como partia com o couto de Cedofeita. E viinhasse aa Caal mayor e hia ferir em doyro. E disse que ouvira dizer a muitos per muitas vezes que por hu hora chama Ryo de villa que alli chamavam dante Caal. E que os Bispos que foram poserom sentença descomunhom em todos aqueles que chamassem por o dito Ryo de villa Caal mayor; mas que lhe chamassem Ryo de villa. E que posserom nome Caal mayor por fundo de Mira gaya por huum logar que chamam Monchique, que parte com o couto de Cedofeita*⁶⁸.

O tabelião analisou e enviou a conclusão ao rei: os limites da Igreja do Porto abrangiam o perímetro definido pela carta de couto, no século XII aquando da doação a D. Hugo. Todavia, dois séculos mais tarde, existem dois espaços novos sob autoridade diocesana – Campanhã e a zona da Ribeira. Se no primeiro caso, a incorporação foi efetuada de forma legítima, mediante todos os processos legais e sem prejudicar os direitos régios, o segundo é completamente diferente. Depois de ser dada a carta de foral, a cidade começara a crescer em direção ao Canal Maior, e D. Julião Fernandes (1247-1260) que na altura ocupava a Sé portuense, ao aperceber-se desse crescimento alterou o nome de forma propositada, passando esse lugar *a chamar-se não caal maior mas sim Ryo de Villa para que caal maior pudesse ficar no fundo de mira gaya, num lugar chamado Monchique que fazia fronteira com o couto de Cedofeita*⁶⁹, e a todos aqueles que dissessem o contrário eram ameaçados com a pena de excomunhão. Com isto queria a Igreja deitar mão a territórios bastante povoados e dinamizadores da economia, já no século XIII. De facto, a Ribeira *era o centro do Porto mercantil, onde chegavam e partiam produtos. Onde se fazia o negócio. Era o centro da economia. Era o Porto dos mercadores*⁷⁰. Os prelados portuenses, conscientes das vantagens financeiras que tal manobra traria, decidiram portanto incorporar São Nicolau, Miragaia

⁶⁸ *Corpus Codicum...* vol 1.p.24.

⁶⁹ RIBEIRO, Luís Mário Araújo – *A Transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2009.p.17.

⁷⁰ MIRANDA – *A cidade dos mercadores...* p.37.

e o Monte do Olival⁷¹ aos limites concedidos por D. Teresa, e que na realidade não lhes diziam respeito. Mas a Coroa, por seu turno, também estava ciente dessas vantagens⁷². A importância deste episódio tem de ser compreendida para além das questões económicas e financeiras, imiscui-se na própria jurisdição da cidade⁷³.

O confronto entre o bispo e o Rei sobre os limites do couto episcopal, ainda persiste em 1354 quando o caso é levado até Avinhão, onde o Papa Inocêncio IV decide que sejam escolhidos juízes⁷⁴ para pôr termo ao conflito. Depois de treze sessões, decidem no Monte São Jorge, em Coimbra, a 25 de Outubro do mesmo ano, que o rei ficaria com as casas e armazém que ordenara edificar, pagando foro ao bispo, e garantiria também que o seu almoxarife julgasse os casos de pleitos ocorridos no mar⁷⁵.

As consequências da resolução deste confronto marcam claramente uma viragem na política da cidade, que já vinha sendo desenhada há anos. A vitória do *Bravo* neste processo leva ao desmantelamento da apropriação ilegal da zona ribeirinha por parte da Igreja, fazendo da cidade *cada vez mais um Porto de burgueses e cada vez menos um Porto de bispos*⁷⁶. É precisamente esta tendência a que vínhamos assistindo desde os reinados de D. Afonso III e ainda mais de D. Dinis, tendo agora uma maior amplitude com D. Afonso IV, no século XIV⁷⁷, consolidando-se assim as ambições do Concelho no que diz respeito à luta pelo poder civil, e as da Coroa, respeitantes aos rendimentos gerados pelo comércio. A conjugação de todas estas condições conduziu a um desprendimento cada vez maior da cidade das mãos do poder episcopal, aumentando cada vez mais a influência do rei, através do concelho.

No mesmo ano em que D. Pedro I (1357-1367) sucede a seu pai no trono, também a cadeira episcopal é ocupada por um novo prelado, D. Afonso Pires (1357-1372), sobrinho de D. Vasco Martins, outrora bispo da mesma diocese. O início do seu

⁷¹ Vd. MARQUES, José – *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV*. In «Revista da Faculdade de Letras – História». 2ª série. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. 1980. Vol III.p.74.

⁷² Evidentemente que esses terrenos teriam de pertencer à Coroa. De outra forma seria impossível, em 1239, D. Sancho II ordenar a construção do Mosteiro de S. Domingos em terrenos que não eram seus, nem mais tarde poderia D. Dinis receber esse mesmo mosteiro em sua proteção e defesa. Vd MIRANDA – *História do Porto. A cidade dos mercadores...*p.39.

⁷³ Vd. SOUSA – *D. Afonso IV...*p.131.

⁷⁴ Foram eles Diogo Lopes Pacheco, senhor de Ferreira das Aves, Fernão Gonçalves Congominho, cavaleiro, Mestre João das Leis, Mestre Gil, deão da Guarda, e Francisco Domingues, deão do Porto. Vd. FREITAS – *Os bispos senhores da cidade...*p.258.

⁷⁵ Vd. FREITAS – *Os bispos senhores da cidade...*p.258-62. Assim, *cumpria-se um desejo antigo dos reis de captar os negócios e o dinheiro do comércio*. MIRANDA – *A cidade dos mercadores...*p.41.

⁷⁶ MIRANDA – *A cidade dos mercadores...*p.39.

⁷⁷ Não podemos esquecer que o exponencial máximo deste confronto é a passagem do senhorio da cidade da Mitra para a Coroa, em 1406, no reinado de D. João I (1385-1433).

episcopado é marcado pela recusa da confirmação da sentença de 1354 (a pedido do Concelho) pelo Papa, e de um sínodo diocesano onde determina novas *constituições*⁷⁸ para o governo do seu bispado. As suas relações com *O Justiceiro* parecem ter sido sempre amigáveis, já que não há registo de qualquer desavença entre os dois, nem na vinda do monarca à cidade em 1360, nem na sua estadia, três anos mais tarde⁷⁹.

Com a Igreja portuense não teve D. Pedro I atritos de maior. De facto, são evidenciadas na sua governação situações em que parte para uma relação de benefício inequívoco para com o clero, interpretada da seguinte forma por Maria Cristina Pimenta: *uma avaliação rápida do seu significado em termos de governação poderá passar por se afirmar que esta é, também, uma outra forma de chamar a si as fidelidades e, por isso mesmo, uma outra forma de governar sem prescindir das linhas de actuação que o rei havia por bem definidas*⁸⁰.

Todavia, e não obstante o privilégio que concedeu ao concelho e homens bons do Porto⁸¹, as relações que o monarca estabeleceu com o Concelho mostraram-se bem diferentes. Armindo de Sousa refere o pouco entusiasmo do rei no que diz respeito à construção das muralhas da cidade, ordenadas por seu pai: *Dispensou de servir e pagar todos os que moravam em terras de fidalgos e ordens e reduziu para metade, de oito para quatro ou de seis para três dias no ano, as jeiras da adua aos que não podiam eximir-se; e dentre estes favoreceu os da Feira, permitindo-lhes substituir por dinheiro a obrigação de dar trabalho*⁸². Doutra maneira, poderia ter a obra da muralha sido finalizada anos mais cedo.

As boas relações entre a Mitra e a Coroa continuaram, já depois de D. Fernando subir ao trono (1367-1383), sendo D. Afonso Pires sucedido por D. Lourenço Vicente (1372-1373), e seguidamente D. João III (1373-1389), na cadeira episcopal. O governo do *Formoso* é altamente conturbado, não só pela guerra que o opôs a Henrique de Trastâmara, mas também pela grave crise económica que se fez sentir na última trintena do século XIV, a qual não pode ser dissociada da política financeira e monetária do rei.

⁷⁸ FREITAS – *Os bispos senhores da cidade...*p.264.

⁷⁹ Vd. FREITAS – *Os bispos senhores da cidade...*p.268-71.

⁸⁰ PIMENTA, Maria Cristina – *D. Pedro I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.p.127.

⁸¹ Privilégio que proíbe as autoridades de exigirem a posse e mantimento de cavalo a todos aqueles que tivessem rendimentos na ordem das mil e quinhentas libras, ao que o monarca sobe para duas mil. Vd. Chancelaria de D. Pedro I: 1357-67. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos. 1984. pp.589-90.

⁸² SOUSA – *Os tempos...*p.139.

A mudança da moeda em finais da década de 1360⁸³, e a decisão de tabelar os preços e controlar a circulação interna de mercadorias⁸⁴, não colheu frutos a curto ou médio prazo, fazendo-se sentir por essa altura inúmeras revoltas nas cidades e vilas do reino⁸⁵.

⁸³ A este respeito veja-se FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2007.

⁸⁴ Vd. GOMES, Rita Costa – D. Fernando. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.p.113.

⁸⁵ Entre as quais Abrantes, Tomar, Leiria, Santarém, Portel e Montemor-o-Velho, a título de exemplo. GOMES – D. Fernando...p.25 e 107.

2. Enquadramento legal dos Tabeliães públicos.

Parece-nos ser assaz pertinente expor aqui, se bem que de uma forma breve, o que se entende por tabelião público nos limites cronológicos em estudo, a forma como deveriam exercer o seu ofício, enfim os seus deveres e direitos.

O tabelionato remonta ao Império Romano, não representando originariamente um cargo público, mas sim uma forma de ganhar a vida através da redação de transações de quem não o podia fazer por si mesmo. Dessa forma, os particulares familiarizaram-se a fazer redigir os seus contratos por oficiais públicos denominados *tabeliones*⁸⁶, distinguindo-se a partir daí os *instrumenta publica* dos *instrumenta privata*⁸⁷.

No que diz respeito ao sistema de Direito Visigótico, não se encontra o vocábulo *tabellio*, nem se exige a intervenção de um oficial público para a validade das escrituras. De facto, o código visigodo reconhecia um papel probatório ao documento frente à prova mediante juramento, assentando o seu valor na subscrição do outorgante e das testemunhas. Em caso de dúvida, a autenticidade era dirimida pelos juízes através da caligrafia do texto e da presença de testemunhas⁸⁸. Sobre os notários, sabe-se que *uns eram particulares, outros publicos, outros do rei; e que só os publicos, os do rei, ou quem este determinasse, podiam dar autenticidade a resoluções ou leis do imperante, que constassem traslados, ou que fossem allegadas publicamente*⁸⁹.

A consolidação do tabelionato dá-se já no período da Plena Idade Média, desenvolvendo-se em consequência do ressurgir e difundir do direito justiniano no século XI, e com o surto de crescimento das cidades europeias, na viragem para o XII,

⁸⁶ Durante o período romano a diversidade de designações com que são apelidados os homens da escrita, dão por vezes azo a interpretações diferentes. Dessa forma, María Jesús Álvarez-Coca Fernández defende que a função notarial se encontrava dispersa entre oficiais públicos (*tabularii*) e privados (*tabelliones*), desempenhando os primeiros funções relativas ao censo e custeamento de documentos oficiais, subalternos da Cúria Municipal; enquanto os segundos seriam escrivães profissionais dedicados à escrituração de negócios jurídicos dos particulares, mas não podendo transmitir fé pública. Vd. ÁLVAREZ-COCA FERNÁNDEZ, María Jesús – *La fe pública en España, registros y notarias: sus fondos. Organización y descripción*. in Boletín de la ANABAD. ISSN 0210-4164, Tomo 37, Nº 12, 1987.p.11. Já Ana Luísa Balmori-Padesca distingue três categorias de pessoas a quem competia a escrituração dos actos privados: os *notarii*, simples escribas dedicados à redacção de actos orais que era necessário passar a escrito, os *tabelliones* (ou *tabulari*) escribas de profissão a quem competia redigir os contratos a pedido das partes, e os *scribae* (ou *curiales*), dependentes das cúrias municipais. Vd. BALMORI-PADESCA, Ana Luísa - *O Notariado nas Ordenações ...* in <http://www.notarios.pt/NR/rdonlyres/11BE742A-FDDF-484D-8949-D03DB6362C50/52/EstudoDraAnaLu%C3%ADsaBalmori.pdf> consultado em 3/4/2012 às 16h44m.

⁸⁷ Vd. BARROS – *História da Administração ...* Livro III, Título IX.p.721.

⁸⁸ Vd. ÁLVAREZ-COCA FERNÁNDEZ – *La fe pública...*p.12.

⁸⁹ BARROS – *História da Administração...* Livro III, Título IX p.722.

principalmente no Norte de Itália, que intensifica a atividade económica e a diversificação de negócios, provocando um alargamento gradual dos compromissos contratuais. Este acontecimento leva à necessidade de elaborar documentação com firme valor probatório para suportar a economia de mercado em crescendo⁹⁰, onde as corporações de escrivães profissionais se encontravam limitadas pelo facto de os documentos por eles elaborados só fazerem fé em tribunal em vida das testemunhas, ou quando validadas por selo autêntico das chancelarias imperiais, episcopais ou palatinas⁹¹.

A instituição do *notarius publicus* foi alargando o seu âmbito de influência ao Sul de França⁹², Inglaterra⁹³, e Península Ibérica, implantando-se até finais do século XIII. Nesta última, a cronologia do aparecimento dos notários públicos varia de reino para reino, situando-se entre a primeira década – na Catalunha⁹⁴ – e o terceiro quartel do século XIII – em Aragão, Castela⁹⁵ e Leão⁹⁶.

A introdução do tabelionato em Portugal é um tema que foi alvo de discussão por vários autores, entre os quais Bernardo Sá Nogueira, que defende o aparecer do notariado público no reinado de D. Afonso II (1211-23)⁹⁷. Saul António Gomes, por seu turno, sugeriu a possibilidade de o notariado medieval português preexistir o reinado de *O Gordo*, ocupando as estruturas institucionais eclesiásticas um papel pioneiro na organização e afirmação do reino⁹⁸. De qualquer forma, é unânime que o tabelionato

⁹⁰ Vd. NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público...* pp.40-42.

⁹¹ Nas outras regiões de Itália, em Roma e no Sul, a transição para notário público foi mais demorada. Vd. NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público...*p.42.

⁹² Onde se faz sentir em quase todas as cidades mais importantes. No entanto, os documentos feitos por notários de cidades como Arles, Avignon, Marselha, Toulon ou Tarascon, ainda não fazem fé pública, pois os notários têm de fazer validar os seus documentos com o selo do concelho. Vd. BAUTIER, Robert-Henri – *L'authentification des actes privés dans la France medieval* BAUTIER, Robert-Henri – *L'authentification des actes privés dans la France medieval. Notariat public et juridiction gracieuse*. In Chartes, sceaux et chancelleries : études de diplomatique et de sigillographie médiévales. Paris: École des chartes. 1990.pp.701-773.

⁹³ ZUTSHI, Patrick – Notaries public in England in the Fourteenth and Fifteenth Centuries. *Historia. Institutiones. Documentos*. 23. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1996.pp.421-33.

⁹⁴ Se bem que para um período mais tardio, veja-se PASCUAL MARTÍNEZ, Lope – El notariado en la Baja Edad Media: Escribas y Documentos Cataluña, Valencia y Mallorca) in *Miscelánea Medieval Murciana X*. 1983.pp.197-219.

⁹⁵ CARRASCO LAZARENO, María Teresa – Del «scriptor» al «publicus notarius»: Los escribanos de Madrid en lo siglo XIII. In *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, Hª Medieval*, t. 16.2003.pp.287-343.

⁹⁶ MARTÍN FUERTES, José A. – Los notarios en León durante el siglo XIII.pp.597-615.

⁹⁷ De facto, esta posição é tomada no seguimento do que tinha sido sustentado por NUNES – *Martim Martins...*

⁹⁸ *Deriva deste princípio ordenador o facto de, no primeiro terço de Duzentos, alguns tabeliães adoptarem uma identificação com inscrição de número ordinal imeditamente a seguir ao nome ("primus tabelio"), a qual não indica sobremodo a anterioridade temporal no exercício do cargo, mas antes a orgânica de um serviço e de uma distribuição espacial dos notários, bem como do pessoal auxiliar deles*

entra seguidamente num período denominado de “eclipse”⁹⁹, ressurgindo apenas no reinado de D. Afonso III (1245-1279), onde já se evidencia uma certa organização, e a sua implantação definitiva¹⁰⁰. Mas é apenas quando D. Dinis ocupa o trono (1279-1325) que nos deparamos com legislação própria referente ao exercício notarial no reino.

O regimento de 12 de Janeiro de 1305, assim como o de 1340, e a sua posterior codificação nas *Ordenações Afonsinas*, desenharam o quadro que seria o ofício tabeliônico na centúria de 1300, procedendo quase todos de reclamações feitas ao rei, por os tabeliães não guardarem determinados preceitos, que lhes estavam prescritos e que se tinham comprometido cumprir¹⁰¹. Outros regimentos, como o de 1379, e disposições régias marcam a evolução do tabelionato, servindo como instrumentos reguladores emanados pelo poder régio¹⁰².

Apesar de já ter sido desenvolvido por alguns autores¹⁰³, não podemos deixar de mencionar os artigos do regimento de 1305 e 1340, assim como as determinações presentes nas *Ordenações Afonsinas*, e o que estas implicam para a profissão dos tabeliães.

Em primeiro lugar, o notário devia ser um elemento do sexo masculino, e com a idade mínima exigida de 25 anos, perícia na escrita e conhecimento de Latim¹⁰⁴. Teriam de escrever em papel as notas das cartas ou instrumentos que haviam de lavrar¹⁰⁵, já que pendiam sobre os tabeliães acusações de que lançavam notas em cédulas e róis, que mais tarde perdiam, e diziam desconhecer da sua existência quando já se lhes tinha sido pago o salário. Salário que ficou inclusivamente fixado em um real branco por cada

dependente, de forma hierarquizada e interdependente. GOMES, Saúl António – *Percepções em torno da história do tabelionato medieval português*. Revista de História da Sociedade e da Cultura, nº5, 2005.p.85.

⁹⁹ NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público*...pp.231-305.

¹⁰⁰ NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público*...p.508.

¹⁰¹ Vd. BARROS – *História da Administração*...p.733, COELHO, Maria Helena da Cruz – *Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico (sécs XIV e XV)*. Sevilha: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1996.p.174, e também PEREIRA, Isaías da Rosa - *O tabelionato em Portugal*, in “Notariado Público y Documento Privado: de los orígenes al siglo XIV – Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática, Valencia, 1986”. Valência, 1989.pp.615-701.

¹⁰² Vd. GONÇALVES – *O Tabelionato no Portugal Moderno*... p28. http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero3_4/o_tabelionato_no_portugal_moderno.pdf.pdf, em 4/4/2012, às 9h52m.

¹⁰³ Vd. BARROS – *História da Administração*...pp.736-41, e COELHO – *Os tabeliães em Portugal*... pp.174-175, respectivamente.

¹⁰⁴ CORTÉS, Josépa – *Formularium diversorum instrumentorum: un formulari notarial valencià del segle XV*. Sueca: Ribera del Júcar, 1986.pX. citado por SANTOS – *Alguns aspectos*... .p.5.

¹⁰⁵ Artigo 1 do regimento de 1305. Assim referido por BARROS – *História da Administração*...p.737.

nove regras¹⁰⁶, dois brancos em caso de comissão feita pelo rei ou por um juiz, assim como o mesmo preço para as procurações. Por querela, penhora, fiadoria ou avença, seriam levados quatro reais brancos, e para publicação de sentenças, dois. No que diz respeito às Inquirições, teria o tabelião de levar quatro reais brancos por uma *aseentada* de testemunhas, valendo cada *aseentada* três ditos de testemunha, ou seja três testemunhos. Se o número fosse inferior, ficava estipulado que não se contasse por *aseentada*, mas por dito de testemunha, valendo um real branco cada¹⁰⁷. Dessa maneira, *fará duas aseentadas por dia; a saber, hũa des ora de terça ataa meyo dia, e a outra depois de comer ataa saída da véspera, e estará diligente a receber quantas testemunhas poder em o dito tempo em cada aseentada*¹⁰⁸.

A forma minuciosa como se fixam os salários que haviam de ser levados não só pelos tabeliães como também pelos escrivães vai de encontro às acusações que lhes são feitas de pedirem maquias que fixavam arbitrariamente. Com efeito, ficava estipulado no regimento que não devessem exigir salários superiores aos que lhes estavam taxados¹⁰⁹. Também se proibiu que se fizessem eleger para o cargo de juizes, já que lhes era atribuído o exercício da advocacia, e que, quando respondia judicialmente, o tabelião procurava dessa forma *influir ameaças no animo do juiz que o ha de julgar*¹¹⁰.

As escrituras dos contratos deviam ser registadas em livros de couro, devendo as partes envolvidas no acto ouvir previamente a leitura das notas¹¹¹ para que não houvesse dolos. No caso do não comparecimento destas competiria às testemunhas ouvir a dita leitura. A escolha do tabelião também devia ser de acordo com as partes¹¹², tendo de ser escrito em todos os documentos a data, o lugar e as testemunhas, especificando se estas foram ou não presentes.

Os emolumentos das sentenças, das cartas e dos processos também são especificados¹¹³: quando revestidas por pele de carneiro teriam o custo de cinquenta reais brancos, vinte cinco em meia pele, e quinze num quarto de pele. Em papel seria

¹⁰⁶ Ao invés do Escrivão que levaria um real branco por dez regras. Vd. *Ordenações Afonsinas*. Livro I, Título XXXV. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.p.215. A diferenciação entre tabeliães e escrivães é constantemente verificada na maioria da legislação.

¹⁰⁷ Distingue-se o critério sobre a quem se faz a inquirição. Se for a pessoa honrada, leve-se 4 reais, se for uma *inquiriçoom devassa* que se leve somente três. Vd. *Ordenações Afonsinas*...p.219.

¹⁰⁸ *Ordenações Afonsinas*... Livro I, Título XXXV...p.218.

¹⁰⁹ Artigos 6º, 7º e 10º do regimento de 1305. Vd. BARROS – *História da Administração*...p.737.

¹¹⁰ BARROS – *História da Administração*...p.739. Artigos 12º, 2º e 16º, respetivamente.

¹¹¹ Sobre a oralidade do acto como instrumento, veja-se GOMES, Saúl António – *In Limine Conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Braga: Palimage, 2007.p132-134.

¹¹² Artigos 3º, 4º, 8º, 22º e 27º. Vd. BARROS – *História da Administração*...p.737-40.

¹¹³ *Ordenações Afonsinas* Livro I, Título XXXVI...pp.220-224.

manifestamente mais barato, se bem que também dependesse do tamanho e tipo de carta pretendido, custando cerca de 12 a 16 reais. Já no preçário das cartas respeitantes aos tabeliães dos paços, as escrituras que enchessem *hũa pelle de perguaminho bem escripta sem malicia*¹¹⁴, deveriam ser feitas por quarenta reais, acrescidos de mais sessenta aquando da sua nota no livro; vinte as de meia pele, e trinta pela nota; doze por um quarto de pele, dezasseis pela nota. As escrituras lavradas em folhas de papel ficariam a doze reais, mais 16 pela nota, sendo seis em meia folha, e 8 relativamente à nota. Nos inventários, pagava-se como nos outros processos¹¹⁵.

Também as despesas das deslocações são disciplinarmente estabelecidas. Quando o tabelião ia exercer a sua atividade fora do seu lugar, e se levasse consigo besta e moço, cobraria por meio dia de serviço vinte reais brancos, e por um dia de serviço ganharia o dobro para seu mantimento, da besta e do moço. Caso a besta não lhe pertencesse só poderia levar metade. Sublinhamos que estes preços são somente respeitantes às deslocações, pois a lavra do acto é cobrada à parte¹¹⁶, assim como gastos de alimentação, se bem com uma particularidade: *ca por aazo do comer e afeiçom poderá ser torvado em seu officio, salvo se no lugar, honde for fazer tal auto nom achar a vender outro mantimento, salvo o que lhe a parte der; e se comer aa custa da parte elle, e o moço, e a besta, nã leve, salvo vinte reais, e se nom levar besta, leve soamente vinte e cinco reaes, e coyma deles; e se comer com a parte, nom levando besta, nom aja salvo quinze reaes*¹¹⁷.

Quanto às vistas dos feitos, se o tabelião escrever o feito desde o início, teria de cobrar pela sua vista o terço da quantia total da escritura, mas somente uma vez, mesmo que fossem pedidas várias vistas, *salvo se depois que a vista foi pedida hũa vez, o feito crescer mais per inquiriçom, ou per escriptura qualquer, seja-lhe contada a vista do que mais cresceo, aalem donde a outra vista foi pedida*¹¹⁸. Perante o juiz da apelação levariam um real branco por folha, tanto o tabelião como o escrivão.

¹¹⁴ *Ordenações Afonsinas...* Livro I, Título XXXVII...p.224.

¹¹⁵ *Ordenações Afonsinas...* Livro I, Título XXXVII...p.224-25. Em COELHO, - *Os tabeliães...*p.178, podemos constatar uma boa síntese destas disposições.

¹¹⁶ *E avera mais esse Tabeliam ou Escriptvam da sua escriptura, e aseentadas de testemunhas, ou penhora, se a fezer. Ordenações Afonsinas...* Livro I, Título XXXXII...p.234.

¹¹⁷ *Ordenações Afonsinas...* Livro I, Título XXXXII...p.235.

¹¹⁸ *E esto com tanto que lhe nom contem vista donde lhe contarem o trelado. Ordenações Afonsinas...* Livro I, Título XXXVIII...p.226. Não desenvolveremos aqui os montantes respeitantes aos *carretos dos feitos*, visto dizerem respeito apenas aos escrivães dos corregedores da corte e das comarcas, dos desembargadores, ouvidores dos Infantes e dos Mestres. Vd. *Ordenações Afonsinas...* Livro I, Título XXXX...p.232-33.

Verifica-se, portanto, um caso em que tanto o tabelião como o escrivão são legalmente autorizados a cobrar a mesma quantidade de dinheiro pelo mesmo trabalho. A legislação aponta na maioria dos casos para a primazia do primeiro, que está autorizado a cobrar mais por serviço do que o segundo. No nosso entender, esta distinção deve-se ao facto de que o tabelião régio teria a capacidade de firmar os seus documentos de fé pública¹¹⁹, conferindo ao documento por si elaborado *fides publica* irrecusável em juízo¹²⁰, e dando assim firmeza ao seu conteúdo para *obtener la eficacia de la vinculación inherente a la actuación escriturada*¹²¹.

Sem dúvida que esta distinção entre tabeliães e escrivães contribuiria para um matizar de relações entre os homens de ambos os ofícios, onde as questões financeiras ocupam lugar de destaque. Com efeito, nas Cortes de Santarém, em 1331, temos indicações que os tabeliães por diversas vezes viam os seus salários a serem levados indevidamente pelos escrivães, ao que o rei ordenou *que o Escrivam nom leve dijnheiros de tal escritura poys os leva o Tabelyom e quanto nos ffeytos ouvir dos pressos guardasse aquilo que Eu mandey que sse guardasse em tal ffeyto segundo he contehudo no escrito dos Corregedores*¹²².

O exercício da atividade notarial estava interdito a todo aquele que fosse clérigo¹²³, no regimento de 1305. Essa disposição já não aparece no de 1340, que em pouco difere daquele, dando mesmo a sensação de ter sido decalcado no anterior¹²⁴. A este respeito, D. Afonso IV determinou que nenhum clérigo secular ou regular advogasse ou procurasse em nome de outra pessoa nas audiências do rei, ou em quaisquer senhorios da coroa, e também que se não provesse em ofício secular dos concelhos quem fosse ordenado de ordens sacras ou menores.

No levantamento por nós efetuado sobre os tabeliães públicos da cidade do Porto, ressaltam três nomes relativamente a este aspeto: Martim Eanes, primeiro tabelião público da cidade (1242-1277), e João Eanes (1244-49), (ambos *clerici*

¹¹⁹ De facto, *el carácter fundamental de este grupo y lo que lo cohesiona seguirá siendo su labor diferenciadora y socialmente reconocida – ser depositario de la fé pública*. PARDO RODRÍGUEZ, María Luísa – *Notariado y Monarquía: Los escribanos públicos de la ciudad de Sevilla en el reinado de los reyes católicos*. Historia. Instituciones. Documentos. 19 (1192).p.326.

¹²⁰ Vd. NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público*...p.25.

¹²¹ BONO, José - *Conceptos fundamentales de la Diplomática Notarial*. Historia.Instituciones. Documentos. 19 (1192).p.14.

¹²² *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1982.p.93. Nesta passagem fica também expresso que a superintendência dos tabeliães cabia aos corregedores. Sobre esta matéria veja-se BARROS – *História da Administração*...pp.754-55.

¹²³ Artigo 28º, vd. BARROS – *História da Administração*...p.740.

¹²⁴ Vd. COELHO – *Os tabeliães*...p.175.

portugalenses, e já estudados por Bernardo Sá Nogueira¹²⁵), e Domingos Abade, tabelião público do Porto (1308-16) (de que sabemos tratar-se do mesmo indivíduo que aparece como *notator* em janeiro de 1294, como clérigo¹²⁶). Temos aqui um exemplo de uma das que supomos terem sido frequentes exceções à regra que interditava os membros do clero de poderem exercer o ofício tabeliônico.

A indumentária do tabelião também é estipulada nas *Ordenações Afonsinas*, que submetem o tabelião a trazer *continuadamente roupas farpadas, e devisadas de cores desvairadas com diferenças partidas bem devisadas, sem nunca trazendo em nenhum tempo coroa aberta grande, nem pequena; e nom comprindo ele Tabaliam totalas cousas, e cada hũa dellas perfeitamente em todo o tempo, que logo per esse mesmo feito perca logo todo o dito Taballiado, sem sendo para elle mais citado, nem chamado: e nom seja escusado de perder o dito officio, posto que algũas das ditas clausullas compra, se as perfeitamente nom comprar*¹²⁷. Em caso de luto pela morte de algum parente, são autorizados a pôr em cima das roupas uma fita ou linhas de burel ou de lã.

Ressalvamos que muitas disposições das *O.A.*, são remetidas por D. Afonso V para o costume em tempo de seu pai D. Duarte, e de D. João I, seu avô. Da mesma forma que as *Ordenações* incorporam legislação mais antiga, também os regimentos, não só o de 1340 mas principalmente o de 1305, serão provavelmente uma recompilação que incluísse textos legislativos anteriores¹²⁸, datados pelo menos desde o reinado de D. Afonso III. Todavia, a legislação parece um pouco mais benevolente na centúria de quatrocentos do que na de trezentos, já que, apesar do incumprimento das determinações legais régias resultar sempre na pena de falsários, esta significa a perda do ofício no século XV, e a morte, no século XIV¹²⁹.

Sublinhamos novamente que o regimento de 1340 em pouco difere do de 1305. Apresenta contudo algumas inovações, especialmente no que diz respeito ao tempo da feitura dos atos, admitindo-se estender o prazo máximo de 8 dias mediante requerimento a um juiz e na presença dos demais interessados¹³⁰. Disposições muito

¹²⁵ Vd. NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público*...p.570-71. O autor destaca especialmente o caso de Martim Eanes, pela elevada qualidade do seu latim e por se referir a si próprio como *publica persona civitatis portugalensis*. Caso único no estudo citado.

¹²⁶ SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na Catedral*... p.68.

¹²⁷ *Ordenações Afonsinas*... Livro I, Título XXXIX...p.281.

¹²⁸ Vd. NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público*...p.47.

¹²⁹ Com efeito recordamos as disposições sobre os tabeliões dos Judeus e dos Mouros, impedidos de escrever em hebraico ou árabe, mas em ladino ou português, respetivamente, pois em contrário: *Mandamos que morra por elo. Ordenações Afonsinas*... Livro II, Título LXXXIII...p.513-14., e Título CXVI...p.557-58.

¹³⁰ Vd. BARROS – *História da Administração*...p.741.

semelhantes são regulamentadas nas *Ordenações Afonsinas*, sendo este já um verdadeiro código, eliminam-se as exposições de situações dolosas para se evidenciar apenas o que deve ser cumprido (...) mas também cláusulas se encontram nestas Ordenações muito mais bem clarificadas e desenvolvidas, sendo outras completamente novas e tradutoras de um progresso da profissão (...) ¹³¹, como sintetiza Cruz Coelho. Diferenciam-se as competências dos tabeliães das audiências e do paço, trata-se do modo de agir na feitura de documentos entre judeus e muçulmanos, estabelece-se que quem necessitasse de uma escritura e não pudesse ir ao paço dos tabeliães, deveria este oficial a deslocar-se sua casa, e proíbe-se que, depois dos documentos serem dados às partes, se efetuassem cópias sem autorização régia ¹³². Para além das leis emanadas pelo poder régio há queixas em cortes, não só contra os tabeliães, mas também nos casos em que estes homens apresentam queixa, se bem que seja uma circunstância menos verificada. Lembramos o caso de Gil Vasques de Resende que é acusado pelos procuradores de Lamego, nas cortes de Lisboa de 1352 ¹³³, de filhar aos lavradores a palha, as ervas, o gado, roupa e penhoras sem razão, ameaçando tabeliães e juizes para que estes não o citassem por carta do rei ou do concelho: *os tabelioens nom housam a hir çita-lo com sseu medo porque os ameaça* ¹³⁴.

Depois do regimento de 1340, D. Fernando estabelece os casos em que os contratos só podem se provar com escritura pública, que se reportava a qualquer valor que passasse das cinco libras ¹³⁵, sendo celebrados depois de sessenta dias desde a publicação dessa lei, não se podendo alegar nem provar em juízo senão apresentando escritura, ou carta com selo do rei ou outro selo autêntico ¹³⁶. Do mesmo modo, para que a falta de tabeliães ou escrivães não retardasse a redacção dos actos, fica também determinado que cada cidade, vila ou julgado, *houvesse um logar certo e conhecido onde as partes os encontrassem durante o dia (...) [e] ainda para evitar delongas no apromptar das escripturas, estabelece por ultimo a lei que aos tabelliães ou escrivães jurados onde não houver tabelliães, seja permitido ter os escreventes que quizerem,*

¹³¹ COELHO, - *Os tabeliães*...p.176.

¹³² *Ordenações Afonsinas*... Livro I, Título XXXXVII...p.261-69.

¹³³ Também mais tarde, dos protestos apresentados ao rei D. Duarte, exortando que os tabeliães que estivessem para além do número na cidade, contribuíssem para o pagamento das quinhentas libras de pensão anual. Vd. *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*. Org João José Alves Dias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 1998-2002.p.269.

¹³⁴ *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1982.p.143

¹³⁵ D. João I elevou essa taxa a trezentos reais de três libras e meia, ou seja três mil e quinhentas libras. Vd. BARROS – *História da Administração*...p.751.

¹³⁶ Vd. BARROS – *História da Administração*...p.746.

*escolhidos livremente por elles*¹³⁷. Os escrivães deviam também prestar juramento, e eram providos por carta régia.

Não podemos olvidar que os tabeliães são acima de tudo oficiais públicos ao serviço do rei, e que dessa maneira fazem parte intrínseca da máquina burocrática e administrativa do reino. Faz parte, portanto, do protocolo da investidura o juramento à chancelaria régia¹³⁸, já que estes eram providos no cargo pelo próprio monarca. Como não podia deixar de ser, a exceção faz a regra, e se bem que por poucas vezes, o rei permitia que os tabeliães exercessem o seu ofício em nome de outrém¹³⁹.

A renúncia do cargo também estava prevista na lei, se bem dependesse apenas do rei, nas plenas condições físicas e mentais do renunciador. Da mesma forma, não o poderia vender *a nenhũa pessoa por nenhuũ preço; e fazendo-se o contrario, o vendedor perca o preço, que por tal venda receber, e mais o dito officio, e o comprador nom o possa aver, e fique a ElRey para o dar a quem sua mercee for*¹⁴⁰. O que mostra claramente a preocupação por parte da coroa em manter o controlo sobre o ofício nas mãos da administração central.

Fica aqui uma breve ideia das obrigações legais que estes oficiais da escrita tinham o dever de cumprir. Apesar de numa primeira leitura, as queixas em corte nos poderem indicar o contrário, a documentação por nós estudada deixou, no geral, uma ideia positiva destes homens, levando-nos a crer que não seriam poucos os que exerceriam o seu ofício com retidão.

2.1. Quem são?

Parece-nos absolutamente fundamental, ao elaborar um estudo sobre o tabelionato portuense na cronologia por nós adotada, elencar os indivíduos que surgem como tabeliães públicos, o que constituiu um dos maiores problemas com que nos

¹³⁷ BARROS – *História da Administração...*p.748.

¹³⁸ Existem, inclusivamente, notícias de desobediência por parte de alguns tabeliães em ir prestar juramento à chancelaria, o que era considerado pelo rei *grande dapno aa justiça*. Vd. *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1982.p.43.

¹³⁹ Recordamos, com efeito, a doação do rei D. Fernando da jurisdição civil do couto de Leomil a Vasco Fernandes Coutinho, seu vassalo, com o direito que os notários públicos sejam *tabelliaes em seu nome*. [PT-TT-CHR-F-001-0001- m0248.TIF](http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3813660) in <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3813660> 6/4/2012 às 21h38m. Para além dos casos específicos das Ordens Militares Vd. CUNHA, Maria Cristina Almeida e – A Comenda de Oriz da Ordem de Avis. Separata de Bracara Augusta.Vol XL. 1989.pp.5-72.; também dos Infantes, Condes, Almirante, Alferes-mor e Mosteiro de Alcobaça Vd. BARROS – *História da Administração...*p.756.

¹⁴⁰ *Ordenações Afonsinas...* Livro IV, Título VIII...p.68.

deparámos na elaboração do presente estudo¹⁴¹. As dificuldades em separar e analisar os indivíduos, estão ligadas sobretudo à homonímia dos homens, aos limites temporais das carreiras de cada um, e ao facto de haver *tabelliones* apenas mencionados como testemunhas, ou simplesmente referidos no texto (ANEXO 1).

Relativamente a questões ligadas à homonímia, evidenciamos o mesmo nome para mais do que uma pessoa, situação normal já que nos deparamos com apelidos bastante comuns¹⁴², ou até grafias diferentes de nomes que podem indicar a mesma pessoa¹⁴³. Dessa forma, existem pelo menos três indivíduos que compartilham o nome de Domingos Domingues, dois deles exercendo funções em períodos bastante próximos. Assim, Domingos Domingues (I), teria praticado a actividade notarial entre 1286 – 1289, enquanto Domingos Domingues (II) o teria feito entre 1296 – 1298. O sinal notarial foi a chave para distinguir estes dois indivíduos, já que o seu *signum* é totalmente diferente. Esta evidência leva-nos a crer que a cidade do Porto teve dois tabeliães do mesmo nome, Domingos Domingues, no período que se estende de 1286 a 1298. Já no que diz respeito a Domingos Domingues (III), apenas temos duas referências. A primeira surge num contrato, datado de 18 de Janeiro de 1318, no qual o Cabido do Porto empraça a Martim Eanes e sua mulher, Susana Peres, um casal em Vilar de Dona Ema. O documento em causa encontra-se inserto numa renúncia de 6 de Julho de 1335, da mão de João Vicente, tabelião público do Porto¹⁴⁴. Aparece também, seis anos mais tarde, como testemunha numa contenda entre o Concelho e o Cabido e Bispo da cidade do Porto, a 22 de Outubro¹⁴⁵. Por não conseguirmos comparar o seu sinal notarial, e pela impossibilidade de podermos efectuar uma análise da sua escrita com a dos demais, nunca pudemos com segurança ligá-lo aos restantes de seu nome. Sendo a distância cronológica em relação aos dois últimos significativa (cerca de 20 anos), poderia representar uma carreira mais duradoura. Admitimos, então, que este

¹⁴¹ A este respeito veja-se sobretudo CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1074-1244)*. A Coruna: Editorial Toxosoutos SERIE TRIVIUM, 2005. p172-291; também NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público...* pp.62-77; e SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na Catedral...* pp.57-107.

¹⁴² Entendemos por nomes mais comuns aqueles que surgem com uma maior frequência. Falamos de nomes como Domingos Domingues, João Domingues, Afonso Domingues, João Eanes, João Peres e Nicolau Esteves, a título de exemplo. Todos estes nomes aludem a mais do que um tabelião.

¹⁴³ O que pretendemos afirmar é a existência de casos em que nos é impossível, com nomes diferentes, indicar pessoas distintas: não existe propriamente uma diferenciação significativa entre o nome de João Peres e de João Pires, ou de Gonçalo Eanes e de Gonçalo Anes, visto se tratarem do mesmo sobrenome. Fazemos excepção a este último nome apenas numa situação, que iremos desenvolver adiante.

¹⁴⁴ ADP, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*, Livro 1672 fl 40.

¹⁴⁵ *Corpus Codicum latinorum eorum qui in archivio municipali portucalensi asservantur antiquissimorum*. PORTO: Curiae Municipalis editum. 1891-1917. Vol 2 pp.156-160.

Domingos Domingues seria provavelmente, um terceiro indivíduo que exerceu a função de tabelião duas décadas mais tarde.

Também João Domingues é um nome partilhado por outros três tabeliães, o primeiro dos quais entre 1283-84. João Domingues (II), demarca-se claramente não só pela baliza temporal em que exerce o seu ofício (1315-16), como ao mesmo tempo pelo sinal que é posto no documento *em testemoyinho de verdade*¹⁴⁶. De 1343 a 1375, é *tabaliom d'ElRey na cidade do Porto* João Domingues (III).

Casos há em que, apesar da homonímia, foi fácil distinguir dois oficiais. Partindo do princípio que o testamento de Afonso Domingues (I) (de que conhecemos uma cláusula) foi feito perto da sua morte, esta terá ocorrido por volta de 1324. Não pode, pois, ser confundido com Afonso Domingues (II), também tabelião, que exerceu, pelo menos entre 1363 e 1368. A confirmar esta distinção de oficiais está o facto de Inês Eanes, viúva do primeiro, outorgar uma *almuinha* que partia do Armazém da cidade ao Cabido da Sé do Porto, mostrando claramente que, pelo menos desde 4 de Abril de 1367, data do outorgamento, o seu marido já tinha falecido. O texto é absolutamente explícito relativamente a este aspecto, assinalando o local da feitura do documento, *na rua das Eiras... ante as portas da casa onde morou Afonso Dominguez tabaliom que foy da cidade*¹⁴⁷. O que exclui a hipótese de se tratar de Afonso Domingues (II), visto este último continuar no exercício das suas funções como tabelião público, para além dessa data.

Não fosse a diferença colossal entre os sinais públicos apresentados de Nicolau Esteves I e II, poderíamos ter sido levados a colocar a hipótese de se tratar de um único tabelião, mas com uma extensa carreira.

A homonímia destes agentes da escrita também padece de algumas ressalvas respeitantes à tradução e retroversão dos nomes de quem escreve. Dessa forma *Iohani Petri* é traduzido em traslados ou cópias posteriores de documentos como João Peres, ou Pires, indistintamente. Neste estudo tratámos os nomes de forma uniformizada, traduzindo todos os apelidos *Petri* para Peres, e *Iohannis* para Eanes, e não Anes.

Sentimos, portanto, a necessidade de fazer um comentário, em dois casos específicos. Uma única vez consideramos o patronímico Eanes como Anes, numa procuração de 24 de Junho de 1331, escrita por Martim Vicente. No rol de testemunhas

¹⁴⁶ ADP..., Livro 1664 fl 41.

¹⁴⁷ ADP..., Livro 1678, fl 10

figuram dois tabeliães do Porto, um Eanes e outro Anes, ambos de nome Gonçalo¹⁴⁸, o que indica a existência de dois tabeliães públicos na cidade do Porto, com apelidos iguais. A semelhança do patronímico poderia impedir a distinção entre os dois, não fosse este documento. Sublinhamos contudo, a dificuldade em separar claramente estes indivíduos, em grande parte pela quantidade de referências documentais que mencionam este nome se reportarem a testemunhas de atos, e não tanto à sua autoria.

Ficamos surpreendidos também no que diz respeito ao exercício da actividade de alguns destes tabeliães públicos. Em alguns casos, a duração das carreiras é significativamente extensa, o que nos leva a pensar mais uma vez, na distinção dos indivíduos.

André Domingues, tabelião público na cidade do Porto, testemunha a pública-forma de três cartas de D. Afonso IV, a 16 de Novembro de 1328¹⁴⁹, e é referido numa inquirição de Março de 1379¹⁵⁰, o que teoricamente significaria que teria exercido funções pelo menos durante 51 anos. Apesar da possibilidade, já que não é novidade a existência de longas carreiras de tabeliães¹⁵¹, parece-nos pouco provável que André Domingues ainda exercesse o cargo até à sua última referência, visto estar documentalmente presente de forma assídua, no período que se estende de 1328 a 1347, para depois sobre ele cair um silêncio que perdura até 1379. Tudo nos leva a crer que a baliza cronológica que limita a actividade deste tabelião é firmada, *de facto*, em 1348. ano em que escreve uma inquirição no dia 10 de Janeiro¹⁵².

Gonçalo Martins, que testemunha uma procuração na condição de *tabellione* a 16 de Julho de 1280¹⁵³, não é certamente o autor de uma pública-forma de 9 de Junho de 1382¹⁵⁴, pela distância temporal que separa os dois documentos: 102 anos. Sendo impossível tratar-se da mesma pessoa possuímos constantes referências documentais a

¹⁴⁸ Vd. *Corpus Codicum* ...vol 2.pp.214-216.

¹⁴⁹ ADP..., Livro 1675, fl 33. As três cartas são lavradas em plena contenda entre o Cabido da Sé do Porto, e a cidade sobre o comércio de vinho e pão.

¹⁵⁰ ADP..., Livro 1679, fl 30. A inquirição recai sobre as terras de Santa Maria, em Gaia, e é escrita por Afonso Eanes, tabelião em Gaia e Vila Nova.

¹⁵¹ Como por exemplo, a longevidade dos cargos de tabelião exercidos por Estêvão Peres 1222-1271, Fernando Peres (III) 1235-1291, e João Pais (I) 1229-1287, em Braga, vd CUNHA, Maria Cristina de Almeida e – *Tabeliães bracarenses no século XIII*. Separata “IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional Comemorativo – Actas”. Braga: 1990.p.252; e também Pedro Afonso 1397-1451, em Coimbra, Vd. SANTOS – *Alguns aspectos*... p.11.

¹⁵² Inquirição ordenada por D. Afonso IV sobre os limites do couto, doado por D. Teresa ao Bispo D. Hugo. Vd. *Corpus Codicum* ...vol 1. p.20.

¹⁵³ ADP ..., Livro 1683, fl 22 (inserto). Gonçalo Pereira e Lourenço Afonso são nomeados procuradores do Cabido.

¹⁵⁴ *Corpus Codicum* ...vol 6 fas 5. pp.11-12. Pública-forma de uma carta de D. Fernando na qual ordena o pagamento e recolha das sisas, e recebimento das mesma na Vila de Guimarães de 1380.05.11.

Gonçalo Martins, durante esse século, o que indica que se trataria de mais do que um indivíduo. Quando muito, Gonçalo Martins que testemunha um ato em 1280, pode ser relacionado com o tabelião do mesmo nome, autor de uma pública-forma em 1297¹⁵⁵, pela proximidade das datas. Mas mesmo assim, é impossível avançar com mais do que meras hipóteses.

Situação semelhante se verifica com Lourenço Esteves¹⁵⁶: seguramente que a distância cronológica entre a primeira e última referência é assinalável (59 anos), e nem o hiato documental entre 1280 e 1310, período durante o qual não se conhece qualquer indicação do exercício de suas funções, não parece ser suficiente para provarmos aqui, sem margem de dúvida, que se trata da mesma pessoa. Foi impossível estabelecer uma comparação do seu sinal notarial, ou até uma análise da sua escrita, contando que estas duas primeiras indicações se referem a uma co-validação num documento inserto, no primeiro caso, e a um testemunho, no segundo. Todavia, notamos que a partir de 1310 até 1339, a frequência com que Lourenço Esteves surge na documentação é maior, intensificando-se entre os anos de 1317 a 1329. Desta forma justificamos a nossa perspectiva sobre a duração da carreira de Lourenço Esteves, não tanto pela impossibilidade de demonstrar tratar-se de mais do que um indivíduo, mas sobretudo pela dificuldade em marcar claramente linhas cronológicas que separassem tabeliães diferentes.

Para além de muitas indicações que possuímos sobre tabeliães públicos como autores *de facto* dos documentos por nós seriados e estudados, ficamos também surpreendidos com a quantidade de alusões a tabeliães que surgem apenas referidos, ou somente como testemunhas.

De facto, existem menções a homens como tabeliães públicos, sem estarem necessariamente ligados à função da escrita do *stromento*, participando de forma diferente na feitura documental. Acreditamos, contudo, que o facto de não encontrarmos dados concretos sobre o exercício da atividade desses homens não nos pode levar a concluir que não escreveriam de todo. Para muitos destes casos temos apenas pouquíssimas referências. Todavia, o facto de se autodenominarem como *publicus*

¹⁵⁵ *Censual do Cabido*....pp.126-127. Pública-forma da doação de Dona Maria de Farlães, irmã de D. Gomes Correia, do padroado da Igreja de Santa Maria de Campanhã ao Bispo e Cabido do Porto.

¹⁵⁶ Que em 1280 subscreve uma procuração (ADP..., Livro 1683, fl 22 [inserto]), para apenas voltar a ser mencionado em 1310 numa doação da qual é testemunha (ADP..., 1670, fl 44. Egídio Martins, cavaleiro dito de Teive, doa o padroado da Igreja de São Cosme de Gondomar ao Bispo e Cabido do Porto.). O último documento subscrito por Lourenço Esteves foi escrito 29 anos mais tarde (ADP..., Livro 1676, fl 9. Lourenço Peres e Maria Gonçalves, sua mulher, doam um forno ao Deão e Cabido da Sé do Porto.)

tabellio in civitatis portugalensis, *tabellio publicus*, ou simplesmente *tabellio*¹⁵⁷, foi suficiente para os incluir neste estudo, já que efectivamente são reconhecidos como tabeliães para efeitos de validade do documento.

Primeiramente cabe-nos dizer que de um universo de 334 documentos escritos, temos 47 referências a 32 tabeliães, dos quais não conhecemos um único documento escrito. Ressalta a enorme disparidade entre as indicações de cada um, já que para a grande maioria dos casos temos apenas uma única referência, contrastando com as 7 de Francisco Peres, e as 4 de Martim Álvares e Salvador Domingues, por exemplo. Mais do que assinalar o número de alusões a Francisco Peres ou Martim Álvares, consideramos assaz pertinente referir que as 7 indicações que possuímos para o primeiro se estendem por 15 anos (1356.11.11. – 1371.07.21.), enquanto as 4 do segundo se confinam a um período pouco superior a um ano (1338.11.06. – 1339.12.24). Contudo, estes valores são insuficientes para podermos fazer qualquer relação entre a presença destes homens na documentação, e as balizas temporais durante as quais exercem a actividade notarial.

O facto de haver tabeliães a figurar como testemunhas fica-se certamente a dever ao prestígio que a sua presença trazia ao acto que se realizava, e porque, sendo letrados, protegeriam as partes de possíveis falsidades que o redactor dos diplomas pudessem nele incluir¹⁵⁸. Luís Miguel Rêpas avança que a presença de testemunhas importantes atribuiria uma maior segurança, autoridade e solenidade ao acto¹⁵⁹. A presença de tabeliães como testemunhas e/ou subscritores revestiria, assim, o documento de uma validade superior¹⁶⁰. Se o número de oficiais existentes em cada localidade for, no rol dos tabeliães de 1290¹⁶¹, superior àquele que efectivamente escreve os actos que chegaram até nós, perguntamo-nos se essa diferença não corresponderá à quantidade de tabeliães que surgem, não como autores de documentos, mas em outra condição.

¹⁵⁷ Fazemos notar a multiplicidade de títulos usada pelos indivíduos da escrita, variando o uso das suas auto-designações. Essa alternância é notada também no caso de Guimarães por NUNES – *Martim Martins* ... pp.25-30., em Braga por CUNHA – *Tabeliães bracarense*...pp.251-253., em Coimbra veja-se SANTOS – *Alguns aspectos*... p.12., e também Sevilha Vd OSTOS SALCEDO, Pilar, PARDO RODRIGUEZ, María Luisa – *Documentos e notários de Sevilla en el siglo XIII*. Sevilla, 1989.p.28.

¹⁵⁸ Relativamente a esta matéria Vd. CUNHA – *Alguns tabeliães do ...*p.157.

¹⁵⁹ Vd RÊPAS, Luís Miguel M.J. – *O Mosteiro de Arouca. Os documentos escritos como fonte de conhecimento (1286-1299)*. Separata da Revista Humanitas, Vol. L, Tomo I. COIMBRA: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.p.570.

¹⁶⁰ Em relação ao sinal do tabelião, parafraseamos o mesmo autor: “Apesar da utilização das tradicionais formas de validação, não há dúvida que o sinal do tabelião é já a forma predominante e suficiente para conferir credibilidade e validade ao acto”. RÊPAS – *O Mosteiro de Arouca*...p.572.

¹⁶¹ Vd MARQUES, A.H. de Oliveira – *A População Portuguesa nos finais do século XIII* (1958). In *Ensaio de história medieval*. Lisboa: Portugal Editora, 1965.pp.81-85.

Pensamos ser essa a situação que ocorre no Porto, tal como, talvez, em Bragança. Com efeito, recordamos o caso desta vila transmontana, em que segundo o rol de finais do século XIII, são encontrados seis tabeliães na vila brigantina, *5 que servem e 1 que nam serve*¹⁶². Ou seja, possivelmente, este último apenas testemunharia actos, não os escreveria. Dado que o referido rol não apresenta qualquer número relativo à cidade do Porto, por se tratar de um senhorio episcopal, não podemos confirmar esta hipótese.

Apesar de todas as dificuldades levantadas pela homonímia e pelo desconhecimento da atividade real de muitos oficiais (pois de um grande número temos referências indiretas), foi possível fazer um elenco bastante exaustivo dos tabeliães públicos do Porto no século XIII e XIV.

2.2. Escrivães, Escrivães jurados, Tabeliães do bispado e Tabeliães da cidade.

Os homens da escrita na cidade do Porto não se reduzem simplesmente aos tabeliães públicos. Com eles convivem os notários episcopais, submetidos a uma outra instância que não a Coroa, mas o Bispo, senhor da cidade. Sobre estes últimos não efectuaremos qualquer desenvolvimento¹⁶³ pois o levantamento por nós efectuado incidiu unicamente nos tabeliães públicos do rei¹⁶⁴. Não obstante a terminologia adoptada com que se designavam os homens da escrita¹⁶⁵, sabemos que os tabeliães públicos se encontravam divididos entre si, sendo uns denominados do “paço” ou das “notas”, enquanto outros eram os das “audiências” que se designavam também por tabeliães do “judicial”¹⁶⁶.

No acervo documental que utilizámos para esta dissertação, evidenciamos ainda outros homens da escrita, para além dos tabeliães públicos entre os quais escrivães e os escrivães-jurados. São indivíduos que, mesmo não se auto-denominando de tabeliães,

¹⁶² CUNHA, Maria Cristina de Almeida e – *Tabeliães de Bragança*p.319.

¹⁶³ O estudo desta matéria foi já amplamente desenvolvido em SILVA – *A escrita na Catedral*...

¹⁶⁴ Nas palavras de Bernardo Sá Nogueira: “*a melhor prova da origem régia do ofício tabeliônico está na própria designação do ofício*”. NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público*...p.85. Contudo, nomear não significava dar autoridade: em Braga, a nomeação dos tabeliães caberia ao arcebispo. Todavia, a autoridade viria do rei, já que os tabeliães, mesmo instituídos por autoridade senhorial, se viam obrigados a prestar juramento na Chancelaria. Vd CUNHA – *Tabeliães bracarense*... p.253.

¹⁶⁵ Para uma perspectiva estritamente epistemológica sobre esta questão Vd. PARKINSON, Stephen – Os tabeliães, o seu título e os seus documentos, *Boletim de Filologia*. Tomo XXV (1976-1979), Lisboa. pp.185-212.

¹⁶⁶ De facto, a burocracia levou à distinção dos tabeliães do judicial entre crime e cível. O aparecimento dos juizes dos órfãos, dos judeus, dos mouros, dos besteiros, e do mar, entre outros, foi devido em parte a esta diversificação judicial, tendo esses juizes de ser assessorados por escrivães. Vd. BARROS – *História da Administração*....pp. 725-26 e 773-781.

merecem a nossa atenção, pois as suas referências documentais, sejam elas em que qualidade forem – como autores materiais dos atos ou testemunhas – indicam-nos que estariam inequivocamente ligados aos *tabeliones publici*.

Apesar de o cargo de escrivão não ser novidade no século XIII¹⁶⁷, na centúria seguinte a dinâmica dos actos escritos exigiria que, quase por todo o lado, os tabeliães tivessem escrivães que os coadjuvassem¹⁶⁸. Isaías da Rosa Pereira, sugere que o seu aparecimento também se deveria ao facto dos tabeliães passarem a ter uma posição social e oficial de relevo¹⁶⁹.

Para uma visualização mais completa destes indivíduos, apresentamos o quadro seguinte:

¹⁶⁷ A este respeito Vd NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público*...pp.299-300 e pp.384-88. Para o século XII relembramos o caso de Martinho de Aveiro, *scriptor regis* em 1181, assumindo-se *tabularius publicus* de Coimbra, em 1183. Vd. GOMES, Saúl António – *Percepções em torno da história*pp. 88-90.

¹⁶⁸ Vd. COELHO, Maria Helena da Cruz – *Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico (sécs XIV e XV)*. Sevilha: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1996.p.181. A autora adianta que os escrivães escreveriam as minutas sobre as ordens do tabelião, que *deveria verificar, formalizar com a leitura em voz alta face às partes e testemunhas, e só depois validar com o seu sinal*.

¹⁶⁹ Vd. PEREIRA – *O tabelionado em Portugal*...p.623.

Quadro 1 – Escrivães e Escrivães Jurados

Nome	Titulação	Função	Nº de referências	Data
Afonso Domingues	escrivão jurado dado por nosso senhor el rei a Francisco Lourenço, tabelião público na cidade do Porto.	Autor material	2	1351.01.24. – 1351.08.19.
Afonso Rodrigues	escrivão jurado dado por el Rei a Vicente Eanes, tabelião público na cidade do Porto.	Autor material	4	1369.11.23. – 1370.07.16.
António Esteves	scriptor iuratus	Autor material	2	1297.04.23.
Francisco Lourenço	escrivão jurado dado por el Rei a André Domingues, tabelião público na cidade do Porto.	Autor material	1	1347.08.30.
Frei Afonso	escrivão jurado	Testemunha	1	1339.07.25.
Geraldo Eanes	escrivão jurado dado per el rei a Afonso Eanes, tabelião público na cidade do Porto. ¹⁷⁰	Autor material e testemunha	3	1341.01.04
João Gerales	escrivão jurado dado per el rei a Geraldo Eanes, tabelião público na cidade do Porto.	Autor material	1	1357.03.21.
Lourenço Domingues	escrivão jurado dado por el rei A Vicente Eanes, tabelião público na cidade do Porto.	Autor material	11	1360.04.20 - 1363.03.15.
Nuno Martins	escrivão jurado	Testemunha	2	1339.07.25. - 1339.09.11.
Vasco Tomás	scriptor	Testemunha	1	1341.01.04.
Vicente Eanes	scriptor	Testemunha	2	1341.01.04.

¹⁷⁰ Julgamos ser o mesmo que testemunha como *scriptoribus* duas procurações, uma de 1341.01.04., e outra de 13???.03.27.

Assim sendo, temos o conhecimento de pelo menos 11 escrivães¹⁷¹, dos quais 9 se dizem *jurados*. Para os restantes, temos somente a designação de *scriptor*.

Em primeiro lugar importa salientar a evidência de escrivães na cidade do Porto no período em estudo, e em especial de escrivães jurados, dados a tabeliães públicos da mesma cidade¹⁷². Todavia, parece-nos pertinente mostrar que a denominação dos escrivães jurados, até aparecerem como tabeliães (nos casos em que podemos elaborar este tipo de raciocínio), tem uma sequência cronológica¹⁷³, e uma utilização constante do mesmo *signum tabellionis*. Entenda-se, o escrivão jurado dado pelo rei a qualquer tabelião, quando autor do acto, põe o sinal do tabelião a quem está “adstrito”. Mas esta questão será desenvolvida mais adiante.

O conhecimento dos escrivães, de forma individual, é linearmente desigual, tendo em conta a discrepância de referências documentais que possuímos para cada um. Como podemos verificar no quadro, dos 12 escrivães, 9 são conhecidos por menos de três actos, enquanto que Afonso Rodrigues é referido em 4 documentos e Lourenço Domingues, escrivão jurado dado pelo rei a Vicente Eanes, escreve 11 documentos, na mesma condição de escrivão.

De facto, torna-se impossível avançar aqui com qualquer tipo de ilação no que diz respeito ao peso documental destes indivíduos, ou até ao espaço temporal em que são evidenciadas mais escrituras por eles lavradas. Com segurança, podemos ver nos escrivães o maior sinal do sobremprego da escrita, sendo chamados para todos os sectores da vida pública ou privada da Idade Média. Nas palavras de Maria José Azevedo Santos: “*Dir-se-ia que o escrivão era a mola vital do campo social, económico, financeiro, eclesiástico, administrativo, e até jurídico da sociedade medieval portuguesa*”¹⁷⁴. Estes homens usufruíam de um lugar privilegiado na nossa sociedade, em parte devido ao prestígio trazido pela escrita com a sua função de controlo e organização do reino, comparando-se quicá aos tabeliães, mas ficando aquém

¹⁷¹ Referimo-nos apenas aos indivíduos que conseguimos constatar na documentação por nós consultada. Evidentemente sabemos que este número é, na realidade, maior, até porque temos notícia de mais dois escrivães-jurados, Pedro Salamanca, em 1276, escrivão-jurado de Martim Soares, tabelião público do Porto, e um anónimo, em 1267, escrivão de Martim Eanes, também tabelião da mesma cidade. Vd. NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público*...p.385.

¹⁷² Evidência que já tinha sido notada por SILVA – *A escrita na Catedral*...p.329.

¹⁷³ Com efeito, recordamos a maneira como a actividade de Miguel Fernandes, escrivão de Santarém, é descrita durante o período de 1255 a 1257, até aparecer definitivamente como tabelião de Santarém, em 1259. Vd. NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público*...p.386.

¹⁷⁴ SANTOS, Maria José Azevedo – *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000.p.88.

destes últimos em poder económico¹⁷⁵ e também na impossibilidade de conferir fé pública aos atos que lavravam

Respeitante à denominação *scriptor jurati* Maria do Rosário Morujão adianta que se impõe a partir da década de 1280, aplicando-se desde então a todos os escribas com funções na corte episcopal de Coimbra¹⁷⁶.

A única referência que temos de um escrivão jurado no século XIII, embora tenha mais tarde sido tabelião do Porto¹⁷⁷, é de António Esteves, em 1297¹⁷⁸. Todos os outros surgem somente no século XIV, com clara predominância para a segunda metade da centúria. Como dissemos mais acima, para 3 dos escrivães jurados identificados possuímos apenas uma referência. Por esta razão não podemos afirmar que Francisco Lourenço, Frei Afonso, ou João Geraldês tenham alguma vez exercido o ofício tabeliônico. Já Afonso Rodrigues, escrivão jurado dado pelo rei a Vicente Eanes, pelo menos entre 23 de Novembro de 1369¹⁷⁹ a 16 de Julho de 1370¹⁸⁰, é tabelião de 1375 a 1405¹⁸¹. Contudo, dentro da nossa cronologia, apenas conhecemos dois documentos em que surge como testemunha¹⁸², pelo que é impossível conhecermos a sua prática notarial nesse período.

Relativamente aos tabeliães do Bispado¹⁸³, não podemos deixar de apontar os três casos que conhecemos cuja denominação explana o seu círculo de actividade jurisdicional¹⁸⁴, e também administrativa¹⁸⁵, ao intitular-se *tabeliom geeral de nosso senhor ElRey na Cidade e bispado do Porto*. O primeiro é André Domingues assim

¹⁷⁵ Recordamos o Artigo 11º das Cortes de Santarém, em 1331, “*E mando que o Escrivam nom leve os diñheiros de tal escritura poys os leva o Tabelyom*”, *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1982.p93. Como também dos Títulos XXXV a XLII das Ordenações Afonsinas, que tratam precisamente sobre a questão dos salários dos Tabeliães e dos Escrivães, e de quanto deviam levar por escritura das cartas, sentenças, alvarás, vistas e buscas que fizessem, assim como sobre deslocações. Vd. *Ordenações Afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.pp.215-235.

¹⁷⁶ Embora essas funções pudessem ser também exercidas em relação ao Bispo ou Cabido. Vd. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra...* p.450.

¹⁷⁷ Pelo menos durante o período compreendido entre 1300 e 1312.

¹⁷⁸ *Censual do Cabido...*p.149-150.

¹⁷⁹ Vd. *Corpus Codicum...* Vol 6 Fas 4. p. 51-52.

¹⁸⁰ Vd. *Corpus Codicum...* Vol 6 Fas 4. P. 54-56.

¹⁸¹ Vd. SILVA – *A escrita na Catedral...*p.331.

¹⁸² Uma sentença de 1375.06.05., e uma pública-forma de 1383.06.22. *Corpus Codicum...* Vol 6 Fas 4. p 63; e Vol 6 Faz 5.p.12.

¹⁸³ No final do século XIII distribuídos da seguinte forma: 2 em Mesão Frio, Baião, Penaguião, Gaia, Maia e Santa Maria da Feira; 1 em Aguiar de Sousa, Sanfins e Penafiel. O número de tabeliães para a cidade do Porto não foi contabilizado por se tratar de um senhorio episcopal e não régio, assim como em Braga. Vd. MARQUES – *A população portuguesa...*pp.80-85.

¹⁸⁴ Sobre a vinculação jurisdicional dos notários, Vd. NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público...*pp.90-93.

¹⁸⁵ Vd NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público...*pp.317-320.

identificado em 1349¹⁸⁶, um ano após ter lavrado a inquirição sobre propriedades eclesiásticas na cidade do Porto, o que pode ser indicativo de uma recompensa por parte do monarca pelo serviço prestado. Também Vicente Eanes se identifica deste modo a partir de 1356¹⁸⁷, já que dois anos antes se intitulava apenas tabelião geral do Rei *na Cidade do Porto*¹⁸⁸, o mesmo acontecendo com Afonso Rodrigues, se bem que para uma cronologia que ultrapassa a nossa dissertação.

No que diz respeito aos “tabeliães públicos da cidade do Porto”, julgamos por bem analisar a frequência com que estes surgem no exercício das suas funções, relacionando, para esse efeito, o número de *tabelliones* por ano, com a própria história da cidade, a sua vivência, as condicionantes económicas, sociais e políticas. É absolutamente impossível contextualizar a presença dos homens da escrita do Porto, sem compreendermos a História da urbe, o ambiente que a envolve, as relações entre os indivíduos e as instituições que a marcaram (ANEXO 2).

Como podemos verificar pelo gráfico apresentado, o número de tabeliães na cidade do Porto durante a cronologia por nós estudada foi bastante inconstante, oscilando entre períodos onde constatamos números muito reduzidos, e outros com valores bastante mais altos. Esta variação pode ser explicada precisamente pela vida do reino e da cidade.

No nosso gráfico evidenciamos, se bem que em escala muito reduzida, o que ficou exposto no capítulo 1 deste trabalho. No decénio de estabilização do reino, a cidade do Porto tem 2 tabeliães, já que Martim Soares inicia o seu ofício em 1271. Esse número subirá para 4 em 1277 e manter-se-á em 3 durante os dois anos seguintes. É assinalável, portanto, a subida para 7 em 1280, já com D. Dinis no trono (1279-1325). De 1282, data em que que D. Vicente Mendes (1260-1296), sem dúvida, já regressara de Avinhão, a 1286, o número de tabeliães na cidade sobe em média 1 por ano, estabilizando até 1288. Durante a década seguinte¹⁸⁹ o número aumenta para 12, sensivelmente no ano que se segue à morte do prelado.

Julgamos estes números serem indicativos de relações mais pacíficas entre o rei e o bispo, já que aumenta o número dos oficiais régios na urbe, entre os quais contamos

¹⁸⁶ *Corpus Codicum...* Vol 6 Fas 2. pp. 32-36.

¹⁸⁷ *Corpus Codicum...* Vol 6 Fas 2. pp. 48-51.

¹⁸⁸ *Corpus Codicum...* Vol 6 Fas 2. pp. 47-48.

¹⁸⁹ Excepção feita aos dois primeiros anos da década de 1288-98, em que se assiste a um declive do número de 10 para 1. Não tomamos especial atenção a este facto, visto que se trata de uma época de claro aumento de notários da cidade, pelo que pensamos que a quebra assinalada se deve a qualquer factor conjuntural.

com os tabeliães públicos. Inclusive, evidenciamos uma estabilização referente à cifra desses oficiais, entre 10 e 13, no período compreendido entre 1296, final do episcopado de D. Vicente Mendes, até 1323, quando D. João Gomes ocupa a Sé, vagante durante todo o ano anterior. Mas se no entanto, verificamos que o número está mais ou menos estável nos episcopados de D. Sancho Pires (1296-1300), D. Geraldo Domingues (1300-1307), D. Frádulo (1308-1309) e D. Frei Estêvão (1310-1313), quando reina a acalmia entre a Mitra e a Coroa, é interessante verificar que essa estabilidade se mantém, mesmo no conturbado episcopado de D. Fernando Ramires (1314-1322).

Como podemos constatar no gráfico, é notório que no reinado do *Bravo* o número de tabeliães públicos na cidade não é estável. 20 tabeliães documentados em 1324, no ano seguinte desce para metade. Em 1328 vemos 16 tabeliães na cidade, número que parece estabilizar até dez anos mais tarde, e que coincide com a guerra com Castela. Estes números não nos surpreendem particularmente, aliás apresentam consonância entre a presença dos tabeliães públicos e a vida da cidade do Porto. A descida em metade do número de oficiais do tabelionato de 1324 para 1325 ocorre num claríssimo azedar de relações entre o jovem rei e o bispo do Porto, D. João Gomes.

Terá sido a “grande contenda” ocorrida no reinado de D. Afonso IV que levou a um controlo cada vez mais acentuado por parte da Coroa do exercício de jurisdição na cidade, no qual os tabeliães, que exercem o seu cargo em nome do rei, também desempenham um papel assinalável. Muito do controlo terá passado por estes homens, pelo seu ofício, pela escrita. Podemos verificar no nosso gráfico que o número de tabeliães tem um crescimento enorme na segunda metade da década de 1350, sendo documentalmente citados 25 tabeliães públicos na cidade do Porto para o ano de 1356, precisamente após a resolução do pleito sobre os limites do couto. De facto, o reinado de D. Afonso IV é pautado pelo robustecimento do poder central, recuperação de poderes materiais, cerceamento de jurisdições e restrição de poderes a certas entidades e instituições¹⁹⁰, submetendo assim *à sua alçada o impressionante mosaico de senhorios que pontilhavam o território nacional*¹⁹¹.

Durante o reinado de D. Pedro, o número de tabeliães em exercício estabilizou entre 15 (1357) e 16 (1367), com as únicas exceções em 1358 e 1365, descendo o número para apenas 14. Esta estabilidade pode estar necessariamente ligada às boas

¹⁹⁰ Vd. MARQUES, José – D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. 1ª edição. IV vol. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.p.1552.

¹⁹¹ MARQUES – *D. Afonso IV e as jurisdições...*p.1527.

relações entre o rei e o bispo, mas também ao facto de não ter sido uma década de assinalável conflito entre a Mitra e o Concelho.

Durante o reinado de D. Fernando, o número de tabeliães públicos na cidade do Porto decresce consideravelmente no período indicado, começando a decair quase vertiginosamente a partir de 1369 (16 tabeliães), até à morte do soberano em 1383 (8 tabeliães), e subsequente crise sucessória (1383-85). A diminuição do número de *tabelliones* em 50% num período de cerca de 14 anos é assinalável, visto seguir-se de uma fase de estabilização do tabelionato portuense que durou todo o reinado de D. Pedro I, e final de D. Afonso IV. Não sendo um período de um azedar significativo de relações entre a Mitra e o Concelho do Porto¹⁹², julgamos que esta situação está relacionada com os acontecimentos gerais que envolvem o reino, aos quais a cidade do Porto não foi de forma alguma indiferente. Não consideramos ser precipitado relacionar a diminuição do número de tabeliães com o conflito entre 1369-71, em que Henrique de Trastâmara invade Portugal pelo Minho, conquistando Braga e cercando Guimarães¹⁹³, e com as investidas de 1373, e 1381, todas com o mesmo nefasto desfecho para o reino português¹⁹⁴. A única excepção feita neste período é o ano de 1375, no qual o número de tabeliães que vinha a descer nos últimos seis anos, sobe para 14. Esta fase da qual dispomos de mais informação pode estar relacionada com a acalmia bélica entre os dois reinos, já que, havendo paz verificam-se melhores condições não só para fazer transacções várias (que é a maioria da documentação escriturada por tabeliães), mas também para preservar a documentação escrita.

3. Documentos dos Tabeliães públicos do Porto.

Neste ponto pretendemos elaborar uma análise crítica aos dados do conjunto dos 334 documentos que constituem o acervo documental desta presente dissertação. A informação que esses mesmos textos fornecem para o tratamento do tema do tabelionato na cidade do Porto, a identificação dos homens, a(s) forma(s) do seu ofício, o trabalho da escrita, a sua inserção na sociedade medieval portuense, e as ligações entre eles.

¹⁹² Fora os homens do Concelho exortarem o Bispo ao levantamento do interdito, sendo inclusivamente emanado um acórdão pacificador por um tribunal especial nomeado pelo Papa, nunca ratificado pelo Sumo Pontífice. Esta situação levaria mais tarde à própria intervenção do rei D. Fernando. Vd. SOUSA – *Os tempos...*p.243.

¹⁹³ Esta situação levou D. Fernando a ordenar a construção de uma ponte de barcas no rio Douro para poder atravessar com o seu exército, com vista a ir de encontro ao rei castelhano para o enfrentar em combate. Vd. FREITAS – *Os bispos senhores da cidade...*p.275.

¹⁹⁴ Vd. GOMES – D. Fernando...pp.150-58.

Dessa forma, não pretendemos proceder a um estudo diplomatístico¹⁹⁵, ou paleográfico¹⁹⁶. Aliás, nada iríamos acrescentar relativamente a este último aspecto, cabendo-nos meramente referir, que assistimos à transição da escrita carolina goticizada para a gótica cursiva fraturada, e gótica cursiva fraturada *formata* (1242-70), até à gótica bastarda (1330-40)¹⁹⁷.

3.1. Tipologia documental

Dos 334 instrumentos públicos que constituem o corpus documental desta dissertação, procedemos à sua classificação e análise tipológica mediante um critério específico, que recai sobre a distinção de fórmulas contratuais¹⁹⁸, mediante o tipo

¹⁹⁵ A análise diplomatística de documentação notarial portuense é uma matéria que já foi por nós desenvolvida, se bem que para um *corpus* documental manifestamente mais reduzido. Vd. LOPES e SEABRA – *Documentação Notarial* ... pp.215-17.

¹⁹⁶ Sublinhamos todavia, a enorme utilidade da ciência paleográfica, mormente para o contacto com as fontes primárias não impressas. Assim, *La paléographie est l'étude des anciennes écritures: non seulement l'art de déchiffrer les textes, mais celui de les dater, de les localiser, d'en critiquer l'authenticité*. STIENNON, Jacques – *Paléographie du Moyen Âge*. Paris: Armand Colin, 1973. A este respeito veja-se também NUNES, Eduardo. Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa: FL. 1981. Referindo-nos às fontes primárias, a redação dos textos foi em língua latina e portuguesa. O exercício da escrita era na Idade Média bastante penoso e incómodo, sendo a dureza da preparação e elaboração dos documentos sido retratada por vários autores (nomeadamente SANTOS, Maria José Azevedo dos – *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.pp.63-65; Vd. GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.pp.163-72; e SILVA – *A escrita na Catedral*...p.211) e no que diz respeito à matéria de suporte das fontes, não impressas, o material utilizado foi o pergaminho de “coyro” (SILVA – *A escrita na Catedral*...p.215. Sobre os suportes da escrita vd. SANTOS – *Da Visigótica à Carolina*...pp.12-63, e também GUERRA – *Os diplomas privados* ... pp.83-101.).

¹⁹⁷ Toda a evolução gráfica por parte dos tabeliães da cidade do Porto foi exaustivamente desenvolvida por SILVA – *A escrita na Catedral*...pp.259-72.

¹⁹⁸ Critério já utilizado para a classificação de tipologia no estudo de documentação notarial em NOGUEIRA – *Tabelionado e instrumento público* ...pp.127-130 e 460-462; como também por COELHO – *Os tabeliães em Portugal* ...pp.28-29 e 33-39. Outras tipologias foram adotadas, designadamente para o estudo de documentação régia Vd. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo régio: 1320-1433*. Porto: INIC-CHUP, 1990.p.66; PEREIRA, Isaias da Rosa, COELHO, Maria Helena da Cruz, MARQUES, José, HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Diplomatique royale portugaise Alphonse IV (1325-1357) in Diplomatique royale du moyen-âge: XIII-XIVe siècles: Actes du Colloque* coord. José Marques. Porto: FLUP, 1996.pp.133-161. FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de – “*Temos por bem e mandamos*”: a burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos 1439-1460 (Dissertação de Doutoramento), 1999; SANTOS – *Ler e compreender*...p.27; BERNARDINO, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves – *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2003. pp.150-151. NEVES, João António Mendes – *A “Formosa” Chancelaria – estudo dos originais da chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. (Dissertação de Mestrado em História da Idade Média) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.p68; também para o estudo da documentação monástica GOMES – *In Limine Conscriptionis*...pp.955-58; documentação episcopal, se bem que no que diz respeito a Coimbra MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*...pp.361-65., já que para o Arquiepisopado de Braga CUNHA - *A Chancelaria Arquiepisopal*...pp.131-33; seguida para o Porto por SILVA – *A escrita na Catedral*... pp.46-53.

jurídico de cada documento¹⁹⁹. Dessa forma dividimo-los em categorias distintas, a saber:

Quadro 2 – Categorias documentais

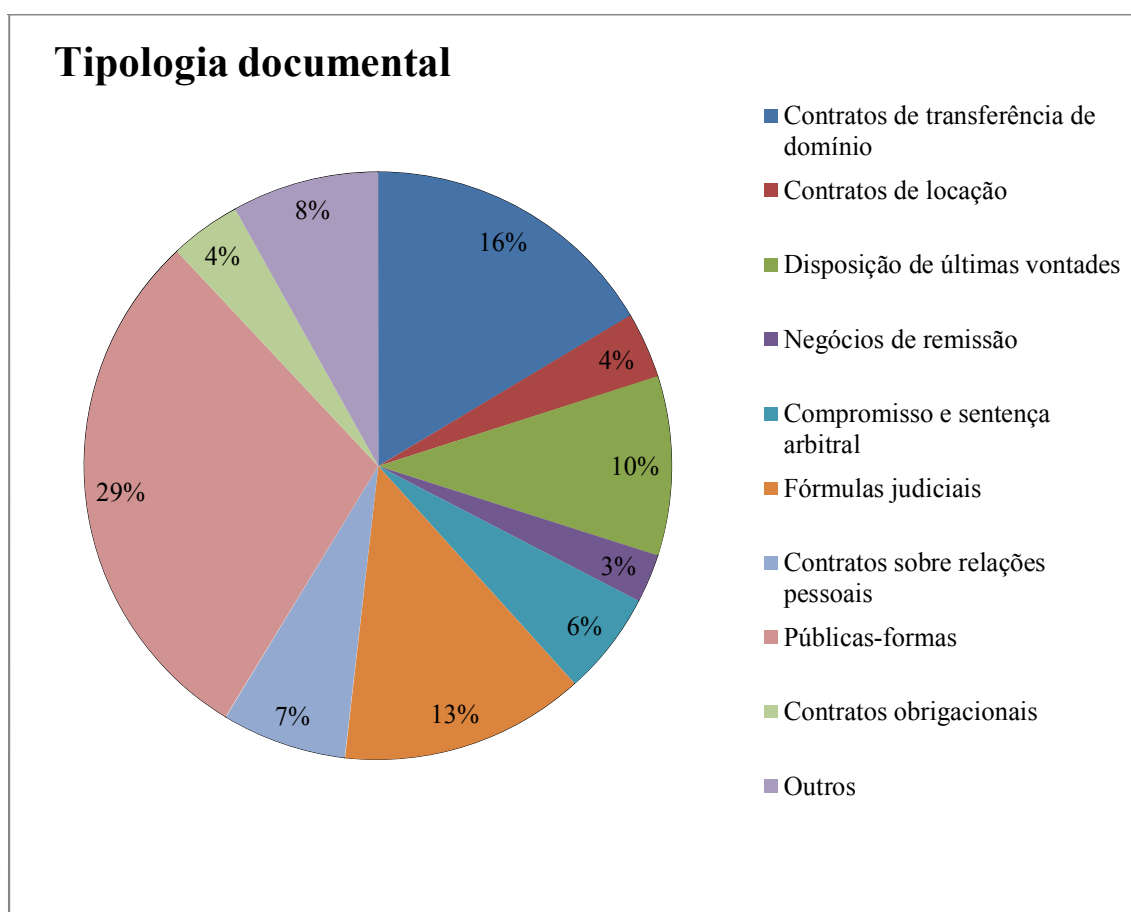
Categoria documental	Tipologia documental	Nr de documentos
Contrato de transferência de domínio	Doação <i>inter vivos</i>	55
	Venda	
	Escambo	
	Outros	
Contratos de locação	Emprazamentos	12
Disposição de últimas vontades	Doação <i>mortis causa</i>	33
	Testamentos	
	Outros	
Negócios de remissão	Quitação	9
	Acordo	
Compromisso e sentença arbitral	Sentenças (actas, cumprimentos, obrigações de cumprimento)	19
Fórmulas judiciais	Posse	45
	Petição inicial (de um processo)	
	Outros	
Contratos sobre relações pessoais	Procuração	23
Públicas formas/traslados	Públicas-formas	98
	Traslados	
	Certidões	
Contratos obrigacionais	Contratos	13
	Compromissos	
	Obrigações	
Outros ²⁰⁰	Outros	27

O gráfico que se segue ilustra de um modo mais evidente a distribuição dos documentos pelas diferentes categorias:

¹⁹⁹ Nesta dissertação optamos por nos referir a “documentos” para efeitos de contagem, visto cada documento poder comportar vários atos (por exemplo os documentos mistos). Semelhante referência é realizada em RÊPAS – *O Mosteiro de Arouca...*p.548. Nota 36.

²⁰⁰ Incluímos nesta categoria uma única penhora, apesar de sabermos que se trata de um documento que pertence a uma categoria específica: a dos contractos reais.

Gráfico 1 – Tipologia documental



Como podemos evidenciar pelo gráfico acima, as públicas-formas/traslados constituem o conjunto com maior expressão no nosso acervo documental. Julgamos, portanto, ser este o tipo de documento mais lavrado por estes oficiais entre o final do século XIII e grande parte do XIV. Assim, notamos que uma significativa parte dos documentos mandados copiar com força probatória são cartas régias, mas também se verifica a existência de públicas-formas de queixas entre o Cabido e o Concelho, de contratos de transferência de domínio (escambos, vendas e doações), testamentos, e até bulas papais²⁰¹.

Os contratos de transferência de domínio são, a seguir às públicas-formas/traslados, a categoria mais comum do *corpus*, onde os negócios de venda são os mais expressivos (40% - correspondentes a 22 documentos), seguidos pelas doações *inter vivos* (25% - 14). Em menor número aparecem os escambos (9% - 5).

As fórmulas judiciais surgem em terceiro lugar, onde notamos uma variedade tipológica considerável, o que se entende tendo presente a quantidade de documentos

²⁰¹ Se bem que neste caso sejam um número muito reduzido, apenas 2: uma de Gregório IX, ADP...; Livro 1664, fl 21, e outra de Inocêncio III, ADP...; Livro 1673, fl. 24, respectivamente.

que instruíam os processos litigiosos²⁰². Já no que diz respeito às disposições de últimas vontades, estão menos dispersas entre doações *mortis causa* (54% - 18) e testamentos (42% - 14). Evidenciamos um claro predomínio de atos testamentários, cujos outorgantes eram cónegos, todos eles da Sé do Porto. Recordamos que os testamentos de leigos estão também, a par dos dos cónegos, depositados no Cartório do Cabido, o que se compreende facilmente por incluírem legados de bens à Sé e/ou ao Cabido²⁰³.

Os únicos exemplos de contratos sobre relações pessoais que possuímos no nosso acervo documental são as procurações.

Por sentenças, entendemos todas as actas e cumprimentos ou obrigações de cumprimento de sentença que se traduzem numa significativa parte do *corpus*. Estes 19 documentos revestem-se de alguma importância uma vez que, mais do que qualquer outros, reflectem a presença dos tabeliães *in iudicio*.

Dos contratos obrigacionais detemos 13 exemplos: 6 obrigações, 5 contratos²⁰⁴, e 2 compromissos. E dos negócios de remissão contamos com 6 quitações e 3 acordos. Finalmente, todos os documentos que não eram passíveis de serem enquadrados nesta categorização, fazem parte do grupo “Outros”, e incluem actos como renúncias, composições, nomeações, e até uma confissão.

3.2 Quem escreve o quê, e onde?

Terminada a análise tipológica dos documentos que constituem o *corpus* desta dissertação, pretendemos relacionar o tipo documental com o trabalho de cada notário. Será exequível estabelecer uma ligação entre a produção documental e uma certa especialização do tabelião? Da mesma maneira, e tendo em conta ausência de indicações sobre o local exato do paço dos tabeliães na cidade do Porto²⁰⁵ (tendo em conta as fontes por nós estudadas), qual a pertinência das referências sobre lugar onde se elabora o *officio tabellionis*?

²⁰² Dos 45 documentos desta categoria 29 correspondem a nomeações, confirmações, “frontas”, reconhecimento de direitos, etc...

²⁰³ Testamentos de Martim Eanes Barvão(?), ADP..., Livro 1686, fl 12; e Paio Martins, ADP..., Livro 1667, fl.40, ambos cidadãos do Porto; assim como Afonso Lourenço, filho de Lourenço Domingues das Eiras, ADP..., Livro 1682, fl 20, respectivamente.

²⁰⁴ Dos quais 4 são contratos de empreitada.

²⁰⁵ Apesar de conhecermos a sua existência, embora sem qualquer indicação em relação à sua localização específica. Sobre as disposições que determinam onde os tabeliães deveriam exercer o seu ofício, conforme disposto no artigo XXIº do Regimento de 1305. Vd. BARROS – *História da Administração Pública*...p.739.

Torna-se difícil, se não mesmo impossível, saber se há alguma relação do tipo documental com cada um dos tabeliães. De facto, para um considerável número de indivíduos chegou até nós pouca documentação escrita, em certos casos somente um²⁰⁶ ou dois²⁰⁷ atos, o que impossibilita em grande medida a elaboração deste tipo de raciocínio²⁰⁸. Portanto, não seria correto efetuar qualquer tipo de ilação relativamente a este aspeto, visto a produção documental da maioria destes indivíduos ser manifestamente reduzida. Contudo, para os casos em que possuímos um maior número de textos²⁰⁹, observamos que a feitura documental de cada um é de tipologia muito variada, não sendo evidenciado qualquer género específico de documento elaborado por estes indivíduos. Porém, parece-nos claro que são para os negócios jurídicos e as públicas-formas que o serviço dos *publici tabellionis* são mais requisitados.

Todavia, a pertinência desta questão não se prende unicamente com o que se escreve, mas também onde se escreve. Uma quantidade significativa de documentos não indica data tópica, o que vem claramente contra as disposições régias²¹⁰. Como já foi referido, tinha sido disposto legalmente aos tabeliães um lugar público próprio para o seu ofício – o *paço* – se bem que para o caso específico da cidade do Porto não haja qualquer referência a este, pelo menos até 1409²¹¹. Mas será que a ausência de referências sobre a sua localização significa necessariamente a sua inexistência? Por agora, esta questão terá de ficar forçosamente sem resposta, pela falta de informações relativas a este aspeto.

²⁰⁶ Como por exemplo Afonso André, Afonso Gonçalves, António Domingues, Diogo Afonso, Domingos Esteves, Domingos Peres, Estêvão Mendes, Fernando Miguéis, Francisco Domingues, Geraldo Eanes, Gonçalo Brandão, Gonçalo Gerales, João Eanes (II), João Ramos, Martim Afonso, Martim Quaresma e Vasco Eanes.

²⁰⁷ Afonso Martins, Domingos Abade, Gonçalo Rodrigues, João Esteves, e Nicolau Esteves.

²⁰⁸ O número de tabeliães que escrevem menos de cinco documentos corresponde a cerca de 38% do total de indivíduos por nós identificados. Estes números assumem outra dimensão ao afirmarmos que do número total de tabeliães que levantamos, possuímos documentação escrita para apenas 67%, sendo os restantes apenas referidos, ou indicados como testemunhas. Ou seja, se considerarmos o número dos tabeliães que escrevem menos de cinco documentos com os restantes que escrevem, a cifra aumenta para os 56%.

²⁰⁹ Exemplos de Afonso Eanes (24 documentos), André Peres (11), António Esteves (17), Francisco André (20), Gonçalo Martins (I) (17), João Colaço (12), João Vicente (18), Lourenço Domingues (14, se bem que a maioria como escrivão jurado de Vicente Eanes), e Vicente Eanes (22).

²¹⁰ Com efeito, recordamos os artigos XIVº e XVIº do Regimento de 1305, que determinam que se indicasse sempre o dia, era e lugar nos instrumentos escriturados. Vd. BARROS – *História da Administração Pública*...p.738.

²¹¹ Vd. SILVA – *A escrita na Catedral*...p.212. Na perspetiva da autora, esta referência parece tardia principalmente pelo facto de já existirem notícias sobre o mesmo lugar para Coimbra (1313) e Lamego (1319, 1328 e 1329). Sobre os referidos paços nestas duas cidades, veja-se PEREIRA – *O tabelionado em Portugal*..., para o caso de Coimbra; e SARAIVA – *Tabeliães e notários*..., para Lamego, respetivamente.

As tardias indicações sobre o paço dos tabeliães do Porto, podem estar relacionadas com a frequente indicação de diferentes locais onde os mesmos exerciam a função notarial. A cidade do Porto é efectivamente o grande palco da feitura dos documentos por nós estudados²¹², o que significa uma certa mobilidade por parte destes agentes da escrita.

Dessa maneira, o tabelião apresenta-se como um autêntico “*homo viator*”²¹³. Podemos encontra-lo na Sé, no Concelho, em casas de cónegos e de homens bons, nas ruas, e em Mosteiros dentro e fora da urbe. Não raras vezes os vemos a escriturar no cabido *dentro do claustro*²¹⁴, *ubi solet capitulum celebrari*²¹⁵, e *tras a obra da see*²¹⁶, sensivelmente até à primeira metade do século XIV. A partir daí, os tabeliães parecem deixar de escrever tanto na Igreja Catedral, passando a exercer mais a sua atividade no Concelho²¹⁷: no sobrado²¹⁸, *ubi solet concilium celebrari*²¹⁹, *hu he custume ffazer concelho*²²⁰, *no paaço do concelho seendo hj em audjencia*²²¹ e onde se faz relação²²². Saem à rua, são presença assídua nas mais importantes artérias da vida económica da cidade, desde a Fonte Taurina²²³, passando pelas ruas do Souto²²⁴, dos Banhos²²⁵, das Eiras²²⁶, da Sapataria²²⁷, e dos Mercadores²²⁸, pelo o muro da Ribeira²²⁹, e *aalem do muro da dicta Çidade a par do postiguo do Souto*²³⁰. Entram nas casas de clérigos, *in domo cantorís*²³¹, e até do próprio bispo – *in hospitia reverendi patris domini Vincentii portugalensis episcopi*²³² – e *domo domini episcopi*²³³; assim como na de leigos. Dirigem-se ao domicílio de habitantes da cidade, mais precisamente a casa de

²¹² Como concluímos em LOPES e SEABRA – *Documentação Notarial...* pp.215-17.

²¹³ SILVA – *A escrita na Catedral...*p.213. Esta autora é a única que dedicou algumas páginas aos périplos dos tabeliães da cidade do Porto, II Parte, Capítulo I, ponto 1.2. (pp.212-215) da obra citada.

²¹⁴ *Corpus Codicum...* p. 47-54. vol 1.

²¹⁵ ADP..., Livro 1672, fl.52.

²¹⁶ *Corpus Codicum...* pp. 97-98 vol 1.

²¹⁷ *Corpus Codicum...*pp. 58-61. vol 1.

²¹⁸ *Corpus Codicum...* pp. 38-39 Vol 6 Fas 2.

²¹⁹ *Corpus Codicum...* p. 144. vol 2.

²²⁰ *Corpus Codicum...* p. 36 Vol 6 Fas 4.

²²¹ *Corpus Codicum...* p.12 Vol 6 Fas 5.

²²² *Corpus Codicum...* p. 41-43 Vol 6 Fas 4.

²²³ ADP..., Livro 1666, fl.9.

²²⁴ *Corpus Codicum...* p. 62 Vol 6 Fas 2.

²²⁵ *Corpus Codicum...* pp. 20-21 Vol 6 Fas 4.

²²⁶ ADP..., Livro 1678, fl 10.

²²⁷ ADP..., Livro 1666 fl 31.

²²⁸ ADP..., Livro 1681, fl 44.

²²⁹ *Corpus Codicum...*p. 8 Vol 6 Fas 4.

²³⁰ *Corpus Codicum...*p. 45-48 Vol 6 Fas 4.

²³¹ ADP..., Livro 1681, fl 35.

²³² *Censual do Cabido...* p.507-510.

²³³ ADP..., Liv 1687 fl 13.

Domingos do Porto, vogado²³⁴, e também às dos mestres, *nas pousadas onde mora André Martins, alfaiate*²³⁵, e à de outros particulares, como a de Froleçam(?) Domingues²³⁶.

Os motivos que podiam justificar esta mobilidade eram, certamente, variados. Parece-nos contudo que será de destacar a ida de João Vicente a casa de Maria Peres, que jazia *fraqua e doente em seu leito*, para aí lavrar um documento relacionado com a construção de uma capela²³⁷.

Pelo que fica exposto, julgamos mostrar o cruzamento destes homens da escrita com os mais variados atores da vida económica e social da cidade, não unicamente cônegos, mas também leigos²³⁸.

Mas estes indivíduos não escreviam só nos locais acima apontados, já que evidenciamos os mesmos lavrando escrituras em mosteiros durante todo o século XIV, não só dentro como também fora das muralhas da cidade. O exercício da atividade notarial nos mosteiros não é novidade²³⁹, mas não tem sido profusamente desenvolvido. Efectivamente, desde que os atos autênticos passaram a ser elaborados (quase exclusivamente) por tabeliães públicos, as instituições monásticas viram-se obrigadas a recorrer a serviços destes oficiais²⁴⁰, que a elas se dirigiam especificamente com o objectivo de lavrar as escrituras²⁴¹. Assim, são constantes as referências a atos escritos no claustro do mosteiro de S. Francisco²⁴², com especial menção ao *claustro segundo*²⁴³, e à hora em que a escritura era lavrada²⁴⁴. Igualmente no mosteiro de S. Domingos²⁴⁵,

²³⁴ ADP..., Livro 1681, fl 44.

²³⁵ *Corpus Codicum...* p. 25-26 Vol 6 Fas 4.

²³⁶ ADP..., Livro 1682, fl 44.

²³⁷ *Censual do Cabido...*p.459.

²³⁸ Maria João Oliveira e Silva tinha referido já o seu cruzamento principalmente com cônegos. Vd. SILVA – *A escrita na Catedral...*p.213

²³⁹ Vd NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público...*p.569, concretamente para o caso de Martim Eanes. Veja-se também FRESCO, João Paulo Oliveira – *O tabelião lisboeta Afonso Guterres: reconstituição e análise diplomática da sua actividade de escrituração (1400-1441)*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006.

²⁴⁰ Vd GOMES – *In Limine conscriptionis...* Vol 1. pp.902-914. O autor defende não só que o relacionamento do notariado público com as instituições monásticas e seculares se revelaria estimulante para a definição de modelos de composição textual diplomática, mas também na procura de uma rede clientelar.

²⁴¹ Relembramos que a partir desta altura os mosteiros passam apenas a arquivar documentação. A escrita monástica fica configurada a atos privados e a textos mais ou menos literários.

²⁴² ADP..., Livro 1685, fl 14.

²⁴³ *Corpus Codicum...* p. 7-8 Vol 6 Fas 4.

²⁴⁴ Nicolau Martins (I) escreve uma pública-forma acerca do direito do Bispo sobre as sepulturas nos mosteiros, em 1320.01.09, no claustro do Mosteiro de São Francisco *ora prima*. ADP...; Livro 1685, fl 14 (inserto).

²⁴⁵ Simancas, Archivo General, Patronato Real, leg.47, fl 53, publicado em *Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando (1367-1383)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.pp.287-293.

também no segundo claustro²⁴⁶, e por vezes no jardim²⁴⁷. Já fora do Porto, nos Mosteiros de Canedo²⁴⁸, Vila Cova²⁴⁹, Tuias²⁵⁰ e Paço de Sousa²⁵¹. Apresentamos estes exemplos destacadamente²⁵², pois têm um factor em comum: toda a documentação escrita é lavrada pelo mesmo tabelião portuense, António Esteves. Estaremos aqui na presença de um “avençado” destas instituições? Ou será António Esteves o tabelião escolhido pelos restantes para escrever os atos dos mosteiros mais afastados da cidade? A escrita “em” e “para” estas entidades poderá indicar uma extrapolação da clientela notarial, por parte de António Esteves, não apenas ligada a cónegos e a leigos, públicos e privados, mas também a instituições monásticas, oferecendo para esse efeito os seus *préstimos técnico-profissionais*²⁵³ a estes institutos.

Os tabeliães exerceriam o seu ofício fora das muralhas da cidade, para além dos mosteiros, em Miragaia²⁵⁴, na Igreja de São Pedro²⁵⁵, e deslocavam-se inclusivamente até Vermoim (terra da Maia)²⁵⁶.

²⁴⁶ *Corpus Codicum...* p. 21-23 Vol 6 Fas 4.

²⁴⁷ *Corpus Codicum...* p. 184-210. vol 2.

²⁴⁸ ADP..., Livro 1683, fl 39.

²⁴⁹ *Censual do Cabido...* p.312-313.

²⁵⁰ *Censual do Cabido...* p.174-175.

²⁵¹ ADP..., Livro 1670, fl.7.

²⁵² Reconhecemos que os tabeliães do Porto escreveram ainda em mais Mosteiros como o de Cedofeita, Grijó e Pedroso, a título de exemplo. Vd. SILVA – *A escrita na Catedral...*p.214. Reafirmamos que para esta dissertação descartamos a pesquisa e levantamento dos fundos monacais, por questões de tempo.

²⁵³ GOMES – *In Limine conscriptionis...* Vol 1. p.911.

²⁵⁴ LIRA, Sérgio - *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira: dos primórdios a 1300*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001. p 325.

²⁵⁵ *Corpus Codicum...* p. 32-36 Vol 6 Fas 2.

²⁵⁶ ADP..., Livro 1682, fl 37.

4. Relação entre tabeliães.

Temos notícias sobre a organização dos tabeliães em confrarias²⁵⁷, como fregueses, devotos ou até benfeitores²⁵⁸. Sabemos inclusivamente que estes homens faziam *sas companhihas* causando *gram dano e grande agravamento ao poboo ca per esto servem peijor e son maijs negligentes em seu ofizio*²⁵⁹, demorando-se na lavra das escrituras e cobrando avultadamente pelas mesmas. Porém, podemos falar em *corporações* que abrangeriam estes notários públicos? Estes agentes, detentores de um atributo pouco comum naquela época, saber ler e escrever, teriam como quaisquer outros profissionais²⁶⁰ de se organizar de uma forma ou de outra, corporativamente. Dessa forma, e sendo o exercício da escrita um ofício que não se limita apenas a preservar a memória, mas também que contribui para a organização da sociedade medieval, pretendemos analisar a (in)existência de “redes de notários”, os laços que os unem e a sua forma de sucessão. Cremos, portanto, que esta análise pode ser efetuada de duas maneiras: através da organização que estes indivíduos parecem enquadrar-se, e da relação entre os mesmos. Tentaremos por último, olhar para as carreiras destes indivíduos e demonstrar o que entendemos ser o seu percurso mais comum.

4.1. Oficinas.

O tema que propomos tratar neste ponto não tem tido a atenção que julgamos merecer por parte da historiografia portuguesa, apesar de evidenciarmos estudos sobre diversas “oficinas” de escrita²⁶¹. Contudo, a “oficina” que tencionamos desenvolver aqui é pensada numa perspetiva virada para os homens, e não para as instituições. Relativamente a esta matéria, a questão foi levantada pela primeira vez para o caso dos

²⁵⁷ Por exemplo, a confraria dos tabeliães em Coimbra. Vd. SANTOS – *Alguns aspectos...*p.7.

²⁵⁸ Vd. COELHO – *Os tabeliães em Portugal...*p.186.

²⁵⁹ *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1982.p.50.

²⁶⁰ *Na variegada estruturação do corpo social de Quatrocentos, os tabeliães, a par de outros profissionais especializados não se integravam em qualquer das tradicionais categorias do povo, nobreza ou clero*. COELHO – *Os tabeliães em Portugal...*p.183.

²⁶¹ Como os mais recentes trabalhos sobre as instituições catedralícias de Braga, Coimbra, Lamego e Porto: vd CUNHA – *A Chancelaria Arquiepiscopal...*, MORUJÃO – *A Sé de Coimbra...*, SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Edições Magno, 2003. SILVA – *A Escrita na Catedral....* E também monásticas, vd. GOMES – *In Limine Conscriptio...*, a título de exemplo.

tabeliães de Braga, no século XIII²⁶², não tendo esse assunto sido alvo de posterior desenvolvimento até aos nossos dias.

Uma das formas de distinguirmos os tabeliães do Porto é através do seu sinal notarial²⁶³, elemento que desempenha um papel fundamental na diplomática privada, já que a sua aposição garantia a validade do documento²⁶⁴, firmando-o de fé pública irrecusável em juízo. Este *signum* seria pessoal, “qual bilhete de identidade”²⁶⁵, mas transmissível. De facto, era uma das formas de sucessão do cargo notarial: de mestre para discípulo, de tabelião para escrivão jurado. Conseguimos, para o caso do Porto, identificar²⁶⁶ algumas das ligações mais diretas entre *tabellius* e *scriptor juratus*.

Entendemos por bem realizar aqui uma exposição dessas ligações, e acrescentar a sua sequência cronológica assim como o sinal utilizado por cada notário dentro da mesma “oficina”.

Afonso Eanes, tabelião público do Porto, apõe o seu sinal numa pública-forma escrita por Geraldo Eanes²⁶⁷, escrivão jurado dado pelo rei, a 4 de Setembro de 1341. Sobre este indivíduo não dispomos de mais nenhuma referência até 1352²⁶⁸, quando aparece já como tabelião público, título que mantém pelo menos até 1357. Nesse mesmo ano, concretamente a 21 de Março, autentica um emprazamento lavrado por João Geraldês, escrivão jurado *dado per el’reii a Giraldd’Eannes tabeliom*²⁶⁹. Parece-nos pertinente olhar com especial atenção para a sequência de actividade que as datas referidas parecem apontar: a última referência de cada um dos tabeliães corresponde à primeira de cada escrivão. Este facto leva-nos a avançar com a hipótese deste caso se tratar de um exemplo de sucessão direta no ofício tabeliônico, o que demonstraria uma certa continuação geracional por parte desta oficina

²⁶² Vd. CUNHA – *Tabeliães bracarenses*...pp.254-56.

²⁶³ Veja-se (Ponto 2.1)

²⁶⁴ Vd. NAVARRO ESCOLANO, Ana María – *Signos Notariales Medievales de la Coleccion de Pergaminos del Archivo Historico Municipal de Elche*. Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval. N. 1 (1982). ISSN 0212-2480.p.207.

²⁶⁵ MATA – *Alguns profissionais da escrita*...p.160.


²⁶⁶ Esta identificação pode ser também consultada em SILVA – *A escrita na Catedral*...pp.329-332.Anexo 5.

²⁶⁷ ADP..., Livro 1672, fl.44.

²⁶⁸ IAN/TT Leitura Nova, Livro 1º de Padroados, fls 180v-181, in SILVA – *A escrita na Catedral*...p.331.

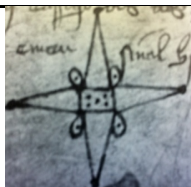
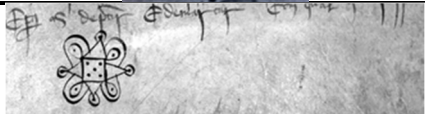
²⁶⁹ ADP..., Livro 1666, fl.9 (inserto)

Quadro 3 – Ligações de tabeliães (I)

Nome	Titulação	Datas	Sinal
Afonso Eanes	Tabelião	1324-41	
Geraldo Eanes	Escrivão-jurado	1341	n/a
	Tabelião	1352-57	
João Geraldês	Escrivão-jurado	1357	n/a

Este tipo de sucessão poderá ser indicativo de uma “passagem de testemunho”, do *magister* para o aprendiz do exercício da escrita. De facto, *sont les jurés qui se développent aux dépens du tabellion et qui se territorialisent (...) ne sont plus de simples «passeurs d’actes»; ils rédigent eux-mêmes*²⁷⁰. Doutro modo, ressaltamos que a denominação dos escrevães jurados, até ao seu surgimento como tabeliães, tem uma sequência cronológica e uma utilização constante do seu sinal notarial

Quadro 4 – Ligações de tabeliães (II)

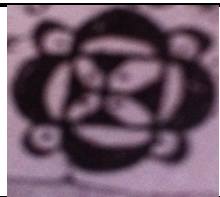

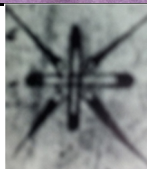
Nome	Titulação	Datas	Sinal
André Domingues	Tabelião	1328-48	
Francisco Lourenço	Escrivão-jurado	1347	
	Tabelião	1351-59	
Afonso Domingues II	Escrivão-jurado	1351	n/a
	Tabelião	1363-68	

O tabelião André Domingues tem um escrevão jurado, Francisco Lourenço, pelo menos desde o ano anterior ao término do seu cargo. Já como tabelião, este último aparece desde o início da sua atividade ligado a outro escrevão, de seu nome Afonso Domingues II. O seguimento temporal do desenrolar das funções destes indivíduos, aliado à continuidade da aposição de um sinal semelhante, fortalece a ideia que estas oficinas se transmitiam de geração em geração.

²⁷⁰ BAUTIER – *L’authentification des actes...*p.770.

Também evidenciamos o funcionamento destas oficinas em simultâneo, ou em limites de períodos bastante próximos.

Quadro 5 – Ligações de tabeliães (III)

Nome	Titulação	Datas	Sinal
Vicente Eanes	Tabelião do rei na cidade e bispado do Porto	1351-64	
	Tabelião público do Porto	1367-70	
Lourenço Domingues	Escrivão-jurado	1360-63	
	Tabelião	1363-71	
Afonso Rodrigues	Escrivão-jurado	1369-70	
	Tabelião	1375-1405	

Desta maneira, Vicente Eanes é acompanhado por dois dos seus escrevães no cargo de tabelião. É o único exemplo que possuímos deste género.

Pese também o facto dum conjunto considerável de *scriptores* testemunhar documentos lavrados pelo tabelião público Afonso Eanes. Nomes como Nuno Martins²⁷¹, Francisco Lourenço²⁷², Frei Afonso²⁷³, Vasco Tomás²⁷⁴ e Vicente Eanes²⁷⁵, todos escrevães, testemunham documentação escrita por Afonso Eanes. Não podemos deixar de questionar o porquê da sua presença. Fariam parte do *scriptorium* de Afonso Eanes? Teria a sua presença sido requerida por alguma das partes, ou até necessária para a lavra do ato? Recordamos, com efeito, que só o tabelião público é dotado de firmar um documento de *fides publica*, de força probatória. Dessa maneira, a presença de um maior ou menor número de testemunhas não revestiria o documento de uma validade superior²⁷⁶.

²⁷¹ Vd. SILVA – *A escrita na Catedral...* p.75.

²⁷² Vd. *Corpus Codicum...* p. 178-180. vol 2.

²⁷³ *Corpus Codicum...* p. 184-210. vol 2.

²⁷⁴ *Corpus Codicum...* p.174-177. vol 2.

²⁷⁵ *Corpus Codicum...* p.174-177. vol 2.

²⁷⁶ RÊPAS – *O Mosteiro de Arouca...* p.570.

De qualquer forma, parece-nos verosímil que tanto estes escrivães, como os escrivães jurados, estivessem numa fase de aprendizagem do seu ofício, sendo que estes últimos almejarão mais tarde o cargo de tabelião, simultaneamente, ou por substituição com o seu mestre. Assim, e por se encontrarem numa fase incipiente das suas carreiras *ainda não teria(m) obtido do seu «mestre» permissão para utilizar o seu sinal com certa independência*²⁷⁷.

A última referência que possuímos de Gonçalo Brandão como tabelião público da cidade do Porto, é na primeira vez que Gil Martins de Pedroso escreve como escrivão jurado²⁷⁸.

Quadro 6 – Ligações de tabeliães (IV)

Nome	Titulação	Datas	Sinal
Gonçalo Brandão	Tabelião	1341-43	n/d
Gil Martins Pedroso	Escrivão-jurado	1343	n/d

Julgamos, portanto, que estes exemplos são testemunhos de uma relação de sucessão mestre/discípulo²⁷⁹ materializada na utilização de sinais, umas vezes idênticos, e noutras muito semelhantes. De facto, os sinais de Martim Soares e Pedro Salamanca, seu escrivão, apresentam semelhanças inequívocas.

Não tendo qualquer indicação que sugira uma relação de sucessão, o sinal de Pedro Peres é igualmente parecido com o de Martim Soares, facto que Sá Nogueira já referiu²⁸⁰. Não excluimos por essa razão a hipótese de Pedro Peres se poder integrar nesta “oficina”, e daí a sua inclusão no quadro que se segue.



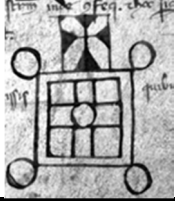
²⁷⁷ CUNHA – *Tabeliães bracarenses*...p.256.

²⁷⁸ SARAIVA – *A Sé de Lamego*... pp.737-39. doc185a.

²⁷⁹ Hipótese que até agora tinha sido levantada para outras jurisdições como Braga e Lamego. Vd. CUNHA – *Tabeliães bracarenses*... pp.254-56; e SARAIVA – *Tabeliães e Notários de Lamego*... pp.605-06.

²⁸⁰ NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento público*...p.679-80.

Quadro 7 – Ligações de tabeliães (V)

Nome	Titulação	Datas	Sinal
Martim Soares	Tabelião	1270-79	
Pedro Peres	Tabelião	1277-93	
Pedro Salamanca	Escrivão-jurado	1276	
	Tabelião	1277-97	

Desta maneira podemos constatar a similitude destes *signi tabelliones*: o retângulo desenhado na aresta superior do quadrado é em tudo igual, assim como os círculos nos vértices. A única alteração reside no preenchimento do quadrado, o primeiro numa cruz em “X”, o terceiro numa cruz grega²⁸¹. O segundo numa forma em “H”, se bem que acrescenta um círculo em cada aresta lateral do quadrado.

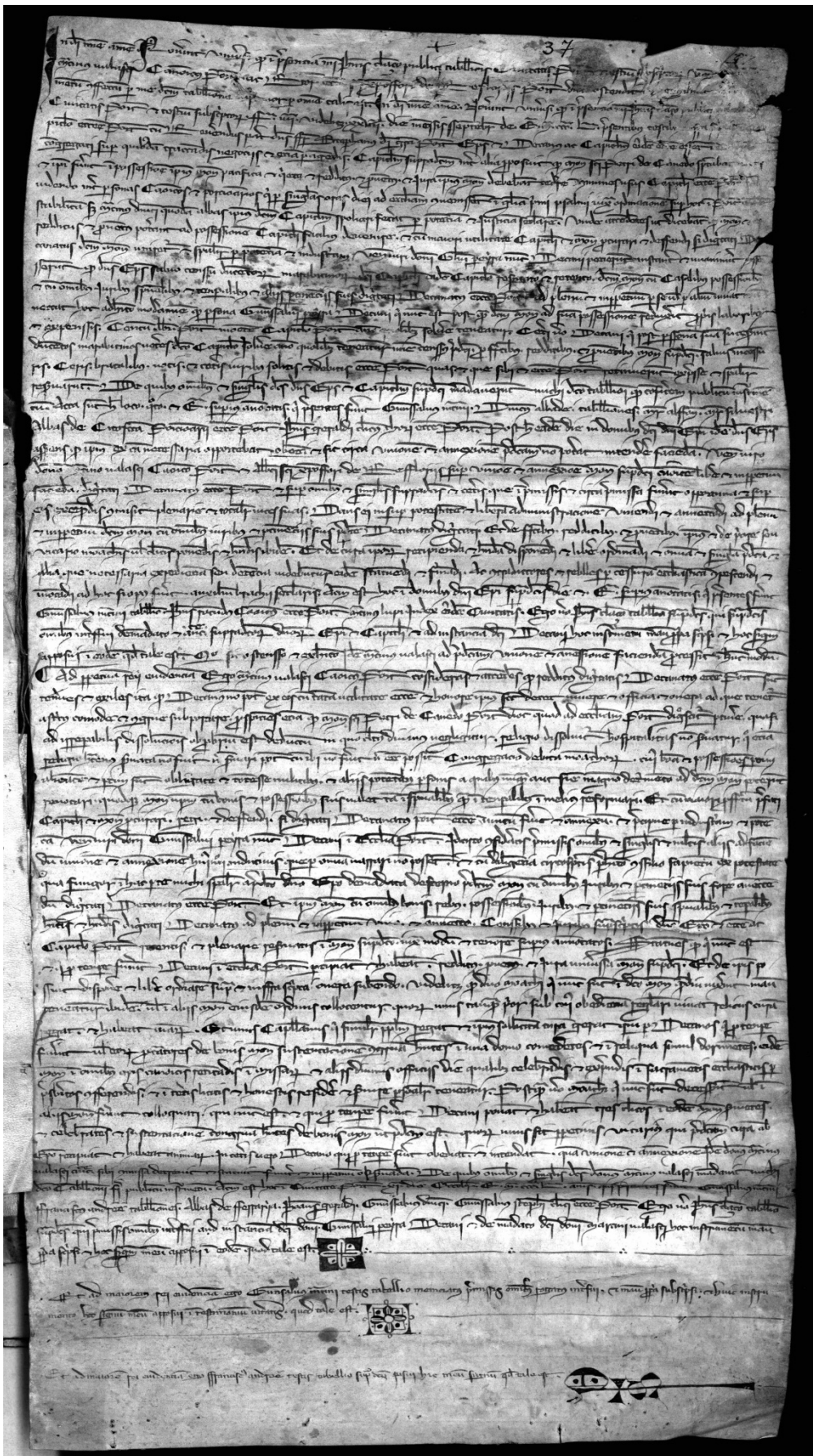
4.2. Organização.

A análise das “redes de notários” que propomos desenvolver neste ponto passa pela evidência dos laços que unem estes indivíduos, nomeadamente no que diz respeito à sua relação entre si e a ligação que as referências documentais nos permitem supor.

Uma dessas referências é a co-validação. Descontando a aposição do *signum* por um tabelião público quando o documento é escrito por um “seu” escrivão jurado, reportamo-nos aqui à aposição de um sinal notarial unicamente por parte de um tabelião que não escreve, um *testis tabellio*, em adição ao sinal já posto pelo tabelião que de facto escreve o documento. No nosso entender, este assunto revela-se da maior importância, pois somos impelidos a tentar conhecer o porquê da aposição deste segundo sinal (e em alguns casos até mais do que dois). Será que havia atos que necessitavam de uma dupla validação? Será que essa dupla aposição de sinais seria feita

²⁸¹ A reprodução destes sinais também pode ser vista em SILVA – *A Escrita na Catedral...* p.293.

a pedido das partes, e quanto pagariam por esse requisito? Ou será que a importância do *signum tabellionis* ultrapassa a mera função de validação?

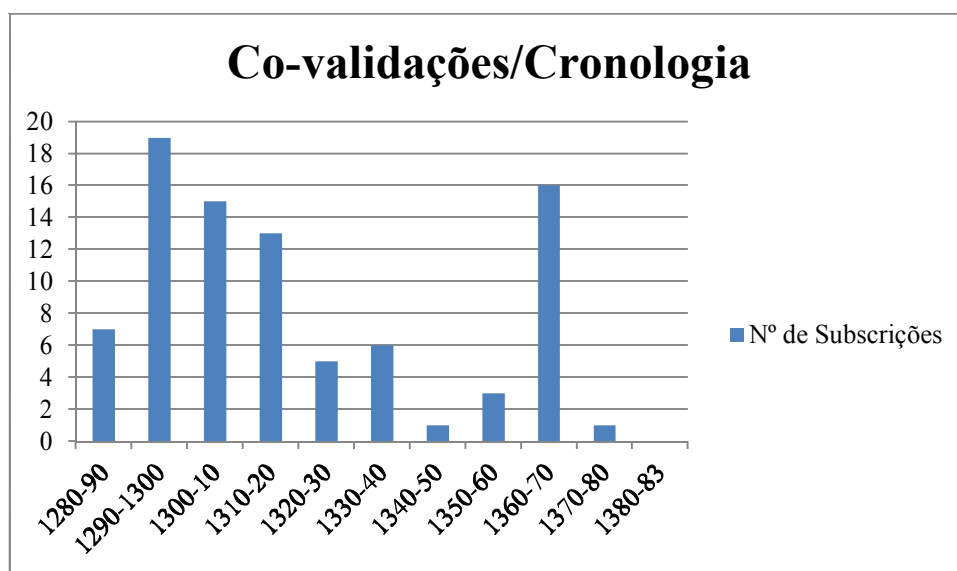


Foram estas as nossas questões quando nos debruçamos sobre esta matéria. A co-validação tem de ser analisada, sem dúvida, como sendo desprovida de ingenuidade. Esta ação tem certamente um objetivo próprio, que não nos foi possível decodificar de forma clara. Todavia, podemos entender as ligações entre alguns destes notários mediante a “preferência” que parecem demonstrar ao co-validar com determinados indivíduos em detrimento de outros.

Com efeito, parece-nos pertinente mostrar de que forma as co-validações se apresentam cronologicamente, o tipo de documentos que mais foi alvo dessa ação, e quais são os homens que mais aparecem a co-validar.

A dispersão cronológica das co-validações pode ser observada no seguinte quadro:

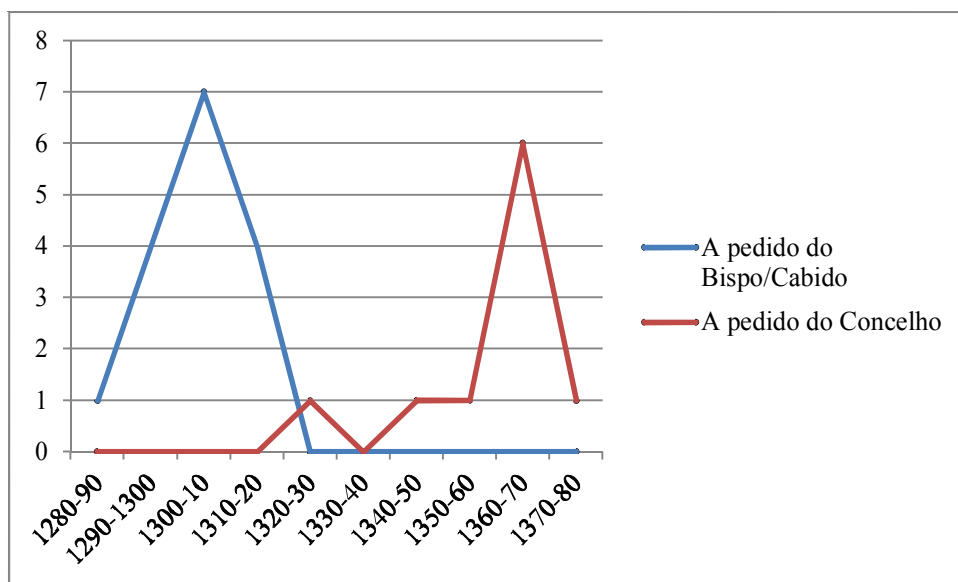
Gráfico 2 – Co-validações nos documentos dos tabeliães do Porto nos séculos XIII e XIV



Constatamos que há dois períodos “quentes” no que diz respeito ao número de co-validações, que são as décadas de 1290-1300, e 1360-70, respetivamente. Em contrapartida, os anos com menor número de co-validações são as décadas de 1340-50, e a de 1370-80. Ambos são períodos de crise, motivadas entre muitas outras razões, pela Peste Negra e pelas chamadas “guerras fernandinas”, o que poderá significar menos disponibilidade de tabeliães.

Cabe-nos referir aqui também, que as co-validações respeitantes às públicas-formas mostram um desenvolvimento igual ao evidenciado no ponto 3.1. (Tipologia documental), dividindo-se em duas fases: a primeira a pedido do Bispo e Cabido, e a outra a pedido do Concelho.

Gráfico – Documentos co-validados por tabeliães públicos do Porto nos séculos XIII e XIV a pedido do Bispo/Cabido e Concelho



Podemos entender, conforme o gráfico apresentado, que as co-validações a pedido do Bispo/Cabido são claramente superiores em número às do Concelho na viragem do século XIII para o XIV, tendo o seu expoente máximo na primeira década desse século. Os anos de 1320-30 marcam o início do domínio municipal relativamente a este aspeto, cujo número de co-validações sobe, atingindo o seu auge na década de 1360. Sem intenção de nos repetirmos, reafirmamos que as razões para este facto prendem-se com a própria história da urbe, já aqui desenvolvida. Sublinhamos a importância do reinado de D. Afonso IV, e como as relações entre a Coroa e a Igreja afetaram a documentação que chegou até nós. O domínio e a força concelhia em relação ao Cabido da cidade do Porto, é já uma realidade bem visível na década de sessenta da centúria de trezentos.

Em relação à co-validação feita por tabeliães propriamente ditos, podemos afirmar que alguns deles surgem associados preferencialmente a determinados notários, o que nos impele a ponderar seriamente sobre laços entre estes indivíduos. Domingos Domingues, tabelião público da cidade do Porto, co-valida 7 documentos, 4 dos quais

escritos por Francisco André²⁸³, sendo que as outras co-validações são respeitantes a atos escritos por outros tantos tabeliães: Pedro Eanes²⁸⁴, Pedro Salamanca²⁸⁵, e Gonçalo Martins I²⁸⁶. Esta situação pode sugerir que Domingos Domingues ao co-validar um número maior de documentação da autoria de Francisco André pudesse ter com ele uma ligação mais forte do que com os outros notários. Várias hipóteses podem ser levantadas a este respeito: será que estes dois tabeliães pertenceriam à mesma oficina? Ou, partindo do princípio que a co-validação adicional de outro sinal notarial fosse cobrada à parte, seria a cobrança desta ação dividida de forma mais “proveitosa”?

Questões que de momento ficam forçosamente por responder, não por não as termos pensado ou tentado resolver, mas principalmente porque a documentação é incapaz de preencher a nossa curiosidade sobre esta matéria²⁸⁷. De qualquer forma, acrescentamos que se Domingos Domingues co-valida tendencialmente documentação de Francisco André, o contrário já não se verifica²⁸⁸.

Francisco André, por seu turno, co-valida 11 documentos dos quais 10 são da autoria de dois notários, João Colaço e Gonçalo Martins I, divididos por 5 referências documentais. Um desses documentos, escrito por João Colaço, é inclusivamente co-validado tanto por Francisco André como por Gonçalo Martins I²⁸⁹.

Dos 10 documentos co-validados por Gonçalo Martins I, 6 são da autoria de Francisco André e de João Colaço. Julgamos que o peso destes números seja inequivocamente indicador de uma ligação entre estes três indivíduos, apesar de não conseguirmos definir como essa ligação se forma, os seus limites, e o que comporta. Importará registar que João Colaço co-valida um total de 13 documentos escritos por diversos notários, o que à partida nos impede de o ligar com clareza a outro(s) tabelião(ões) em específico, se bem que 5 desses documentos são da autoria de Francisco André.

Do mesmo notário é a autoria dos 4 documentos co-validados por Pedro Eanes, o que nos leva a indagar sobre a presença deste nome constantemente na ação de

²⁸³ Dos quais dois são vendas, ADP..., Livro 1666, fl.3, e 13; e dois são tomas de posse, *Censual do Cabido...* p.516, e pp.516-17.

²⁸⁴ ADP..., Livro 1671, fl 15

²⁸⁵ ADP..., Livro 1673, fl. 12

²⁸⁶ *Censual do Cabido...* pp.126-127.

²⁸⁷ Com efeito, fazemos uso das palavras de Maria José Azevedo Santos: *não basta interrogar um documento, é preciso saber a que perguntas é que ele pode responder e isso, como sabemos, não preenche toda a nossa curiosidade*. SANTOS – *Da Visigótica à Carolina...*p.241.

²⁸⁸ Apesar de encontrarmos Francisco André a testemunhar um documento escrito por Domingos Domingues, e subscrito por João Colaço. *Corpus Codicum...* . vol 2. p.57.

²⁸⁹ ADP..., Livro 1683, fl 37

subscrição. Francisco André é um notário que se destaca dos outros pela sua contínua presença no campo das co-validações.

Pelo que fica exposto, parece-nos verosímil avançar com uma possível “rede” de tabeliães na cidade do Porto, na viragem do século XIII para o XIV, entre Francisco André – João Colaço – Gonçalo Martins I. Esta é a única ligação deste género que notamos com frequência na cronologia em estudo. Todavia, supomos que este tipo de associação seja possível no decurso do século XIV, apesar de não ser por nós constatada. Embora tenhamos também evidenciado uma possível ligação em “rede” entre Martim Vicente, subscritor de apenas 3 documentos, mas todos eles da autoria de João Vicente. Não nos deixamos entusiasmar demasiado pelo patronímico comum²⁹⁰, mas sublinhamos por último a ligação “privilegiada” com este notário.

4.3. Aprendizagem, carreiras e percursos

Escassas notícias nos restam sobre a história da cultura intelectual do Porto medieval, o que dificulta sobremaneira o nosso trabalho de análise sobre os centros de estudo/aprendizagem da escrita, bibliotecas²⁹¹ e livros. Os *scriptoria* medievais, associados amiúde à cópia de livros²⁹², são bastante desconhecidos quer no diz respeito à sua existência física quer à sua produção²⁹³. A este respeito, José Mattoso: *Il serait exagéré de dire que les monastères du diocèse de Porto avaient chacun leur salle où*

²⁹⁰ Embora laços de parentesco entre tabeliães não apresentem novidade. Veja-se a esse respeito, se bem que para um período que ultrapassa a cronologia estudada nesta dissertação: MENDOZA GARCÍA, Eva María – *Alianzas familiares y transmisión de oficios públicos: los escribanos de Málaga en el siglo XVII*. In «Nuevo Mundo Mundos Nuevos», Coloquios, 2008. In <http://nuevomundo.revues.org/28582#text> em 16/5/12 às 15h04m. Para um período anterior ao que estudamos, há também notícias de ligações familiares entre “notários” com funcionários ligados à instituição para qual trabalham, de que temos o exemplo dos Vilamondes no Cabido de Braga (Vd. CUNHA – *A Chancelaria Arquiepiscopal...* pp.168-69.). Como ligados ao poder concelhio, de que temos exemplo João Fortes, tabelião de Braga, e Pedro Fortes, almoxarife de Guimarães (Vd. NOGUEIRA – *Tabelionato e instrumento...* pp.409-10). Também em Albufeira, se bem que para o século XV, é conhecido um caso de parentesco (pai/filho) (CUNHA – *Alguns tabeliães...*p.157.).

²⁹¹ Para as bibliotecas catedralícias de Braga e Coimbra, veja-se COSTA, Avelino Jesus da – *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVII*. Braga: [s.n.], 1985; e *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, 2ª ed. Coimbra: [s.n.], 1983.

²⁹² *Um lugar para a escrever não é necessariamente um scriptorium, e por isso a cópia, num dado mosteiro de dois ou três códices, durante um ou dois anos, não é sinónimo irrefutável da existência, aí, de um local próprio para escrever*. SANTOS – *Da Visigótica à Carolina...* p.11.

²⁹³ Contudo, sabemos da existência de *scriptoria* individuais nos mosteiros ligados à vida eremítica, e *scriptoria* coletivos, locais determinados numa casa religiosa onde alguns dos seus membros se dedicavam à escrita. Vd. CUNHA – *A Chancelaria arquiepiscopal...* p.166.

*l'on écrivait des chartres et copiait des livres [...] Le mot scriptorium a donc ici une valeur symbolique*²⁹⁴.

Sem embargo assistimos ao enriquecimento paulatino da biblioteca episcopal revitalizada pela escola catedralícia, pelo menos após a reforma capitular de D. Martinho Pires (1186-89)²⁹⁵, e dos conventos mendicantes de S. Francisco e S. Domingos, como centros difusores de cultura, em meados do século XIII²⁹⁶.

É possível que na escola Catedral do Porto, à semelhança de outras congéneres, numa primeira fase, a leitura e a escrita incidissem sobre a *Sacra Pagina*, e exercícios com base no Saltério e nos Livros Sapienciais²⁹⁷, para de seguida se introduzir os estudos do *trivium* e do *quadrivium*²⁹⁸.

Contudo, não se encontra qualquer referência que mostre de forma clara a existência de uma escola de tabeliães no Porto²⁹⁹. Todavia, o exercício dos escrivães jurados, e as ligações diretas com os tabeliães que julgamos serem seus mestres, podem indicar que a aprendizagem destes notários se fazia dentro do próprio tabelionato, levando-nos a crer, portanto, que *o saber profissional aprendia-se com a prática, nas oficinas tabeliônicas*³⁰⁰.

Sobre as carreiras destes indivíduos, reafirmamos que a duração das mesmas pouco contribuiu para o estudo do seu ofício, já que a longevidade do cargo não é proporcional à documentação levantada para cada notário³⁰¹. Evidenciamos, de facto, carreiras muito curtas como a de André Martins, António Domingues ou Diogo Afonso (dos quais nenhum exerceu o cargo mais de três anos), e bastante longas como as de Francisco André (32 anos), ou Gonçalo Eanes de Ribas (41).

²⁹⁴ MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny: Les monasteries du diocese de Porto de l'an mille à 1200*. Louvain: Université de Louvain, 1968.p.299.

²⁹⁵ Vd. SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto 1113 – 1247*. Porto: Fio da Palavra, 2008.pp.49-50.

²⁹⁶ Vd. DUARTE, Luís Miguel – *Religião e Cultura no Porto Medieval*. In Exposição comemorativa do 6º aniversário do nascimento do Infante D. Henrique. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1994.p.95.

²⁹⁷ Vd. SILVA – *A Escrita na Catedral*...p.288.

²⁹⁸ ESTEBAN, Leon e LOPEZ MARTIN, Ramon – *Historia de la Enseñanza y de la Escuela*. Valencia, 1994.p.56 citado por GUERRA – *Os diplomas privados*...p.48., nota 30.

²⁹⁹ Sobre a formação dos notários nos séculos XIII e XIV pouco se sabe. Vd. GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques e TOCK, Benoît-Michel – *Diplomatique Médiévale*. Louvain-la-Neuve: Brepols, 1993.p.244.

³⁰⁰ COELHO – *Tabeliães em Portugal*...p.101. Sobre este tema veja-se também SILVA – *A Escrita na Catedral*...p.292.

³⁰¹ Tendo em conta que conhecemos apenas 3 documentos escritos por de Pedro Salamanca entre 1278 e 1296, e 18 documentos de João Vicente entre 1331 e 1335, não podemos afirmar que o primeiro escreveu menos que o segundo.

Notamos que o percurso típico destes homens se inicia com a sua atividade como escrivães (quando muito provavelmente iniciam a aprendizagem do ofício), passando em seguida para tabeliães públicos da cidade, e podendo ascender ao cargo de tabelião geral do reino³⁰², ou do bispado³⁰³.

5. Tabeliães públicos, elite ou não?

Se escrever *favorecia o prestígio, este era sobretudo reforçado por teias de solidariedades, habilmente tecidas no jogo social*³⁰⁴. Sem dúvida, o conhecimento da leitura e da escrita revestia aqueles que o possuíam de privilégios de ordem social e económica³⁰⁵, influenciando a vida quotidiana medieval. Este poder, materializado no substrato financeiro, advinha não somente do desempenho da função notarial mas também da posse de bens urbanos e rurais, próprios e alheios. Sabemos, portanto, que alguns tabeliães eram proprietários de terras³⁰⁶, e/ou cobradores de direitos³⁰⁷, como também participantes na vida comercial marítima das principais cidades portuárias europeias³⁰⁸. O compadrio que estes oficiais estabeleceram com os mercadores contribuiu sobremaneira para a sua ascensão social, evidenciada no século XV, quando os mareantes da confraria de S. Pedro de Miragaia entram em conflito com os tabeliães acerca da posição que cada um destes grupos ocupava na procissão do Corpo de Deus³⁰⁹.

³⁰² Relativamente a este aspeto sublinhamos o caso de Vicente Eanes “tabelião geral do rei na cidade do Porto”. *Corpus Codicum...* p. 10-11. vol 2.

³⁰³ Vicente Eanes “tabelião geral de nosso senhor el rei na cidade e bispado do Porto”. *Corpus Codicum...* pp. 61-62 Vol 6 Fas 2.

³⁰⁴ MATA - *Alguns profissionais da escrita...* p.158.

³⁰⁵ Vd. SANTOS – *Alguns aspectos...* p.22.

³⁰⁶ De que temos o exemplo de Simão Martins que reconstruiu uma azenha e refez o rego da água, a expensas próprias, num meio casal que lhe pertencia em Julião de Suzão. Vd. MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira – Uma contenda entre o mosteiro de Vairão e Simão Martins, tabelião do rei nas terras da Maia. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense. Vol. XII, 1997.pp.119-27.

³⁰⁷ Como os tabeliães algarvios João Lourenço e Vasco Martins. Vd. CUNHA – *Alguns tabeliães...* p.156.

³⁰⁸ Temos notícia, inclusive, da envolvimento de tabeliães numa fraude fiscal de uma companhia comercial portuguesa, que usava o porto de Tenerife *como trampolim para negociar mercadorias coloniais espanholas em Amesterdão, utilizando os seus recursos para intercambiar produtos de tinturaria, materiais de construção naval, pimenta e sal via cidade do Porto*. BARROS, Amândio Jorge Morais – *Em busca de um mercado integrado: redes comerciais portuenses e trato internacional*. Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela, 2005.p.14.

³⁰⁹ Vd. BARROS, Amândio Jorge Morais – *A Confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto no século XV*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 1991.p.28.; e *A procissão do Corpo de Deus do Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria*. «Revista da Faculdade de Letras.História»: Porto.-2ªsérie,v.10 (1993).pp.117-130.

Relativamente a este aspeto, o que sabemos sobre estes indivíduos nos séculos XIII e XIV na cidade do Porto?

5.1. Correlação entre tabeliães e actividade mercantil do Porto.

Os tabeliães, sem dúvida numa posição social distinta pelo conhecimento da escrita numa sociedade maioritariamente iletrada, e pela capacidade de dotar os documentos por eles elaborados de fê pública, tentavam ascender aos mais altos cargos municipais³¹⁰, e procuravam rendimentos fora do ofício notarial³¹¹. Pelo facto da urbe portuense ser um centro económico significativo do reino, principalmente a partir do século XIV³¹², não nos surpreende que estes indivíduos tivessem também pretensões em participar na vida comercial da cidade³¹³.

Martim Quaresma, tabelião da cidade do Porto, era, em 1331, foreiro do rei duns casais em Francos e Ramalde, no julgado de Bouças, juntamente com Domingos do Freixo, mercador da mesma cidade³¹⁴. Temos notícia, portanto, de um tabelião detentor de alguns direitos sobre uma propriedade (das quais conseguiria extrair provavelmente algum rendimento) e de uma relação com um mercador da cidade. Desta forma, podemos assumir que este tabelião estaria ligado ao mundo dos negócios dos quais certamente tiraria dividendos. Por esta razão, não deixamos de estranhar o facto de apenas conhecermos um *stromento* escrito por Martim Quaresma: trata-se de uma pública-forma, feita a pedido do Cabido do Porto, de três cartas de D. Afonso IV, sobre o comércio de vinho e do pão³¹⁵. Apesar de ter sido lavrada em plena contenda entre o Cabido e o Concelho do Porto e portanto poder ter um cunho marcadamente político, o

³¹⁰ Vd. COELHO – *Os tabeliães em Portugal*...p.190.

³¹¹ A riqueza que alguns destes homens possuíam era muitas vezes encontrada em atividades que não a da escrita, já que para além do exercício do seu cargo, eles procuravam outras fontes de receita como por exemplo, a cobrança de direitos, que arrendariam aos seus legítimos titulares. CUNHA – *Alguns tabeliães*...p.156.

³¹² Citando Armindo de Sousa: *O Porto era uma cidade importante, maior em arrabalde do que em almedina, decididamente comercial e marítima, capital de vastíssima região económica (...) o caminho da Europa rica passava pela barra do Douro*. SOUSA – *Os tempos*...p.134.

³¹³ Situação verificada um pouco por toda a Europa. A este respeito vejam-se os casos das actividades dos notários nos Países Baixos (PREVENIER, Walter, MURRAY James M., e OOSTERBOSCH, Michael – *Les notaires publics dans les anciens Pays-Bas du XII^o au XVI^o siècle*. Historia. Instituciones. Documentos. 23. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1996.pp.385-402.) e na Polónia (SKUPIENSKI, Krzysztof – *Les notaires publics en pologne au Moyen Age*. Historia. Instituciones. Documentos. 23. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1996.pp.403-419)., a título de exemplo.

³¹⁴ *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*. Org João José Alves Dias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 1998-2002.p.241.

³¹⁵ ADP..., Liv 1675, fl 33.

teor financeiro do acto é inquestionável. O facto de Martim Quaresma ser o responsável pela redacção da referida pública-forma parece reforçar a ideia da proximidade deste tabelião com a vida comercial da cidade.

O caso de Vicente Eanes parece ser mais paradigmático. Numa petição inicial de um processo entre Afonso Lourenço, mercador, e João Esteves, filho de Estêvão Ferraz, sobre o fretamento de naus e navios da Flandres e Normandia, de 21 de outubro de 1364, João Domingues, tabelião público do Porto esclarece que *quem quisesse carregar seus averes para em ffrandes ou para Normandya que ffosse a Vicente Eanes tabeliom desta Cidade que lhys escrevesseam a parte que cada huum quisesse carregar*³¹⁶. Ou seja, a este tabelião tinha sido cometida a exclusividade do assento das cargas para exportar para as regiões referidas. O que não nos admira, já que Vicente Eanes nos parece ter tido uma posição de relevo no Porto da segunda metade do século XIV.

O facto de Vicente Eanes ser, por vezes, denominado como “tabelião geral do rei na cidade e bispado do Porto”, mostra-nos que ele tinha um espaço de acção para o exercício do seu ofício mais vasto do que o dos outros tabeliões, dimensão essa que seria certamente proporcional à abundância dos seus rendimentos. Vários dos 44 documentos (escritos, testemunhados e/ou subscritos) que dele possuímos, dizem respeito ao comércio de vinho³¹⁷, pão³¹⁸, azeite³¹⁹, construção e edificação de obras públicas³²⁰ e cobrança de dívidas³²¹. Todavia, mais nenhuma dessas escrituras é relativa a mercadorias a enviar para a Flandres ou para a Normandia.

A reunião dos homens bons da cidade, a 10 de julho de 1368, para decidir a taxa dos vinhos com o objectivo de suportar os encargos e dívidas do Concelho³²² (fixados nas 12600 libras que tinham pedido de empréstimo a D. Pedro I, quando era ainda Infante), é subscrita pelo mesmo Vicente Eanes, e com a presença no rol de testemunhas de Afonso Rodrigues, *homem de Vicente Eanes, tabelião da cidade do Porto*. No ano seguinte, o mesmo indivíduo é dado pelo rei, como escrivão jurado, a Vicente Eanes, subindo o número de escrivães jurados a cargo deste tabelião para 2³²³.

³¹⁶ *Corpus Codicum...* p. 26 Vol 6 Fas 4.

³¹⁷ *Corpus Codicum...* pp. 47-48 Vol 6 Fas 2.

³¹⁸ *Corpus Codicum...* pp. 55-56 Vol 6 Fas 2.

³¹⁹ *Corpus Codicum...* pp. 9-10 Vol 6 Fas 4.

³²⁰ *Corpus Codicum...* pp. 56-57 Vol 6 Fas 2.

³²¹ *Corpus Codicum...* pp. 52-53 Vol 6 Fas 2.

³²² *Corpus Codicum...* p. 43-45 Vol 6 Fas 4.

³²³ Recordamos que desde 1360 Lourenço Domingues já era escrivão jurado de Vicente Eanes.

Evidentemente, este tabelião poderá representar um caso excepcional no tabelionato português. Não possuímos outras indicações de semelhantes privilégios, ou de outro qualquer privilégio daquela dimensão.

D. Sancho Pires, bispo do Porto, deixa em testamento 50 libras a João Colaço, autor da escritura³²⁴. Embora não especifique a razão desta disposição, podemos colocar a possibilidade de se poder tratar de uma recompensa pelo serviço(s) prestado(s).

Detentores de património e dinheiro, os tabeliães deviam preocupar-se com o destino a dar aos seus bens após a sua morte. Contudo, não se encontram testamentos de tabeliães no nosso acervo documental, facto que pode ser explicado pela origem dos fundos arquivísticos da nossa pesquisa. Relembramos que a nossa investigação não incidiu sobre a documentação depositada nos fundos monacais, o que pode ter contribuído sobremaneira para a inexistência deste tipo de actos no nosso acervo. Todavia, sabemos que Afonso Domingues I mandou lavrar um testamento, do qual conhecemos uma cláusula relativa a uma almuinha, com todos os seus direitos e rendas que é deixada ao Cabido da Sé do Porto³²⁵.

³²⁴ *Censual do Cabido...* pp.430-442. O mesmo documento pode ser visto em pública-forma da mão de Gonçalo Martins, tabelião do Porto ADP..., Liv 1686 (28) fl 24, e *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Coord. Maria do Rosário Barbosa Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa, 2010. pp.557-566.

³²⁵ ADP..., Livro 1678, fl 10.

CONCLUSÃO

Na presente dissertação estudámos sobre o tabelionado medieval portuense em duas vertentes: os homens e os documentos.

Tratamos da figura do tabelião público do ponto de vista legal, servindo-nos das disposições presentes nos regimentos de 1305, 1340 e 1379, assim como das *Ordenações Afonsinas*, com o intuito de entender a posição legislativa do notário, compreendendo os seus direitos e os seus deveres. Entendemos alguns limites do seu ofício, conhecemos quanto deveriam cobrar por lavra de cada ato, a distinção da sua forma de vestir, e mesmo os custos de deslocações.

Elencámos os *tabelliones* portuenses, não só apresentando uma listagem de seus nomes mas também uma cronologia da sua actividade. Tivemos de ultrapassar obstáculos no que diz respeito à homonímia, aos términos periódicos do exercício das suas funções, e a referências pouco claras entre aqueles que escrevem, os que surgem como testemunhas ou que são apenas mencionados. Acreditamos na importância destas referências documentais pela maior segurança, autoridade e solenidade que atribuiriam ao ato, que ficava assim revestido de uma validade superior. A identificação e quantificação de tabeliões públicos foi um exercício efetuado com o maior rigor possível, apesar de nos parecer condenado a permanecer incompleto devido aos fundos documentais utilizados.

Não nos debruçamos somente na análise dos tabeliões públicos, mas também dos escrivães e dos escrivães jurados, como agentes da escrita na sociedade medieval portuense. Mesmo sendo impossível dar a esta matéria o desenvolvimento por nós desejado, devido à discrepância de referências documentais para cada caso, pareceu-nos pertinente mostrar que a sua denominação tem uma sequência cronológica e uma utilização constante do sinal do tabelião de quem dependiam. Podemos inclusivamente ver nestes indivíduos uma forma de sobreprego da escrita, sendo chamados para todos os sectores da vida pública ou privada da Idade Média.

Julgamos por bem analisar a frequência com que os tabeliões públicos surgem anualmente no exercício das suas funções relacionando com a própria história política, económica e social da cidade, oscilando entre períodos onde constatamos números muito reduzidos, e outros bastante altos. Dessa maneira, se na década de quarenta do século XIII são evidenciados cerca de dois tabeliões no Porto, o que se justifica por ser o momento de implantação destes oficiais na cidade, na segunda metade do XIV esse

número dispara (coincidindo com o azedar das relações entre o Cabido e o Concelho, e subsequentemente entre a Mitra e a Coroa), mostrando claramente o papel destes indivíduos na paulatina viragem do senhorio da cidade, do Bispo para o Rei.

Os actos lavrados pelos tabeliães do Porto apresentam-se com uma tipologia muito variada, que abrange sentenças, fórmulas judiciais, e documentos de disposição de últimas vontades, para além de muitos outros. Todavia, as públicas-formas e os negócios jurídicos são os documentos que se afiguram em quantidade mais elevada. Não podemos apontar claramente para uma especialização destes agentes da escrita sobre um determinado tipo de acto em específico. Parece-nos, contudo, que para os casos em que possuímos um maior número de documentação, os actos apresentam-se de tipologia muito variada.

O local da feitura dos documentos também não foi olvidado neste estudo. Apesar de conhecermos a existência do paço dos tabeliães na cidade do Porto, não há qualquer referência sobre a sua localização exata. O Porto apresenta-se como o grande palco da redação dos documentos por nós estudados, evidenciado por uma certa mobilidade por parte dos tabeliães. De facto, as referências à escrituração perto da Sé, não só dentro como em redor, são uma constante até à primeira metade do século XIV. A partir daí os tabeliães deixam de escrever tanto na Igreja Catedral, passando a exercer mais a sua atividade no Concelho, sendo presença assídua nas ruas mais importantes da urbe. Dirigem-se aos domicílios de clérigos e leigos, entrando inclusivamente nas casas dos homens do Concelho. É evidente, desta maneira, o cruzamento destes homens da escrita com os mais variados atores da vida económica e social da cidade.

Demonstrámos também o exercício da atividade notarial nos mosteiros, apontando em certos casos o mesmo tabelião para mais do que uma instituição monástica. A escrita “em” e “para” estas entidades poderá indicar uma extrapolação da clientela notarial, não apenas ligada a cónegos e a leigos, públicos e privados, mas também a instituições monásticas, a quem ofereciam para esse efeito os seus préstimos técnico-profissionais a esses institutos.

Notamos, também, a organização, hierarquia e sucessão destes tabeliães, através do estudo das oficinas a que pertenciam e apresentamos exemplos que testemunham uma relação de sucessão geracional “mestre/discípulo” materializada na utilização dos mesmos sinais notariais. Os laços que evidenciamos entre estes indivíduos, principalmente através do estudo de referências de testemunho e subscrição, permitiram avançar com possíveis “redes” de notários.

Já no que diz respeito às suas carreiras, evidenciamos que o percurso mais provável é o início da carreira como escrivães, subindo em seguida para tabeliães públicos da cidade, e podendo ocupar o cargo de tabelião geral do bispado, ou do reino. É na condição de escrivães que iniciam a aprendizagem do ofício, junto dos tabeliães nas oficinas tabeliônicas.

Acerca da participação dos tabeliães na vida comercial e económica da cidade do Porto, aproveitámos alguns exemplos que julgamos ilustrar a posição social de relevo destes indivíduos: surgem como beneficiários de testamentos, proprietários de terras donde tiravam rendimentos, estavam envolvidos com fretamentos da Flandres e Normandia e no comércio de vinho, pão, azeite, construção e edificação de obras públicas, e cobrança de dívidas. São ilustrações inequívocas do tráfico de influências que corria a urbe portuense, das relações privilegiadas com importantes membros políticos e económicos da cidade, e intromissão nos negócios da mesma.

Por último, a realização deste trabalho serviu para esclarecer algumas incógnitas sobre o tabelionado portuense, e embora algumas das nossas dúvidas tenham ficado por responder, o nosso interesse sobre este tema está longe de esgotar. Esperamos sinceramente que a curiosidade e gosto que sentimos sobre esta matéria tenham ficado presentes na escrita da tese, já que estiveram sem dúvida, ao longo de toda a nossa investigação. Consideramos, portanto, esta dissertação apenas como mais uma pedra de um edifício ainda em construção, que é a história do notariado português. Pequeno contributo com o qual tencionámos colaborar para o estudo do tabelionado medieval, e incentivar mais estudos deste género.

Por tudo o que fica aqui exposto, julgamos que se adequa a citação de Louis Godart com a qual iniciamos esta dissertação: *Le pouvoir à inventé l'écriture (...)*³²⁶. Mas é certo, que se por um lado o poder inventou a escrita, não é menos correcto dizer-se que a escrita reinventa o poder.

³²⁶ GODART, Louis – *Le pouvoir de l'écrit: aux pays des premières écritures*. Dir. H. et M. van Effenterre. Paris: Editions Errance, 1990.

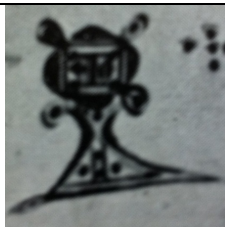
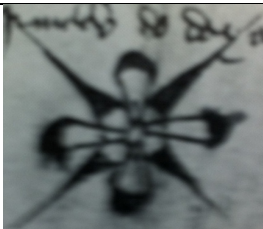
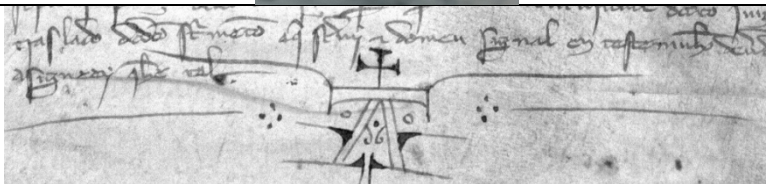
ANEXOS


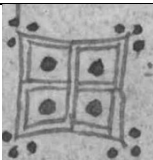
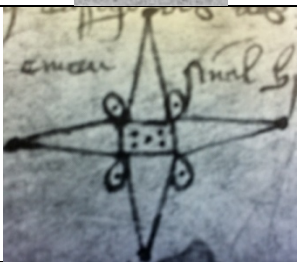
ANEXO 1 - Tabeliães públicos do Porto 1242-1383

ANEXO 2 – Tabeliães por ano

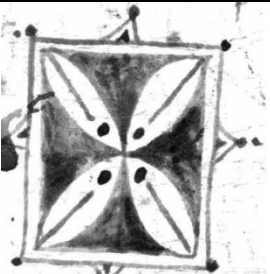
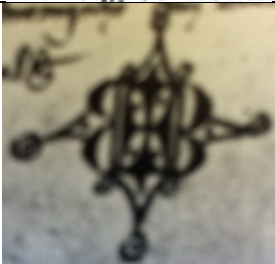

ANEXO 3 – Documentos por ano





Anexo 1 - Tabeliões públicos do Porto 1242-1383

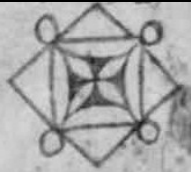
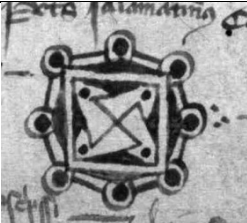

Tabeliões públicos do Porto	1ª Referência – Última Referência	Sinal	Observações
Afonso André	1353.06.30 – 1354.05.08.		
Afonso Domingues I	1324.01.26.		
Afonso Domingues II	1363.11.25. – 1368.09.09.		Escrivão jurado, dado pelo rei a Francisco Lourenço, tabelião do Porto, em 1351.
Afonso Eanes	1324.08.21. – 1341.01.04.		
Afonso Gonçalves	1324.01.26.		



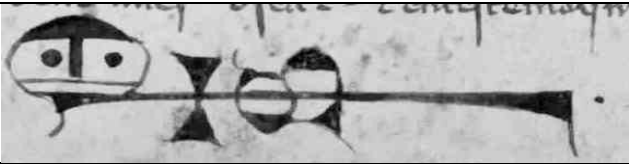
Afonso Martins	1359.11.27. — 1375.06.05.		
Afonso Rodrigues	1375.06.25. — 1383.06.22		Nunca escreve como tabelião, apenas como escrivão ³²⁷ . Escrivão jurado, dado pelo rei a Vicente Eanes, tabelião do Porto, pelo menos de 1369.11.23 a 1370.07.16
Afonso Romões	1316.09.29. — 1326.01.18.		
André Domingues	1328.11.16 — 1347.08.30		
André Martins	1382.06.09.		

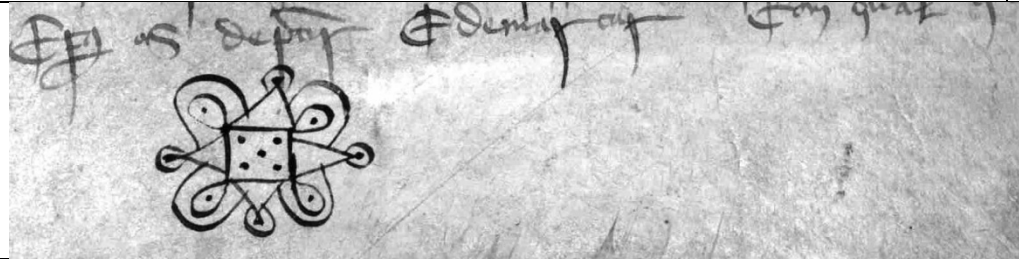

³²⁷ SILVA – A Escrita na Catedral...p.331 indica 1405.05.06 como data da última referência.

André Peres	1280.07.16. — 1313.11.22.		
Antoninho Domingues	1356.02.03. — 1367.03.15.		
António Domingues	1367.03.27. — 1369.09.13.		
António Esteves	1300.11.04. — 1312.11.05.		

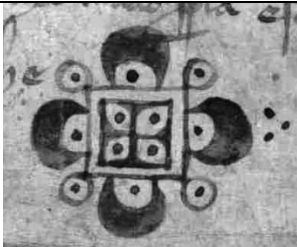
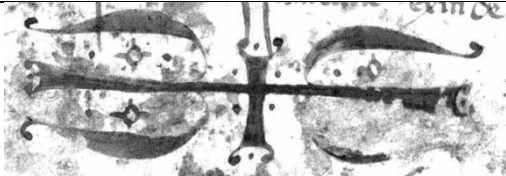
Diogo Afonso	1383.06.22. – 1385.02.16.		
Domingos Abade	1307.10.31. – 1322.10.24.		
Domingos Domingues (I)	1286.03.19. – 1288.01.12.		
Domingos Domingues (II)	1296.03.14. – 1298.04.30.		
Domingos Domingues (III)	1318.01.18 – 1324.10.22.		

Domingos Esteves	1288.09.12. – 1313.03.05.		
Domingos Geraldês	1324.10.22.		
Domingos Pais de Freitas	1356.10.1- 31.		
Domingos Peres	1313.05.19. – 1313.05.29.		
Estêvão Cavaco	1324.01.06.		
Estêvão Eanes I	1324.03.25.		
Estêvão Eanes II	1367.04.04. – 1376.02.11.		

Estêvão Mendes	1287.07.11. – 1293.12.11.		
Estêvão de Pedroso	1318.11.27. – 1326.01.18.		
Fernando Miguéis	1324.07.09. – 1324.10.22.		
Fernão Peres	1328.11.16. – 1331.06.25.		
Fernão Peres II	1339.12.20. – 1339.12.22.		
Francisco André	1280.07.16. – 1312.10.11.		
Francisco Ardido	> 1324.10.22.		
Francisco Domingues	1307.08.15. –		

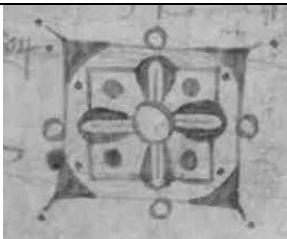
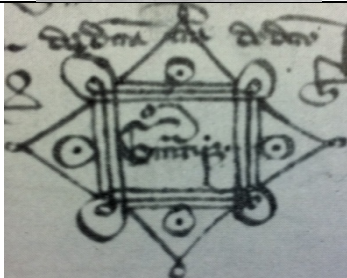
	1317.11.10.		
Francisco Eanes	1322.06.28. — 1326.01.18.		
Francisco Lourenço	1351.01.24. — 1359.11.27.		Escrivão jurado, dado pelo rei a André Domingues, tabelião do Porto, pelo menos desde 1347.08.30.
Francisco Pires	1356.08.09. — 1371.07.21.		
Garcia Gonçalves	1375.02.12. — 1383.06.22 ³²⁸		
Geraldo Eanes	1352.06.10. — 1357.03.21.		Escrivão jurado, dado pelo rei a André Domingues, tabelião do Porto, pelo menos desde 1347.08.30.
Gil Lourenço de Canaveses	1353.07.08.		Escrivão jurado, dado pelo rei a Gonçalo Brandão, tabelião do Porto.
Gil Martins de	1343.03.19.		

³²⁸ SILVA – A Escrita na Catedral...p.331, indica 1386.06.04 como data da última referência



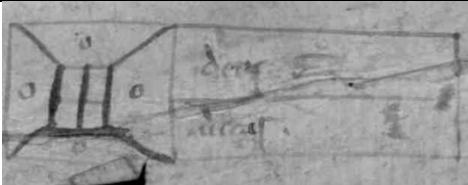
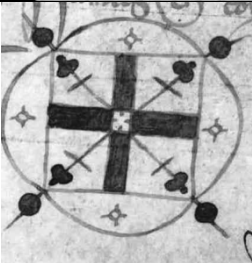

Pedroso			
Gonçalo Anes	1331.06.24.		
Gonçalo Brandão	1341.03.02. — 1343.03.19.		
Gonçalo Eanes	1319.03.11. — 1341.05.25.		
Gonçalo Eanes de Ribas	1353.07.08. — 1356.10.31- 01. ³²⁹		
Gonçalo Fernandes	1324.01.06.		
Gonçalo Geraldês	1316.11.27 - 1318.04.22.		
Gonçalo Gonçalves	1375.04.12. — 1383.07.05 ³³⁰		

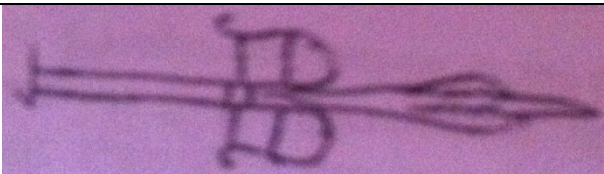
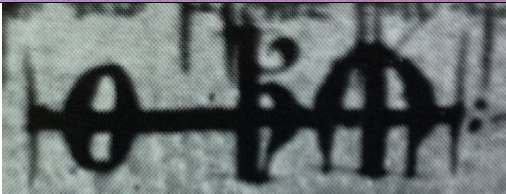
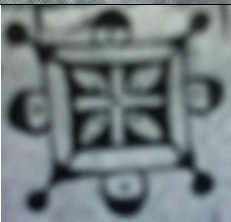
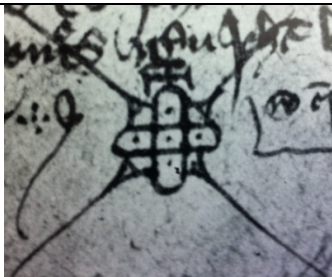
³²⁹ SILVA – A Escrita na Catedral...p.331 indica 1394.10.22 como data da última referência.

³³⁰ SILVA – A Escrita na Catedral...p.332. indica 1414.10.16 como data da última referência.


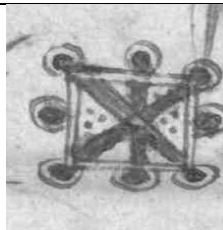
Gonçalo Martins I	1280.07.16. — 1324.10.22.		
Gonçalo Martins II	1370.06.22. — 1382.06.09. ³³¹		
Gonçalo Peres	1351.01.24.		

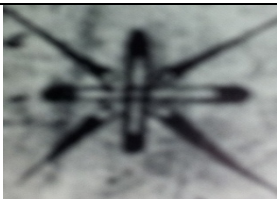

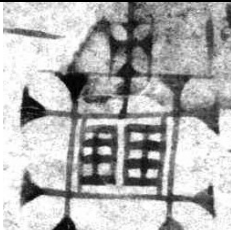
³³¹ ³³¹ SILVA – A Escrita na Catedral...p.331. indica 1385.07.21 como data da última referência.

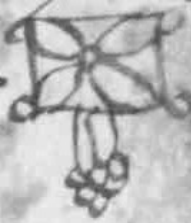
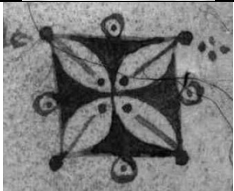
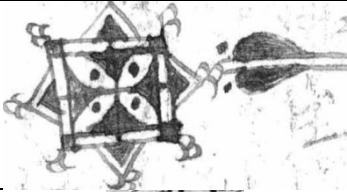

Gonçalo Rodrigues	1377.01.02. — 1379.03.09.		
João Alho	1356.05.03.		
João Barreiros	1356.05.03.		
João Colaço	1292.07.05. — 1313.05.29.		
João Domingues I	1283.03.01. — 1284.07.29.		
João Domingues II	1315.12.31. — 1316.11.23.		
João Domingues III	1343.08.13. — 1375.04.12.		

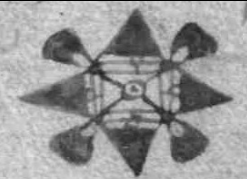



João Eanes I	1244.06.30-01. – 1249.09.25.		
João Eanes II	1338.11.06.		
João Esteves	1325.03.30. – 1329.08.01.		
João Esteves Afonso	1356.05.03.		
João Garcia Marenheiom	1356.10.31-01.		
João Geraldês	1357.03.21.		
João Lourenço	1351.01.04. – 1383.06.22 ³³²		

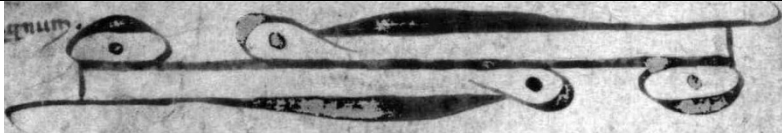

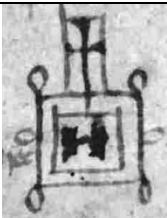
³³² SILVA – A Escrita na Catedral...p.331 indica 1390.03.30. como data da última referência.

João Martins	1332.12.01.		
João Peres I	1295.10.25.		
João Peres II	1352.11.05. — 1372.06.27.		
João Peres Bicos	1353.07.08.		
João Ramos	1323.09.17. — 1323.12.20.		
João dos Santos	1362.03.19. — 1363.11.25.		
João Vicente	1328.11.11. — 1339.09.11.		
Lopo Martins	1329.08.23. — 1331.06.24.		

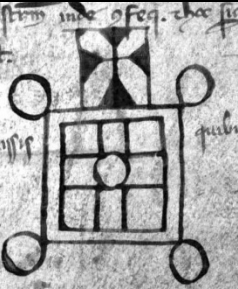

Lourenço Domingues	1363.06.24. – 1371.07.2. 1.		Escrivão jurado, dado pelo rei a Vicente Eanes, tabelião do Porto, pelo menos de 1360.04.20. a 1363.03.15.
Lourenço Esteves I	1280.07.16.		
Lourenço Esteves II	1310.07.16. – 1339.10.24.		
Lourenço Martins	1323.12.20. – 1324.01.06.		
Martim Afonso	1294.07-08. – 1295.05.08.		
Martim Álvares	1338.11.06. – 1339.12.24.		
Martim de Arouca	1323.09.17. –		

	1323.12.20.		
Martim Domingues	1356.10.31-01.		
Martim Eanes I	1242.02.31-01. – 1277.05.01.		
Martim Eanes II	1311.05.30. – 1323.04.12.		
Martim Egas	1328.11.11.		
Martim da Maia	1313.11.22. – 1325.10.10.		
Martim Quaresma	1328.11.16. – 1338.01.10.		
Martim Soares	1270.12.03. – 1279.		
Martim Vicente	1326.01.18. –		

	1331.06.25.		
Martim Vicente Barreiros	≥1324.10.22.		
Martim Viegas	1328.03.14. – 1328.07.12.		
Nicolau Esteves I	1321.07.23.		
Nicolau Esteves II	1356.05.03. – 1356.10.31- 01.		
Nicolau Martins	1319.04.10 – 1320.01.09.		
Nuno Martins	1339.07.25. – 1339.09.11.		Escrivão jurado.
Paio Mendes	1356.10.31- 01.		

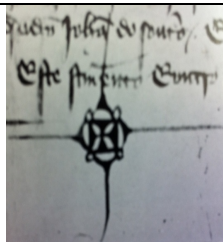
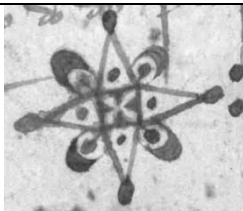
Pedro Afonso	1383.06.22 ³³³		
Pedro Eanes	1284.12.24. — 1304.12.22.		
Pedro Fernandes	1352.11.05. — 1356.08.09.		
Pedro Martins	1319.04.10. — 1339.10.20.		
Pedro Martins Pernil	1328.11.16. — 1329.05.15.		
Pedro Martins da Ribeira	1328.11.16.		
Pedro Peres I	1277.06.09. — 1293.08.25.		

³³³ SILVA – A escrita na Catedral... p.332. indica 1412.10.10 como data da última referência.

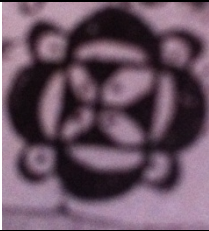
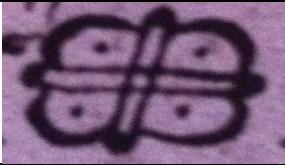
Pedro de Salamanca	1277.07.24. — 1297.01.17.		
Pedro Vicente	1383.07.05 ³³⁴		
Rodrigo Eanes	1329.01.09.		Escrivão.
Rui Martins	1368.05.20. — 1375.06.05.		
Salvador Domingues ³³⁵	1353.06.30. — 1356.10.31-01.		
Vasco Eanes	1354.06.04. — 1375.06.05.		

³³⁴ SILVA – A escrita na Catedral... p.332. indica 1394.10.20 como data da última referência.

³³⁵ Será o tab de miragaia referido em 1338? Cfr MJ p266 nota 126

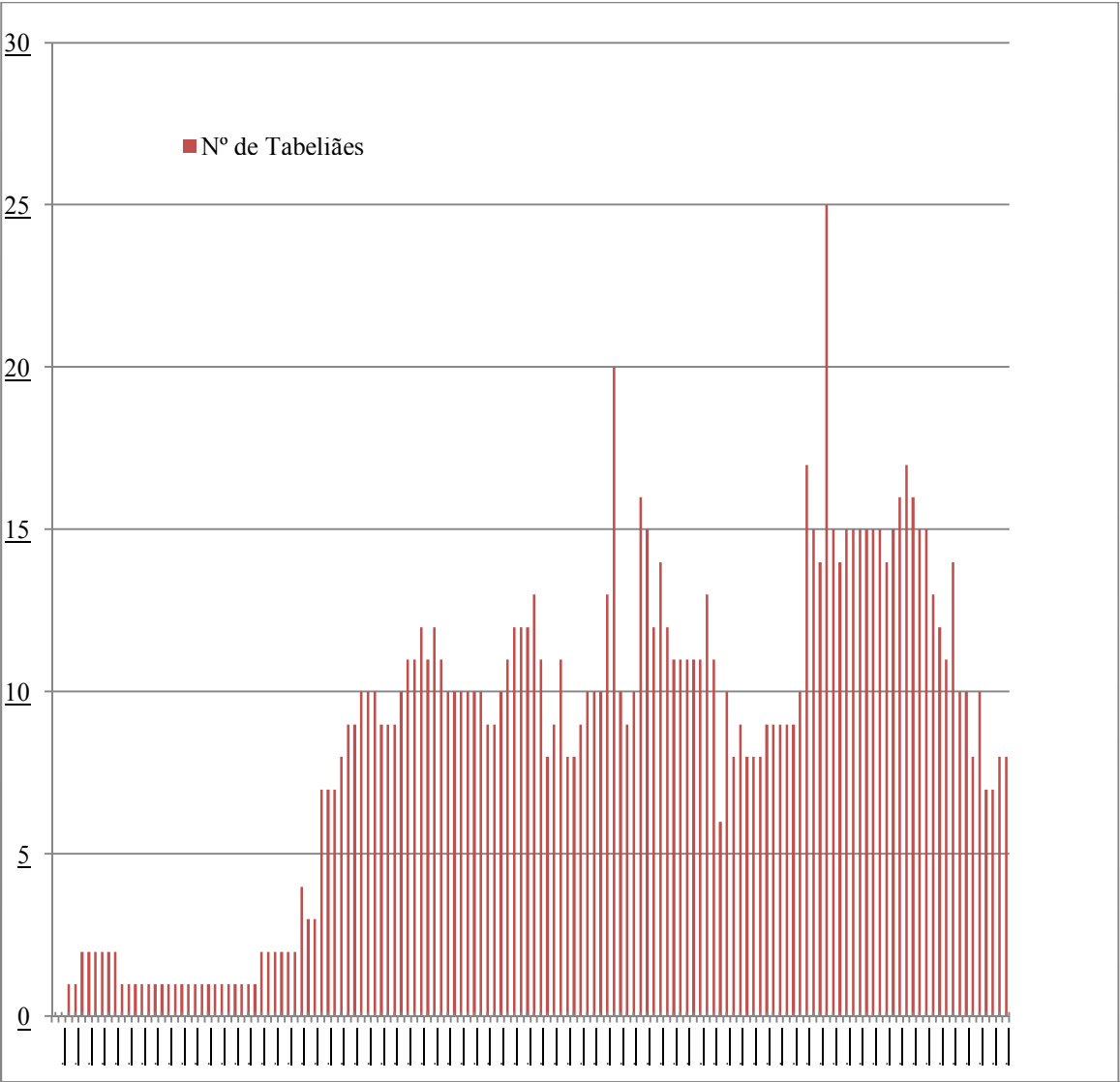
Vasco Martins	1379.10.24. — 1383.07.05 ³³⁶		
Vasco Martins Cubas	1382.06.09.		
Vasco Pires	1375.06.05. — 1383.06.22.		
Vasco Tomás	1341.01.04.		Aparece a testemunhar uma procuração, escrita por Afonso Eanes, tabelião do Porto, como <i>scriptore</i> .
Vicente Domingues	1324.06.24. — 1339.12.24.		

³³⁶ SILVA – A escrita na Catedral... p.332. indica 1405.05.06. como data da última referência.

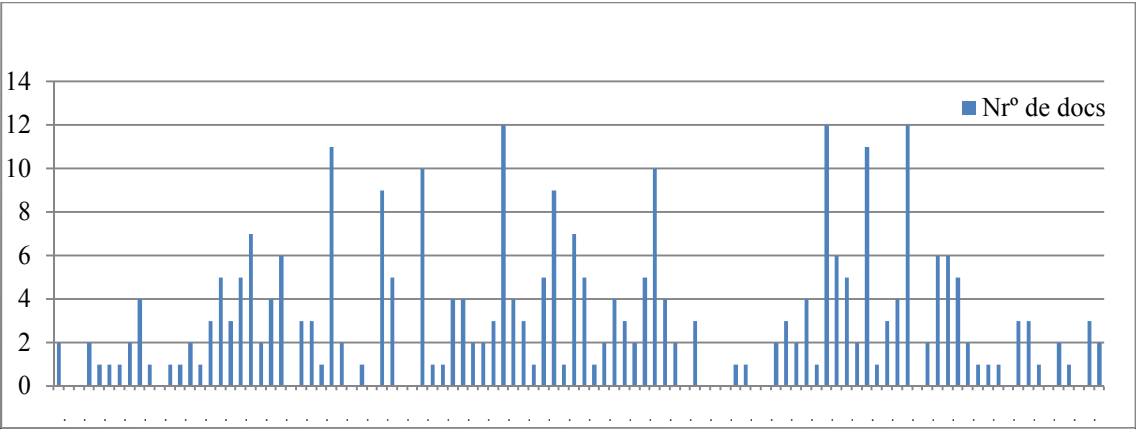
Vicente Eanes I	1351.01.24. — 1364.08.09.		Tabelião geral do reino a cidade e no bispado do Porto ³³⁷
	1367.01.19. — 1370.07.16.		Tabelião público do Porto
Vicente Eanes II	1375.02.12.		
Vicente Martins	1341.01.04.		

³³⁷ Corpus Codicum... p 47-48 Vol 6 Fas 2

ANEXO 2 – Tabeliões por ano



ANEXO 3 – Número de documentos por año



Fontes manuscritas

Arquivo Distrital do Porto, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*

- Livro 1662, fl2;
- Livro 1664, fl 41 e 52;
- Livro 1665, fl 6 e 21;
- Livro 1667, fls 8, 11, 16, 25, 28, 29, 32, 40, 44, 48 e 50;
- Livro 1670, fls 2, 7, 16, 18 e 44;
- Livro 1671, fl 15;
- Livro 1672, fls 2, 3, 9, 40, 44 – 46 e 52;
- Livro 1673, fls 12, 24 e 25;
- Livro 1675, fls 4, 11 e 33;
- Livro 1676, fls 7, 11 e 33;
- Livro 1678, fls 10, 16, 18 – 20, 23, 25 e 28;
- Livro 1679, fls 2, 8, 9, 30 e 30v;
- Livro 1680, fls 3, 5 e 25;
- Livro 1681, fls 15, 16, 18, 27, 33, 35, 36 e 44;
- Livro 1682, fls 12, 18 – 20, 36, 37, 40 e 44;
- Livro 1683, fls 9, 13, 20, 22, 25, 32, 37-39 e 41;
- Livro 1684, fls 7, 11 e 16;
- Livro 1685, fls 4, 6, 14, 20, 22, 24, 28 e 30;
- Livro 1686, fls 6, 12 e 24;
- Livro 1687, fls 13, 16 e 59;
- Livro 1688, fls 6, 11, 18, 32 e 33;

Fontes On line

<http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3813641>

<http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3813660>.

Fontes impressas

As Gavetas da Torre do Tombo. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Vol 1-10. 1960-77.

Censual do Cabido da Sé do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924.

Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV. Org João José Alves Dias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 1998-2002.

Chancelaria de D. Pedro I: 1357-67. ed. preparada por A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos. 1984.

Corpus codicum latinorum eorum qui in archivo municipali portucalensi asservantur antiquissimorum. Porto: Curiae Municipalis editum. Vols. I, II, IV e VI. 1891-1917.

Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357). edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues, Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1982.

Cortes portuguesas: reinado de D. Pedro I (1357-1367). ed. preparada por A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1986;.

Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I (1367-1383). organização A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias, João Paulo Salvado. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1990-93.

Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua história. pub. e pref. por João Martins da Silva Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica. 1988.

Monumenta Henricina. Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Coimbra: Graf. Atlantida. 1960-74.

Monumenta Portugalia Vaticana. Ed. A.D. Sousa Costa. Porto: Livraria Editorial Franciscana. Vols. 1,2 e 3. 1968-70.

Ordenações Afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. 1-5.1984.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de – *Emolumentos do tabelionato medieval português: uma tabela inédita* in «Revista Portuguesa de História». T.8. 1959.pp.5-11.

ÁLVAREZ-COCA FERNANDEZ, María Jesús – *La fe pública en España, registros y notarías: sus fondos. Organización y descripción*.in Boletín de la ANABAD. ISSN 0210-4164, Tomo 37, Nº 12, 1987.pp7-67.

BALMORI-PADESCA, Ana Luísa - *O Notariado nas Ordenações Afonsinas, contributo para o seu estudo*. in <http://www.notarios.pt/NR/rdonlyres/11BE742A-FDDF-484D-8949-D03DB6362C50/52/EstudoDraAnaLu%C3%ADsaBalmori.pdf>

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII-XV*. 2ª edição. Livro III. Lisboa: Sá e Costa, imp. 1945.

BARROS, Amândio Jorge Morais – *A Confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto no século XV*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 1991.

BARROS, Amândio Jorge Morais – *A procissão do Corpo de Deus do Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria*. «Revista da Faculdade de Letras.História»: Porto.-2ªsérie,v.10 (1993).pp.117-36.

BARROS, Amândio Jorge Morais – *Em busca de um mercado integrado: redes comerciais portuenses e trato internacional*. Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela, 2005.

BAUTIER, Robert-Henri – *L'authentification des actes privés dans la France medieval. Notariat public et juridiction gracieuse* . In *Chartes, sceaux et chancelleries : études de diplomatique et de sigillographie médiévales*. Paris: École des chartes. 1990

BERNARDINO, Sandra Virginia Pereira Gonçalves – *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2003.

BONO, José - *Conceptos fundamentales de la Diplomatica Notarial*. Historia.Instituciones. Documentos. 19 (1192).

CARRASCO LAZARENO, María Teresa Carrasco – *Del «scriptor» al «publicus notarius»: Los escribanos de Madrid en lo siglo XIII*. In «Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, Hª Medieval» t. 16(2003).pp.287-343.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócio-económico*. in *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.pp.95-137.

COELHO, Maria Helena da Cruz; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *D. Vasco Martins, Vescovo Di Oporto e Di Lisbona: Una Carriera Tra Portogallo Ed Avignone Durante La Prima Metà Del Trecento*. In: *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2005. pp.119-39.

COSTA, Avelino Jesus da – *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVII*. Braga: [s.n.], 1985

COSTA, Avelino Jesus da – *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, 2ª ed. Coimbra: [s.n.], 1983.

CRUZ, António – *Os bispos senhores da cidade: II de D. Pedro Salvadores a D. Vasco Martins*. In *História da Cidade do Porto*. dir Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1962.

CUNHA, Maria Cristina de Almeida e – *Alguns tabeliães do Algarve durante a Idade Média*. In «Revista de História», vol.7. Porto: Universidade do Porto. Centro de História, 1987.pp151-58.

CUNHA, Maria Cristina e PIMENTA, Maria Cristina – *A Comenda de Albufeira da Ordem de Avis nos inícios do século XV: breve abordagem*. in Separata de Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia. Loulé, 1, 1987.pp.305-47.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Comenda de Oriz da Ordem de Avis*. Separata de Bracara Augusta.Vol XL. 1989.pp.5-77.

CUNHA, Maria Cristina de Almeida e – *Tabeliães bracarenses no século XIII*. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional Comemorativo – Actas*. Braga: 1990.pp.249-65.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1074-1244)*. A CORUNA: Editorial Toxosoutos SERIE TRIVIUM, 2005.

CUNHA, Maria Cristina de Almeida e – *Tabeliães de Bragança no século XIV*. In «Estudos em Homenagem ao Professor José Marques», 3, 2006.pp.313-24.

DUARTE, Luís Miguel – *Religião e Cultura no Porto Medieval*. In Exposição comemorativa do 6º aniversário do nascimento do Infante D. Henrique. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1994.pp.93-96.

FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2007.

FREITAS, Eugénio da Cunha e – *Os bispos senhores da cidade: III – De D. Pedro Afonso a D. Gil Alma*. In *História da Cidade do Porto*. dir Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1962.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de – *“Temos por bem e mandamos”: a burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos 1439-1460* (Dissertação de Doutoramento), 1999.

FRESCO, João Paulo Oliveira – *O tabelião lisboeta Afonso Guterres: reconstituição e análise diplomatística da sua actividade de escrituração (1400-1441)*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006.

GODART, Louis – *Le pouvoir de l'écrit: aux pays des premières écritures*. Dir. H. et M. van Effenterre. Paris: Editions Errance, 1990.

GOMES, Saúl António – *O notariado medieval português: algumas notas de investigação*. Revista Humanitas, Vol LII, 2000.pp.241-286.

GOMES, Saúl António – *Percepções em torno da história do tabelionado medieval português*. Revista de História da Sociedade e da Cultura, nº5, 2005.pp.81-100.

GOMES, Saúl António – *In Limine Conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Braga: Palimage, 2007.

GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006

GONÇALVES, Duarte – *O Tabelionado no Portugal Moderno: uma Perspectiva sobre o Tabelionado através das Ordenações Filipinas e outras Considerações*. Sapiens: Património, História e Arqueologia.Nº3/4 (Dezembro 2010).pp27-39.

GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques e TOCK, Benoît-Michel – *Diplomatique Médiévale*. Louvain-la-Neuve: Brepols, 1993.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo régio: 1320-1433*. Porto: INIC-CHUP, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Diplomatique royale portugaise Alphonse IV (1325-1357) in Diplomatique royale du moyen-âge: XIII-XIVe siècles: Actes du Colloque* coord. José Marques. Porto: FLUP, 1996.pp.133-161.

LIRA, Sérgio - *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira: dos primórdios a 1300*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001.

LOPES, Joaquim e SEABRA, Ricardo - *Documentação Notarial e Tabeliães Públicos no Porto na centúria de Trezentos*. In «CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, nº 3 (2012). pp.209-226.

MARQUES, A.H. de Oliveira – *A População Portuguesa nos finais do século XIII* (1958).In *Ensaaios de história medieval*. Lisboa: Portugália Editora, 1965.pp.69-125.

MARQUES, José – *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV*. In «Revista da Faculdade de Letras – História».2ª série. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. 1980. Vol III.pp.73-98.

MARQUES, José – D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais: *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*.1ª edição. IV vol. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.pp.1526-1566.

MARTÍN FUERTES, José A. – Los notarios en León durante el siglo XIII.pp.597-615.

MATA, Luís António – *Alguns profissionais da escrita na Santarém de quatrocentos*. Revista Portuguesa de História,t.XXXII(1997-1998).pp.149-182.

MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny: Les monasteries du diocese de Porto de l'an mille à 1200*. Louvain: Université de Louvain, 1968.

MATTOSO, José – *A crise de 1245*. In «Revista de História das Ideias». Vol 6. Coimbra: Faculdade de Letras, 1984.pp.7-23.

MENDOZA GARCÍA, Eva María – *Alianzas familiares y transmisión de oficios públicos: los escribanos de Málaga en el siglo XVII*. In «Nuevo Mundo Mundos Nuevos», Coloquios, 2008. In <http://nuevomundo.revues.org/28582#text>

MIRANDA, Flávio – *A Cidade dos Mercadores. Da luta pelo poder civil às guerras fernandinas*. In *História do Porto*. Vol. III.. Matosinhos: QuidNovi, 2010.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

NAVARRO ESCOLANO, Ana María – *Signos Notariales Medievales de la Colección de Pergaminos del Archivo Histórico Municipal de Elche*. «Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval». N. 1 (1982). ISSN 0212-2480.pp.207-220.

NEVES, João António Mendes – *A “Formosa” Chancelaria – estudo dos originais da chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *Portugaliae Tabellionum Instrumenta. Documentação Notarial Portuguesa (I – 1214-1234)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005. ISBN - 972-99298-5-8.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *Tabelionado e instrumento público em Portugal: génese e implantação: (1212-1279)*; LISBOA: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2008.

NUNES, Eduardo Borges – *Martim Martins, primeiro tabelião de Guimarães*, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. vol. IV. Guimarães, 1981.

NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa: FL. 1981.

OLIVEIRA, Miguel - *Os bispos senhores da cidade: I de D.Hugo a D. Martinho Rodrigues*. In *História da Cidade do Porto*. dir Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1962.

OSTOS SALCEDO, Pilar, e PARDO RODRIGUEZ, María Luisa – *Documentos e notários de Sevilla en el siglo XIII*. Sevilla, 1989.

PARDO RODRÍGUEZ, María Luísa – *Notariado y Monarquía: Los escribanos públicos de la ciudad de Sevilla en el reinado de los reyes católicos*. Historia.Instituciones. Documentos. 19 (1192).

PARKINSON, Stephen – Os tabeliães, o seu título e os seus documentos, *Boletim de Filologia*. Tomo XXV (1976-1979), Lisboa.pp.185-212.

PASCUAL MARTÍNEZ, Lope – El notariado en la Baja Edad Media: Escribas y Documentos (Cataluña, Valencia y Mallorca) in *Miscelánea Medieval Murciana X*. 1983.pp.197-219.

PEREIRA, Isaías da Rosa - *O tabelionado em Portugal*, in “Notariado Publico y Documento Privado: de los orígenes al siglo XIV – Actas del VII Congresso Internacional de Diplomática, Valencia, 1986”. Valência, 1989.pp.615-690.

PIMENTA, M^a Cristina – *D. Pedro I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

PREVENIER, Walter, MURRAY James M., e OOSTERBOSCH, Michael – *Les notaires publics dans les anciens Pays-Bas du XII^e au XVI^e siècle*. Historia. Instituciones. Documentos. 23. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1996.pp.385-402.

RÊPAS, Luís Miguel M.J. – *O Mosteiro de Arouca. Os documentos escritos como fonte de conhecimento (1286-1299)*. Separata da Revista Humanitas, Vol. L, Tomo I. COIMBRA: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.pp.539-586.

RIBEIRO, Luís Mário Araújo – *A Transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2009.

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1860-1896.

RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida – *Torres Vedras: A vila e o Termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SANTOS, Maria José Azevedo dos – *Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV)*. Coimbra: Coimbra Editora. 1993.pp.5-29.

SANTOS, Maria José Azevedo dos – *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

SANTOS, Maria José Azevedo dos – *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *Tabeliães e notários de Lamego na primeira metade do séc. XIV*. Coimbra: Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, 1998.pp.588-624.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Edições Magno, 2003.

SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto 1113 – 1247*. Porto: Fio da Palavra, 2008.

SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

SOUSA, Armindo de – *Os tempos medievais*. In *História do Porto*. dir Luís A. de Oliveira Ramos. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. ISBN 972-42-3515-7.

SKUPIENSKI, Krysztof – *Les notaires publics en pologne au Moyen Age*. Historia. Instituciones. Documentos. 23. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1996.pp.403-419.

STIENNON, Jacques – *Paléographie du Moyen Âge*. Paris: Armand Colin, 1973.

Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325). Coord. Maria do Rosário Barbosa Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa Universidade católica Portuguesa, 2010.

VASCONCELOS, José Leite de – *Archeologo Português: Sinais medievais de tabelião: séculos XI-XIII*, 1920

VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

ZUTSHI, Patrick – *Notaries public in England in the Fourteenth and Fifteenth Centuries*. Historia. Instituciones. Documentos. 23. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1996.pp.421-33.